



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO**

**SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE
AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
NO ESTADO DO AMAZONAS**

**RELATÓRIO DE
GESTÃO
2007**

MANAUS

2008



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

REINHOOLD STEPHANES

Ministro de Estado

SILAS BRASILEIRO

Secretário-Executivo

INÁCIO AFONSO KROETZ

Secretário de Defesa Agropecuária

EDILSON GUIMARÃES

Secretário de Política Agrícola

MÁRCIO ANTÔNIO PORTOCARRERO

Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

MANOEL VICENTE FERNANDES BERTONE

Secretário de Produção e Agroenergia

CÉLIO BROVINO PORTO

Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio

LUIZ CHAGURI NETO

Coordenador Geral de Apoio às Superintendências

EDIVAR DOS SANTOS ALMEIDA

Superintendente de Agricultura

SUMÁRIO

MISSÃO	7
VISÃO	8
1. IDENTIFICAÇÃO	9
2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	10
3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO	13
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA	14
SEFAG/DT – AM	14
4. Gestão de Programas e Ações	15
4.1. Programa 0375 – Qualidade de insumos e serviços agropecuários	15
4.1.1. Dados gerais	15
4.1.1.2. Principais Ações do Programa	15
4.1.1.3. Gestão das Ações	17
4.1.1.3.1. Ação 2140 – Fiscalização de produtos veterinários (FISPROVET)	17
4.1.1.3.1.1. Dados gerais	17
4.1.1.3.1.2. Resultados	18
4.1.1.3.2. Ação 2124 – Fiscalização de insumos destinados à alimentação Animal (FISCINAN)	21
4.1.1.3.2.1. Dados gerais	21
4.1.1.3.2.2. Resultados	21
4.1.1.3.3. Ação 2019 – Fiscalização de material genético animal (FISCGENE)	25
4.1.1.3.3.1. Dados gerais	25
4.1.1.3.3.2. Resultados	26
4.1.1.3.4. Ação 2179 – Fiscalização de semente e mudas (FISCALSEM)	29
4.1.1.3.4.1. Dados gerais	29
4.1.1.3.4.2. Resultados	29
4.1.1.3.5. Ação 2141 – Fiscalização de fertilizantes, corretivos Inoculantes (FISEFECOL)	37
4.1.1.3.5.1. Dados gerais	37
4.1.1.3.5.2. Resultados	38
4.1.1.3.6. Ação 2909 – Fiscalização de agrotóxicos, componentes e afins (FISAGROTOX)	45
4.1.1.3.6.1. Dados gerais	45
4.1.1.3.6.2. Resultados	46
4.1.1.3.7. Ação 2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas (FISCAGRIC)	50
4.1.1.3.7.1. Dados gerais	50
4.1.1.3.7.2. Resultados	50
4. SERVIÇOS DE DEFESA SANITÁRIA	53
SEDESA/DT – AM	53
4.1. Programas	54
4.1.1. PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA (0354)	54
4.1.1.1. Dados gerais	54
4.1.1.2. Principais ações do Programas	54
4.1.1.3. Gestão das ações	55

4.1.1.3.1. Ação 4804 – Prevenção e controle de pragas na fruticultura	55
4.1.1.3.1.1. Dados gerais	55
4.1.1.3.1.2. Resultados	55
4.1.1.3.2. Ação 4742 – Prevenção e Controle da Sigatoka Negra	57
4.1.1.3.2.1. Dados gerais	57
4.1.1.3.2.2. Resultados	57
4.1.1.3.3. Ação 4738 – Erradicação da mosca da carambola	58
4.1.1.3.3.1. Dados gerais	58
4.1.1.3.3.2. Resultados	58
4.1.1.3.4. Ação 4740 – Erradicação Cítrico	59
4.1.1.3.4.1. Dados gerais	59
4.1.1.3.4.2. Resultados	59
4.1. PROGRAMAS DESENVOLVIMENTO DA HORTICULTURA (0369) ...	61
4.1.2.1. Dados gerais	61
4.1.2.2. Principais ações do programa	62
4.1.2.3. Gestão das ações	62
4.1.2.3.1. Ação 4806 – Prevenção e controle de pragas da horticultura	62
4.1.2.3.1.1. Dados gerais	62
4.1.2.3.1.2. Resultados	62
4.1 PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO	
AGROINDUSTRIAL SUCROALCOOLEIRO (5005)	64
4.1.3.1. Dados gerais	64
4.1.3.2. Principais ações do programa	64
4.1.3.3. Gestões das ações	65
4.1.3.3.1. Ação 4758 – Prevenção e controle de pragas da cana – de – açúcar	65
4.1.3.3.1.1. Dados gerais	65
4.1.3.3.1.2. Resultados	65
4.1 PROGRAMA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS	
REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU (0362)	66
4.1.4.1. Dados gerais	66
4.1.4.2. Principais ações do programa	66
4.1.4.3. Gestão das ações	67
4.1.4.3.1. Ação 4726 – Prevenção e controle de pragas da cacauicultura	67
4.1.4.3.1.1. Dados gerais	67
4.1.4.3.1.2. Resultados	67
4.1. PROGRAMA SEGURANÇA FITOZOOSANITÁRIA NO TRÂNSITO	
DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS (0357)	70
4.1.5.1. Dados gerais	70
4.1.5.2. Principais ações do programa	70
4.1.5.3. Gestão das ações	70
4.1.5.3.1. Ação 2180 – Vigilância e fiscalização no trânsito interestadual de	
vegetais e de seus produtos	70
4.1.5.3.1.1. Dados gerais	71
4.1.5.3.1.2. Resultados	71
4.1.5.3.2. Ação 2181 – Vigilância e fiscalização no trânsito interestadual de	
Animais e seus produtos	73
4.1.5.3.2.1. Dados gerais	73
4.1.5.3.2.2. Resultados	74
4.1 PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DA AVICULTURA (0371)	76
4.1.6.1. Dados gerais	76

4.1.6.2. Principais ações do programa	76
4.1.6.3. Gestão das ações	77
4.1.6.3.1. Ação 4809 – Prevenção, controle e erradicação de doenças da avicultura	77
4.1.6.3.1.1. Dados gerais	77
4.1.6.3.1.2. Resultados	77
4.1. PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA (0359)	79
4.1.7.1. Dados gerais	79
4.1.7.2. Principais ações do programa	79
4.1.7.3. Gestão das ações	79
4.1.7.3.1. Ação 4807 – Prevenção, controle e erradicação das doenças da bovinocultura	80
4.1.7.3.1.1. Dados gerais	80
4.1.7.3.1.2. Resultados	80
4.1.7.3.2. ação 4842 – Erradicação da febre aftosa	81
4.1.7.3.2.1. Dados gerais	81
4.1.7.3.2.2. Resultados	82
4.1.7.3.3. Ação 4766 – Controle e erradicação da tuberculose e brucelose	83
4.1.7.3.3.1. Dados gerais	83
4.1.7.3.3.2. Resultados	84
4.1.7.3.4. Ação 4771 – Controle da raiva dos herbívoros e prevenção da encefalopatia espongiforme bovina – doença da vaca louca	86
4.1.7.3.4.1. Dados gerais	86
4.1.7.3.4.2. Resultados	87
4.1. PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA, EQUIDEOCULTURA E OVINOCULTURA (0377)	88
4.1.8.1. Dados gerais	88
4.1.8.2. Principais ações do programa	89
4.1.8.3. Gestão das ações	89
4.1.8.3.1. Ação 4829 – Prevenção, controle e erradicação das doenças da equideocultura, da caprinocultura e da criação de pequenos e médios animais	89
4.1.8.3.1.1. Dados gerais	89
4.1.8.3.1.2. Resultados	90
SERVIÇOS DE POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO	92
SEPDAG/DT/SFA/AM	92
4. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES	93
4.1. PROGRAMA 1225 – PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA	93
4.1.1. Dados gerais	93
4.1.1.2. Principais ações do programa	93
4.1.1.3. Gestão das ações	93
4.1.1.3.1. Ação 4748 – Organização e capacitação dos agentes atuante em produção orgânica de alimentos (ORGORGAN)	93
4.1.1.3.1.1. Dados gerais	93
4.1.1.3.2. Ação 4751- Fomento ao uso de produtos e processos apropriados à produção orgânica de alimentos (FOMORGAN)	94
4.1.1.3.2.1. Dados gerais	94
4.1.1.3.2. Resultados e comentários	94

4.1.2. Programa 0393 – Propriedade intelectual	100
4.1.2.1. Dados gerais	100
4.1.2.2. Principais ações do programa	100
4.1.2.3. Gestão das ações	100
4.1.2.3.1. Ação 2B47 – Fomento a Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – (FOMEAGRO)	101
4.1.2.3.1.1. Dados gerais	101
4.1.3.2.3. Resultados e comentários	102
4.1.3. PROGRAMA (0356) SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	105
4.1.3.1. Dados gerais	105
4.1.3.2. Principais ações do programa	106
4.1.3.3. Gestão das ações	106
4.1.3.3.1. Ação 2487 – Certificação da origem e da movimentação de insumos e produtos agropecuários – (RASTREAB).....	106
4.1.3.3.1.1. Dados gerais	106
4.1.3.3.1.2. Resultados e Comentários	107
4.1.4. PROGRAMA (6003) APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	108
4.1.4.1. Dados gerais	108
4.1.4.2. Principais ações do programa	108
4.1.4.3. Gestão das ações	108
4.1.4.3.1. Ação (005A) Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário (APOIOAGRO)	108
4.1.4.3.1.1. Dados gerais	109
4.1.4.3.2. Ação (2B17) Fiscalização de Contratos de Repasse (FISCONTRAT)	109
4.1.4.3.2.1. Dados gerais	109
4.1.4.3.2.2. Resultado e comentário	110
4.5. PROGRAMA (1169) DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVO E DO ASSOCIATIVISMO RURAL	111
4.5.1.1. Dados gerais	111
4.5.1.2. Principais ações do programa	111
4.5.1.3. Gestão das ações	112
4.5.1.3.1. Ação (2272) Gestão e Administração do Programa (GAPCOOP)	112
4.5.1.3.1.1. Dados gerais	112
4.5.1.3.1.2. Resultados e comentários	113
4.6.1. PROGRAMA SEM DEFINIÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA	114
4.6.1.1. Dados gerais	114
4.6.1.2. Principais ações regimentais do SEPdag	114
4.6.1.3. Gestão das ações	114
4.6.1.3.1.2. Resultados e Comentários	115
5. DESEMPENHO OPERACIONAL	119
SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOSAGROPECUÁRIOS	120
SIPAG/DT/AM	120
4.1 PROGRAMAS	121
4.1.1 PROGRAMA (0356) Segurança e Qualidade de alimentos e bebidas	121
4.1.1.1. Dados gerais	121
4.1.1.2. Principais ações do Programa	121
4.1.1.3. Gestão das ações	122

4.1.1.3.1 Ação (1487) IPVEGETAL – Inspeção e fiscalização da produção e do Comércio de bebidas e Vinagre	137
4.1.1.3.1.1 Dados gerais	137
4.1.1.3.1.2 Resultado da ação	137
1.3. Ação (4746) (PADCLASSIF) padronização e classificação de produtos vegetais	146
1.3.1Dados gerais	146
1.3.2 Resultados da ação	146
4.2.1.1. Ações Relacionadas a área animal do SIPAG/DT/AM	157
4.2.1.2.1 Ação (02501) Inspeção industrial e sanitária dos produtos subprodutos e derivados de origem animal –(INSPANIMAL 2).....	157
4.2.1.2.1.1 Dados gerais	158
4.3.1.3.1 Ação (02503) fiscalização contra a fraude e a clandestinidade de produtos de origem agropecuário (FISCFRAUDE)	158
4.3.13.1.1 Dados gerais	158
4.4.1.3.1. Ação (02507) – Controle da qualidade na garantia de conformidade segurança e inocuidade dos produto de origem animal (CONTROPOA)	159
4.4.1.3.1.1. Dados gerais	159
4.4.1.3.1.2. Resultados	159
1.4.2. Desempenho operacional	170
ANEXO I	172
CONCLUSÃO	178
RELATÓRIO OPERAÇÃO ANA GUERREIRO	181
ANEXO II	182
VIGILANCIA DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS	191
VIGIAGRO- DT – AM	191
4. Gestão de programas e ações	192
4.1.1 Segurança Fitozoosanitária no trânsito de produtos agropecuários	192
4.1.1.1 Dados gerais	192
4.1.1.2 Principais ações do Programa	193
4.1.1.3 Gestão das ações	194
4.1.1.3.1 Ação (2180.0001)– AM Vigilância e fiscalização do trânsito Internacional de produtos de origem vegetal.....	194
4.1.1.3.1.1. Dados gerais	194
4.1.1.3.1.2. Resultados	194
4.1.1.3.2. Ação (2181001)AM- Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de produtos de origem animal	199
4.1.1.3.2.1 Dados gerais	199
4.1.1.3.2.2. Resultados	200
4.1.1.3.2.3 . Recursos Humanos	200
AREA ADMINISTRATIVA	204
4.COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA	205
4.1. Seção de Protocolo	207
4.1.1 Controle de Combustível	207
4.1.2 Licitações	207
4.2. Recursos Humanos.....	208
ANEXOS	210



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

**SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO NO ESTADO DO AMAZONAS**

Missão: Executar ações de controle e prevenção, através da inspeção e fiscalização dos produtos e subprodutos agropecuários de forma a preservar a saúde animal, vegetal e humana, assegurando qualidade e competitividade no mercado nacional e internacional.

Visão: Alcançar o padrão de excelência na prestação de serviços, destacando-se em nível nacional e internacional, através da melhoria no atendimento e satisfação dos clientes.

1. Identificação

Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amazonas SFA/AM	
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	
Normativos de criação, definição de competência e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Portaria Ministerial nº 300 de 16/06/2005 – Publicada no Diário Oficial da União no dia 20.06.2005.	
C NPJ	00.396.895/0015-20	
Nome e código no SIAFI	Superint. Fed. de Agric., Pec. e Abastecimento/AM - 130090	
Código da UJ titular do relatório	130090	
Códigos das UJ abrangidas	Não se aplica	
Endereço completo da sede	Rua Maceió, 460 – Adrianópolis – 69057-010 Telefone: (92) 4009-3801 - Manaus/AM	
Endereço da página institucional na internet	www.agricultura.gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Agricultura	
Tipo de atividade	Agropecuária	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Não se Aplica	Não se Aplica

2. Responsabilidades institucionais

As ações desta Superintendência, estão respaldadas na legislação vigente (leis, decretos, portarias, instruções normativas, instruções de serviços, etc.) Tem como principais atribuições a promoção, orientação e acompanhamento da execução de atividades relativas ao desenvolvimento rural e às políticas de crédito e investimentos públicos, a organização do setor primário, levantamento e transmissão de dados sobre a agropecuária no estado do Amazonas, rastreabilidade, indicações geográficas, propriedade intelectual e tecnológica de produtos agropecuários. A atuação desta Unidade nas áreas de agricultura e pecuária orgânica, cooperativismo e associativismo rural, pesquisa e difusão de tecnologia, assistência técnica e extensão rural, infra-estrutura e logística de produção e comercialização.

Suas ações visa atender a demanda trazida pela classe produtora, instituições parceiras do estado do Amazonas e da clientela interna da SFA/AM. O atendimento eficiente aos diversos setores da sociedade, visando à satisfação dos usuários dos serviços do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é foco permanente em todas as ações deste serviço.

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Amazonas, têm parcerias com diversos órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, onde articula e sensibiliza-os da importância da continuidade e efetiva contribuição para a melhoria quantitativa e qualitativa da produção da agropecuária amazonense e brasileira. São parceiros desta Superintendência: Governo do Estado do Amazonas, Prefeituras Municipais, EMBRAPA, INPA, Universidade Estadual do Amazonas, Universidade Federal do Amazonas, FUCAPI, Escola Federal Agrotécnica de Manaus, Escola Agrícola Rainha dos Apóstolos, CBA/SUFRAMA, Caixa Econômica Federal, CREA/AM, Conselho Regional de Medicina Veterinária, INCRA/MDA, IDAM/SEPROR, CONAB, IBAMA, SEBRAE.

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amazonas, tem sob sua responsabilidade o conjunto das atividades destacadas abaixo. São atividades diretamente ligadas à inspeção, fiscalização e ao controle de produtos agropecuários, bem como as atividades de fomento e desenvolvimento da produção agrícola, todas coordenadas pelo Serviço de Defesa Agropecuária.

ATIVIDADES E AÇÕES EXECUTADAS PELA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO AMAZONAS

Coordenar a execução das atividades e programas federais de defesa agropecuária e desenvolvimento rural

1-Coordenar a execução das atividades da vigilância e fitossanitária

Profilaxia e combate às doenças dos animais e as doenças e pragas dos vegetais;

Controle do trânsito internacional e interestadual de animais e vegetais, suas partes, produtos e derivados dessas origens, materiais biológicos e de multiplicação animal e vegetal e de insumos agropecuários;

Educação sanitária;

Convênios, ajustes, acordos e contratos nas áreas de defesa agropecuária ;

2- Promover a fiscalização da:

Produção, importação, exportação e comercialização de produtos veterinários e de agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como dos respectivos estabelecimentos industriais, fracionadores, importadores e da comercialização;

Inspeção de produtos e derivados de origem animal e vegetal destinados ao comércio interestadual e internacional, inclusive dos respectivos estabelecimentos industriais, manipuladores e beneficiadores;

3- Controlar a operacionalização do sistema de coleta e transmissão de informações e dados sobre defesa agropecuária;

4- Articular em nível estadual, a integração de órgãos e entidades públicas e privadas em atividades ligadas à defesa sanitária animal e vegetal, inspeção de produtos de origem animal e vegetal;

5- Coordenar as atividades relativas à preservação e melhoramento do patrimônio genético das espécies vegetais e animais;

6- Acompanhar o desempenho da produção agropecuária;

7- Promover a fiscalização da:

Produção, importação, exportação e comercialização de corretivos, fertilizantes, inoculantes e alimentos para animais;

Produção e comercialização de materiais de multiplicação animal e vegetal;

Prestação de serviços especializados à agropecuária;

Classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico;

8- Fiscalizar a execução de convênios, ajustes, acordos e contratos de classificação de produtos vegetais, de assistência técnica e extensão rural e de expansão do sistema cooperativista e associativista e de infra-estrutura rural;
9- Controlar e orientar o registro de: Insumos agropecuários, bem como dos respectivos estabelecimentos industriais manipuladores, fracionadores e importadores; Empresas prestadoras de serviços especializados na agropecuária, bem como de materiais de multiplicação animal e vegetal e dos respectivos estabelecimentos produtores, industriais e manipuladores;
10- Implementar e acompanhar a execução de programas e projetos de fomento da produção animal e vegetal, inclusive da pesca, aqüicultura e heveicultura, da proteção, manejo e conservação de solo, da administração e manejo de bacias hidrográficas, da agricultura irrigada e drenagem em nível de propriedade rural, da eletrificação e infra-estrutura rurais;
13- Controlar a operacionalização dos sistemas de coleta e transmissão de informações e dados sobre a produção agropecuária, inclusive da pesca e da aqüicultura e executar o intercâmbio de informações com entidades afins;
14- Coletar dados fitogenéticos e zootécnicos necessários à manutenção da base de dados sobre as atividades ligadas à agropecuária;
15- Emitir parecer em processos relacionados com a importação de animais vivos, sêmen, embriões de ovos férteis de aves, no que se refere às exigências de ordem genética;
16- Manter controle sobre atividades e empresas que se dedicam ao registro genealógico, a provas zootécnicas, a competições turísticas e hípcas, e a promoção de exposições, leilões e feiras agropecuárias;
17- Promover a fiscalização das atividades relacionadas com as competições turísticas e hípcas e as exposições, leilões e feiras agropecuárias;
18- Promover a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.

3. Estratégia de atuação

Diante das dificuldades, que vinha se arrastando há anos, esta Superintendência, no ano de 2007, foi contemplada com a contratação de 28 (vinte e oito) Fiscais Federais Agropecuários através de concurso público, o que possibilitou a reestruturação dos setores técnicos, implementando suas ações para melhor atendimento a demanda no estado, no entanto, devido a remoção de 10 (dez) Fiscais Agropecuários para outros estados, o número de FFA's ainda é insuficiente para atender a demanda de nossa clientela.

Já na área administrativa, há uma carência muito grande de pessoal em todos os setores, e é notório observar, que em determinados setores só há a presença de um servidor, por conseguinte não há substituto para o titular. Isso se explica, talvez, pela falta de sensibilização do governo federal, em realizar concurso público para preenchimento de vagas, visto que o último concurso público para preenchimento de cargos na área administrativa se deu em 1983.

Algumas das solicitações contidas no relatório de auditoria da CGU/AM, foram atendidas parcialmente, como a reforma de imóveis anexos ao prédio principal da SFA/AM e até mesmo melhorias consideráveis foram executadas no imóvel sede da SFA/AM. Não foi possível atender todas as recomendações da CGU/AM, devido a descentralização de recursos financeiros que foram insuficientes para contemplar todos os imóveis que necessitavam ou necessitam de reparos. Os recursos descentralizados para manutenção fixa da Superintendência são insuficientes para atender todas as necessidades desta Unidade, o que ocasiona prioridades de algumas ações e conseqüentemente inviabilizam outras, como por exemplo, aquisição de materiais permanentes, contrato de manutenção de veículos, combustíveis que são de certa forma amenizadas com recursos disponibilizados pelos setores técnicos.

Serviço de Fiscalização Agropecuária
SEFAG/DT-AM

4. Gestão de Programas e ações

4.1.1. Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

4.1.1.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Programa Finalístico
Objetivo geral	Salvaguardar a Produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Álvaro Antônio Nunes Viana
Indicadores ou parâmetros utilizados	Fiscalização Realizada
Público-alvo (beneficiários)	Agricultores e estabelecimentos produtores, comerciais e usuários de insumos agropecuários

4.1.1.2. Principais Ações do Programa

Objetivos

- Fiscalização de Produtos Veterinários (FISPROVET) - Garantir as condições adequadas no processo de fabricação e assegurar a conformidade, eficácia e inocuidade dos produtos veterinários. Decreto - Lei nº 467 de 13 de fevereiro de 1969 – Dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso Veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem e dá outras providências.
- Fiscalização de insumos destinados à Alimentação Animal (FISCINAN) - Garantir as condições adequadas no processo de fabricação, inclusive higiênico-sanitária, e assegurar a conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal. Lei nº 6.296 de 11 de dezembro de 2007 - Dispõem sobre a Inspeção e a Fiscalização Obrigatórias dos Produtos Destinados à Alimentação Animal e dá outras providências.
- Fiscalização de Material Genético Animal (FISCGENE) - Garantir a conformidade dos materiais destinados à reprodução animal. Lei nº 6.446 de 05 de outubro de 1977 - Dispõe sobre a Inspeção e a Fiscalização

Obrigatórias do Sêmen Destinado à Inseminação artificial em Animais Domésticos e dá outras providências.

- Fiscalização de Sementes e Mudanças (FISCALSEM) - Garantir os níveis de conformidade e qualidade das sementes e mudas disponibilizadas para a agricultura nacional, com vistas a assegurar a produtividade das culturas e, por consequência contribuir para a sustentabilidade do agronegócio. Lei nº 10.711 de 05 de agosto de 2003 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Semente e Mudanças e dá outras providências.
- Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes (FISFECOI) - Garantir os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes disponibilizados para a agricultura nacional. Lei nº 6.894 de 17 de dezembro de 1980 - Dispõe sobre a Inspeção e Fiscalização da Produção e do Comércio de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes, Estimulantes ou Biofertilizantes, destinados à agricultura, e dá outras providências.
- Fiscalização de Agrotóxicos (FISAGROTOX) - Garantir os níveis de conformidade e qualidade dos agrotóxicos e afins disponibilizadas para a agricultura nacional, com vistas a assegurar o combate às pragas das culturas com o mínimo dano possível ao meio ambiente e, por consequência contribuindo, para a sustentabilidade do agronegócio. Lei 7.802, de 11 de julho de 1989 - Dispõe sobre a pesquisa, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.
- Fiscalização de Serviços Agrícolas (FISCAGRIC) - Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental. Decreto-Lei nº. 917, de 07 de outubro de 1969 - Dispõe sobre o emprego da aviação agrícola no País e dá outras providências.

4.1.1.3. Gestão das ações

4.1.1.3.1. Ação 2140 – Fiscalização de Produtos Veterinários (FISPROVET)

4.1.1.3.1.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral, níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição	Registro, fiscalização e inspeção de empresas industriais e comerciais de produtos de Uso Veterinário localizados no País e no exterior, e controle da importação de produtos
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários – DFIP
Unidades executoras	Serviço de Fiscalização Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas – SEFAG – SFA/AM
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Fiscalização de Produtos de uso Veterinário
Coordenador nacional da ação	Marcos Vinícius de Santana Leandro Junior
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Maria Aldenir Mota de Brito

4.1.1.3.1.2. Resultados

Objetivos

A ação de Fiscalização de Produtos Veterinários tem como principal objetivo, as seguintes atividades/metabolos:

Registro de Estabelecimento Produtor, Registro de Produto de Uso Veterinário, Licenciamento e Fiscalização de Estabelecimento Comercial com conseqüente Fiscalização dos Produtos de Uso Veterinário expostos à venda.

Tabela 4.1.1.3.1.2.1 – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Licenciamento de Estabelecimento Comercial Revendedor de Produtos Veterinários – exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Sob demanda	Não se aplica	01	Não se aplica

A meta demonstrada acima corresponde à análise de processos para o Licenciamento de Estabelecimento Comercial Revendedor de Produto Veterinário, portanto não existe uma programação física, uma vez que é realizada sob demanda de comércios em início de atividade.

Por se tratar de análise de processo, esta meta, não exige gasto financeiro, no entanto, é uma demanda que gera tempo do serviço para análise e confecção de documentação legal, além disso, a maioria dos processos recebidos, não estão completos, o que gera uma série de exigências a serem solicitadas às empresas.

Tabela 4.1.1.3.1.2.2 – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Fiscalização de Estabelecimento Comercial Revendedor de Produtos Veterinários – exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
69	R\$ 5.865,00 (diária) R\$ 4.400,00 (passagem) R\$ 10.265,00 (TOTAL)	12	R\$ 0,00

A meta física Fiscalização de Estabelecimento Comercial Revendedor de Produtos Veterinários foi cumprida somente em 17,3% por vários motivos, o primeiro deles foi relativo à deficiência de Fiscais Federais Agropecuários para realizar a atividade; a única FFA responsável por todas as atividades das três áreas de ação do SEFAG animal, esteve em licença médica a partir do mês de Abril e, posteriormente, foi transferida no concurso de remoção. As metas não foram

executadas no período de Abril até Junho, quando ingressou uma nova FFA admitida através do último concurso público. No entanto, a Fiscal recém ingressa, passou a maior parte do segundo semestre recebendo treinamento nas diversas áreas, uma vez que será responsável por todas as ações da área animal do SEFAG.

Outro fator que contribui para o baixo resultado foi a falta de estrutura do serviço, e da Superintendência, para a realização das atividades, o SEFAG do Amazonas não dispõe de estrutura e material suficiente para a atuação dos Fiscais Federais, dentre o principal podemos citar a falta de computadores, em número e qualidade; além disso, não existem impressoras funcionando no setor, isto gera uma grande dificuldade e desestimula os servidores para a execução de suas funções e demandas, atrapalhando, em muito, as ações e o atendimento à população.

Cabe destacar, também, que o SEFAG do Amazonas, não possui auxiliar administrativo ou estagiário disponível, o que faz com que haja um grande dispêndio de tempo dos Fiscais Federais Agropecuários com assuntos administrativos.

Em relação à meta Financeira, a mesma não foi cumprida, uma vez que o setor ficou a maior parte do ano sem Fiscal para realizar a atividade. O que foi realizado, foi feito em conjunto com as Fiscalizações de Estabelecimento Comercial Revendedor de Alimentos para Animais, e portanto contemplados na Ação FISCINAN. Isto gerou uma maior eficiência do trabalho uma vez que juntamos em uma mesma Fiscalização, duas ações diferentes, diminuindo os custos em Fiscalização, sem alterar a qualidade da mesma.

Tabela 4.1.1.3.1.2.3 – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Produto Fiscalizado – exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
31	Não se aplica	Não mensurado	Não se aplica

A meta física Produto Fiscalizado não foi mensurada, no exercício de 2007, uma vez que a maioria das Fiscalizações realizadas teve o objetivo de Inspeção das Instalações para o Licenciamento, dessa forma não houve uma Fiscalização propriamente dita dos produtos expostos à venda.

Em relação a meta Financeira, esta não se aplica diretamente à atividade, uma vez que a mesma já está abordada na Atividade de Fiscalização de Estabelecimento Comercial Revendedor de Produto Veterinário.

Tabela 4.1.1.3.1.2.4 – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Treinamento da Equipe Técnica – exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
01 Treinamento em Serviço	Não Programado	01 Treinamento de Fiscalização de Produto Veterinário (realizado em dois módulos)	Viagem programada pela Coordenação em Brasília
Não Previsto	Não Programado	Participação em Força Tarefa da Divisão de Produtos Veterinários em Brasília	R\$ 742,86 (diária) R\$ 933,24 (passagem) R\$ 1.676,10 (TOTAL)
01 Participação em Reunião Técnica Nacional	Não Programado	01 Participação em Reunião Técnica Nacional	R\$ 784,15 (diária) (pg. pelo PI FISCALSEM) R\$ 1.870,28 (passagem)

Tabela 4.1.1.3.1.2.5 – Demonstrativo Financeiro para a atividade de Investimento em Material Permanente – exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Não se aplica	Não Programado	Não se aplica	12.000,00

O recurso disponibilizado pelo Departamento de Fiscalização de Insumos Agropecuários (DFIP), através do PI FISPROVET, permitiu a participação no pregão de número 0007/2007, realizado pela Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas, com isso foram adquiridos 02 notebooks, 01 máquina digital, 01 projetor multimídia e alguns móveis para equipar a área animal do SEFAG, que não dispunha de nenhum equipamento próprio para a execução das três ações sob sua responsabilidade. Esse investimento permitirá uma maior agilidade no serviço, no cumprimento das metas, no atendimento à população, na constante atualização dos Fiscais Federais Agropecuários, entre outros.

4.1.1.3.2. Ação 2124 – Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal (FISCINAN)

4.1.1.3.2.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados à alimentação animal.
Descrição	Registro e Fiscalização de conformidade dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de ingredientes, rações, concentrados e suplementos ; registro dos rótulos dos produtos; fiscalização da conformidade mediante a realização de análises fiscais; realização de diagnóstico dos componentes utilizados nas formulações de alimentos para bovinos de leite e corte sob o regime de confinamento; capacitação dos Fiscais Federais Agropecuários em Boas Práticas de Fabricação (BPF), APPCC e auditoria; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participações em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários – DFIP
Unidades executoras	Serviço de Fiscalização Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas – SEFAG – SFA/AM
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Produtos Destinados à Alimentação Animal
Coordenador nacional da ação	Fernanda Marcussi Tucci
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Maria Aldenir Mota de Brito

4.1.1.3.2.2. Resultados

Objetivos

A ação de Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal tem como objetivo específico, as seguintes atividades/metastas:

- Registro e Fiscalização de Estabelecimentos Fabricantes, importadores, exportadores, remisturadores, fracionadores e comerciais de produtos destinados à alimentação animal.

- Análise e Registro de produtos e seus respectivos rótulos.
- Realização de análises fiscais para verificação de conformidade dos produtos ofertados.
- Realização de coleta de amostras para fins de microscopia, visando a presença de produtos de origem animal em alimentos destinados a bovinos.
- Implementação e auditoria de Boas práticas de Fabricação em Estabelecimentos Fabricante e Fracionadores de Alimentos para Animais.

Tabela 4.1.1.3.2.2.1 – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Fiscalização de Estabelecimento Produtor/Fracionador de Alimentos para Animais – exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
16	R\$ 5.835,84 (diária) R\$ 8.800,00 (passagem) R\$ 14.635,84 (TOTAL)	05	R\$ 657,92 (diária) Não houve gastos com passagem para a realização da atividade.

Tabela 4.1.1.3.2.2.2 – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Fiscalização de Estabelecimento Comercial de Alimentos para Animais – exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
32	Não foi previsto gasto para esta atividade, pois as Fiscalizações são realizadas no município de Manaus, o que não gera custo, ou quando no interior, elas são realizadas em viagens feitas para a Fiscalização de Indústrias ou de Estabelecimentos Comerciais Revendedores de produtos de Uso Veterinário, sendo portanto, financiadas por outras ações ou atividades.	15	R\$ 45,49 (diária) Atendimento a solicitação.

No ano de 2007, nas atividades relativas ao PI FISCINAN, desenvolvidas no estado do Amazonas, no âmbito da Fiscalização dos estabelecimentos e produtos destinados à alimentação animal, podemos destacar os seguintes aspectos:

A meta de estabelecimentos fiscalizados (produtores/fracionadores e comerciais) não foi totalmente cumprida (41,66%) por diversas razões. A primeira relativa à deficiência de Fiscais Federais Agropecuários, a única FFA responsável por todas as atividades das três áreas de ação do SEFAG animal, esteve em licença médica a partir do mês de Abril e, posteriormente, foi transferida no concurso de remoção. As metas não foram executadas no período de Abril até Junho, quando ingressou uma nova FFA admitida através do último concurso público. No entanto, a Fiscal recém ingressa, passou a maior parte do segundo semestre recebendo treinamento nas diversas áreas, uma vez que será responsável por todas as ações da área animal do SEFAG.

Outro fator que contribui para baixa taxa de fiscalização é a falta de estrutura do serviço para realização das atividades, o SEFAG do Amazonas não dispõe de estrutura e material suficiente para a atuação dos Fiscais Federais, da área animal e vegetal, dentre o principal, podemos citar a falta de computadores, em número e qualidade, além disso, não existem impressoras funcionando no setor, isto gera uma grande dificuldade e desestimula os servidores para a execução de suas funções e demandas, atrapalhando em muito as ações e o atendimento ao público.

Existe ainda, uma elevada demanda relativa ao cadastro de estabelecimento comercial, essa obrigação burocrática gera tempo da FFA em análise e confecção de documentos oficiais, em prejuízo de sua disponibilidade para outras atividades inerentes à área, cabendo destacar que não existe auxiliar administrativo e/ou estagiários para ajudar nas atividades de escritório.

Tabela 4.1.1.3.2.2.3 – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Estabelecimento Comercial Cadastrado – exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Sob Demanda	Não se aplica	08	Não se aplica

Conforme já dito acima, a atividade Cadastro de Estabelecimento Comercial se refere à análise documental para Estabelecimentos Comerciais Revendedores de Alimentos para Animais. Trata-se, portanto, de análise processual, o que apesar de não gerar gastos, gera tempo da Fiscal Federal Agropecuário em atendimento, elaboração de pareceres e documentação legal e lançamento das informações no banco de dados.

Tabela 4.1.1.3.2.2.4 – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Produto Fiscalizado – exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
20	Não se aplica	25	Não se aplica

A meta física Produto Fiscalizado foi ultrapassada em 25% (125%) pois em todas as Fiscalizações realizadas tanto em Estabelecimentos produtores/fracionadores, quanto nos Estabelecimento Comerciais, foram adotadas

novas estratégias de Fiscalização, de duração mais longa, o que permitiu, também, fiscalizar os produtos estocados ou expostos à venda.

A meta financeira para esta atividade, já está abordada nas Atividades de Fiscalização de Estabelecimento Produtor/Fracionador e Fiscalização de Estabelecimento Comercial Revendedor de Produto Veterinário.

Tabela 4.1.1.3.2.2.5 – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Amostra Coletada (ingredientes)- exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
04	Não se aplica	00	Não se aplica

A meta programada de coleta de amostra foi negativamente afetada, por motivos já esclarecidos anteriormente, e que reafirmamos a seguir:

Deficiência de Fiscais Federais Agropecuários, a única FFA responsável por todas as atividades das três áreas de ação do SEFAG animal, esteve em licença médica a partir do mês de Abril e, posteriormente, foi transferida no concurso de remoção. As metas não foram executadas no período de Abril até Junho, quando ingressou uma nova FFA admitida através do último concurso público.

Treinamento da nova Fiscal responsável pelas diversas ações da área animal do SEFAG, o que tomou a maior parte do segundo semestre de 2007.

Falta de estrutura, básica, do setor e da Superintendência, para realização das atividades.

Tabela 4.1.1.3.2.2.6 – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Amostra Coletada (ração) - exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
20	Não se aplica	01	Não se aplica

Tabela 4.1.1.3.2.2.7 – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Amostra Coletada (cães e gatos) - exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
01	Não se aplica	00	Não se aplica

O não atendimento às metas demonstradas acima se justifica pelos mesmos motivos descritos anteriormente.

Tabela 4.1.1.3.2.2.8– Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Produto Registrado - exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Sob Demanda	Não se aplica	01	Não se aplica

Para esta meta não existe programação financeira porque se trata de análise processual e aprovação de rótulo. No entanto, é uma meta que demanda muito tempo da FFA na análise e elaboração de parecer.

Tabela 4.1.1.3.2.2.9 – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta Treinamento da Equipe Técnica - exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
01 Treinamento em Serviço	Não programado	01 Curso de Capacitação em Fiscalização de Produtos para a Alimentação Animal	Viagem programada pela Coordenação em Brasília
Curso de especialização em Alimentos para Animais	Não Programado	Não realizado	Não Realizado
Curso de Relatoria de Processo	Não Programado	Não Realizado	Não Realizado
Reunião Técnica Nacional	Não Programado	Participação em Reunião Técnica Nacional	R\$ 784,15 (diária) R\$ 1.870,28 (passagem)

4.1.1.3.3. Ação 2019 – Fiscalização de Material Genético Animal (FISCGENE)

4.1.1.3.3.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.
Descrição	Registro e Fiscalização dos estabelecimentos produtores, comerciais e prestadores de serviços de multiplicação animal; verificação de conformidade e análise fiscal de amostras de material genético animal; inscrição e certificação de doadores de material genético animal, conforme requisitos sanitários, zoogenéticos e reprodutivos; elaboração de normas e atualização de manual de serviços; capacitação de técnicos; e realização ou participação em eventos técnicos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários – DFIP
Unidades executoras	Serviço de Fiscalização Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas – SEFAG – SFA/AM
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Fiscalização de Material Genético Animal
Coordenador nacional da ação	Beronete Barros de Freitas Araújo
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Maria Aldenir Mota de Brito

4.1.1.3.3.2. Resultados

Objetivos

As ações do PI FISCGENE Tem como objetivo específico:

- Registrar, programar e executar a fiscalização de estabelecimentos produtores, comerciais e prestadores de serviços em multiplicação de material genético e tecnologia da reprodução em animais de interesse zootécnico.
- Realizar análise fiscal para a verificação de conformidade de amostras de material genético animal.
- Emitir de certificação zootécnica para a importação de animais para reprodução e material genético animal.

Por não existir, ainda, um diagnóstico da atividade no Estado, as metas físicas nunca foram programadas, não sendo possível a verificação de sua execução.

A área ligada à multiplicação animal nunca foi trabalhada no Amazonas, sendo uma ação da qual não se tem informação quanto à real existência de estabelecimentos produtores, prestadores de serviço, incubatório ou de estruticultura.

Para o ano de 2008 serão realizados levantamentos com o objetivo de averiguar a existência e a condição dessa atividade no Estado, procedendo-se a Fiscalização e a tomada de providências visando a regularização da atividade.

Tabela 4.1.1.3.3.2.1 – Demonstrativo Físico e Financeiro para a atividade Treinamento da Equipe Técnica - exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Não programado	Não programado	01 Curso Teórico Prático de Biotecnologia da Reprodução em Animais de	R\$ 903,68 (diária) R\$ 917,24 (passagem)

		Interesse Zootécnico	
Não programado	Não Programado	Participação em Força Tarefa*	R\$ 439,65 (diária) R\$ 879,04 (passagem)

Força tarefa para auditoria de Central De Transferência de Embriões e de Produção in vitro de embriões, realizada em Rio Branco – Acre.

Salientamos que o recurso liberado nesta Ação, ocorreu em virtude da Participação da Fiscal, Responsável Técnica pela área, em curso organizado pela Divisão de Material Genético Animal, e também, participação na Auditoria de Central de Transferência de Embriões e de Produção In Vitro de Embriões. Essa participação ocorreu a convite da Coordenação em Brasília, uma vez que a Fiscal fará parte da Equipe Nacional de Auditoria, da Divisão de Material Genético Animal.

Desempenho operacional

O parâmetro utilizado de Fiscalização Realizada, atingiu um percentual de 41,6% na Ação de Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal e 17,4 % na Ação de Fiscalização de Produtos Veterinários. Esses índices devem ser avaliados levando-se em conta todas as dificuldades já descritas neste relatório.

A análise deste parâmetro busca medir o grau de alcance das ações do Programa Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários, relacionando o planejamento inicial com o que foi desempenhado.

Trata-se, portanto, de um indicador do tipo eficácia, pois se baseia no volume de desempenho real em relação ao montante do resultado desejado, tendo sido utilizada, para o cálculo, a fórmula de número de estabelecimentos fiscalizados sobre o número programado, posteriormente multiplicando-se por 100 para se ter o resultado em porcentagem.

A aferição é realizada através dos Termos de Fiscalização, uma vez que para cada estabelecimento visitado, e ação realizada dentro de um mesmo local, é lavrado um Termo de Fiscalização. Os dados são consolidados mês a mês em relatórios, que são enviados para as Coordenações, em Brasília, além de serem inseridos no sistema informatizado de contabilização (SIPLAN).

A responsabilidade pelo cálculo fica a cargo da Fiscal Federal Agropecuária, que é a Responsável Técnica pelos Planos Internos, que correspondem a cada Ação da área animal do Serviço de Fiscalização Agropecuária da SFA/AM.

Para o próximo exercício, o SEFAG está buscando a adequação do serviço quanto ao número de Fiscais Federais Agropecuários e à infra-estrutura básica para a atividade. Cada Responsável Técnico dos Planos Internos previu em seu Plano Operativo para 2008 a disponibilização de recursos para reforma da unidade e aquisição de computadores, impressoras, telefones, móveis, etc, de forma a equipar e a tornar compatível com a grande demanda do setor, pois esta é a maior dificuldade enfrentada pelos Fiscais para o exercício da Fiscalização, bem como para bom andamento do serviço, atualização constante, para as relações pessoais e atendimento às demais atividades inerentes ao SEFAG voltadas para a melhoria da atenção à saúde humana, animal e vegetal, contribuindo para a transparência das ações e gastos públicos e fortalecimento da cidadania.

Quanto à falta de auxiliar administrativo, já foi solicitada à Divisão Técnica a contratação de estagiários para ajudar nas diversas atividades do setor.

Atribuimos a responsabilidade pela implementação das medidas corretivas para o atingimento das metas estabelecidas, dentro de padrões ideais de eficácia, eficiência ou efetividade, para o ano de 2008, ao Chefe do SEFAG, à Chefe da Divisão Técnica e ao Superintendente da SFA/AM.

4.1.1.3.4. Ação 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudanças (FISCALSEM)

4.1.1.3.4.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Garantir os níveis de conformidade e qualidade das sementes e mudas disponibilizadas para a agricultura nacional, com vistas a assegurar a produtividade das culturas e, por consequência contribuir para a sustentabilidade do agronegócio.
Descrição	Inscrição de produtor, beneficiador, embalador, armazenador e comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador, laboratório, amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudanças-RENASEM. Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas. Elaboração e revisão de normas técnicas relativas a inscrição e credenciamento. Acrescenta-se ainda a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários – DFIA
Unidades executoras	Serviço de Fiscalização Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas – SEFAG – SFA/AM
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Sementes e Mudanças
Coordenador nacional da ação	Agwagner Dutra Alarcão
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Maria Aldenir Mota de Brito

4.1.1.3.1.2. Resultados

Objetivos

A ação de Fiscalização de Sementes e Mudanças tem como principais objetivos, as seguintes atividades/metabolismos:

Produtor de sementes e de mudas, reembalador de sementes e de mudas, armazenador de sementes, beneficiador de sementes, comerciante de sementes e de mudas; credenciamento de responsável técnico, amostrador, coletor, entidade

certificadora, certificador de produção própria, laboratório de análise de sementes, laboratório oficial de análise de sementes, laboratório de análise de mudas, laboratório oficial de análise de mudas. Fiscalização de: campos de produção de sementes, planta básica, planta matriz, jardim clonal, planta fornecedora de material de propagação com origem genética comprovada, planta fornecedora de material de propagação sem origem genética comprovada, mudas certificadas e mudas, produtor de sementes e de mudas, reembalador de sementes e de mudas, armazenador de sementes, beneficiador de sementes, comerciante de sementes e de mudas, usuário de sementes e de mudas, entidade certificadora de sementes e de mudas, certificador de produção própria de sementes e de produção própria de mudas, laboratório de análise de sementes e de mudas, responsável técnico, amostrador e coletor. Elaboração e revisão de normas técnicas relativas a inscrição e credenciamento. Acrescenta-se ainda a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.

Tabela x – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta Inscrição de Produtor de Sementes – exercício 2007.

Prevista		Realizada	
Física	Financeira	Física	Financeira
Sob demanda	Não se aplica	01	Não se aplica

A meta acima corresponde à análise de processo para Inscrição de Produtor de Sementes no Registro Nacional de Sementes e Mudas - RENASEM, portanto não existe uma programação física, uma vez que é realizada sob demanda de novos produtores de sementes em início de atividade. Por se tratar de análise de processo, não exige gasto financeiro envolvido nesta atividade, no entanto é uma demanda que gera tempo do serviço, para análise e confecção de documentação legal, além disso, a maioria dos processos recebidos, não estão completos, gerando uma série de exigências a serem solicitadas aos produtores.

Tabela x – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Inscrição de Produtor de Mudas – exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Sob demanda	Não se aplica	13	Não se aplica

A meta acima corresponde à análise de processo para Inscrição de Produtor de Mudas no Registro Nacional de Sementes e Mudas - RENASEM, portanto não existe uma programação física, uma vez que é realizada sob demanda de novos produtores de sementes em início de atividade. Por se tratar de análise de processo, não exige gasto financeiro envolvido nesta atividade, no entanto é uma demanda que gera tempo do serviço, para análise e confecção de documentação legal, além disso, a maioria dos processos recebidos, não estão completos, gerando uma série de exigências a serem solicitadas aos produtores.

Tabela x – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Inscrição de Comerciante de Sementes e Mudanças – exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Sob demanda	Não se aplica	2	Não se aplica

A meta acima corresponde à análise de processo para Inscrição de Comerciante de Sementes e de Mudanças no Registro Nacional de Sementes e Mudanças - RENSEM, portanto não existe uma programação física, uma vez que é realizada sob demanda de novos produtores de sementes em início de atividade. Por se tratar de análise de processo, não exige gasto financeiro envolvido nesta atividade, no entanto é uma demanda que gera tempo do serviço, para análise e confecção de documentação legal, além disso, a maioria dos processos recebidos, não estão completos, gerando uma série de exigências a serem solicitadas aos produtores.

Tabela x – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Fiscalização de Produtores de Sementes, Produtores de Mudanças, Comerciantes de Sementes, Comerciantes de Mudanças, Inspeção de Viveiros – exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
117	R\$ 20.643,12 (diária) R\$ 4.639,68 (colaborador) R\$ 7.668,58 (passagem) R\$ 32.951,38 (total)	95	R\$ 8.731,73 (diária) R\$ 309,24 (colaborador) R\$ 2.046,84 (passagem) R\$ 500,00 (suprimento) R\$ 11.587,81 (total)

Totalizando os gastos em Fiscalização R\$ 11.587,81.

No ano de 2007, destacam-se as atividades relativas ao PI FISCALSEM, desenvolvidas no estado do Amazonas:

Foram feitas 95 (noventa e cinco) fiscalizações que resultaram na regularização de 13 (treze) produtores de mudas, 1 (um) produtor de sementes, 2 (dois) comerciantes de sementes, inspeção de 865.591 (oitocentas e sessenta e cinco mil, quinhentas e noventa e uma) mudas, 5 (cinco) autos de infração, 3 (três) termos de suspensão da comercialização e 1 (um) termo de interdição.

Devido as características do Estado do Amazonas, com suas dimensões continentais (1.570.745,68 km²), 62 municípios, e apenas 13 interligados por via rodoviária, ao município de Manaus (sede da Superintendência), decorre em aumento significativo do custo de fiscalização, pois a grande maioria dos deslocamentos para o interior do Estado são feitos por via aérea ou fluvial, onde faz-se necessário um maior número de diárias para os deslocamentos por via

fluvial ou aumento do custo do deslocamento com a aquisição de passagens aéreas, redundando em aumento do gasto financeiro.

A meta física não foi integralmente cumprida (81,20 %) por algumas razões. A primeira relativa à deficiência de Fiscais Federais Agropecuários. O SEFAG/SFA/AM, até o mês de junho contava com apenas 2 FFA's que acumulavam

as atividades de chefe do serviço, do PI FISFECOI e do PI FISAGROTOX. Em meados de junho, ingressaram dois novos FFA's admitidos por meio do último concurso público. No entanto, os Fiscais, recém ingressos, tiveram que passar por treinamento o que demandou tempo.

Fatores que entravam as ações do PI FISCALSEM: infra-estrutura e materiais insuficientes do SEFAG/AM, dentre os quais: falta de computadores em quantidade e qualidade e inexistência de impressoras em funcionamento no setor o que gera grandes dificuldades no desempenho de suas funções e demandas, atrapalhando, em muito, as ações e o atendimento ao público.

Não há ainda um levantamento preciso das atividades relacionadas ao Sistema Nacional de Sementes e Mudas – SNSM em todos os municípios do Estado, o que demanda deslocamentos que resultam em número de fiscalizações, acarretando um maior dispêndio financeiro e de tempo.

Tabela x – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Elaboração e Revisão de Normas Técnicas Relativas a Inscrição e Credenciamento – exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Não programado	Não programado	06 Reuniões da Comissão de Sementes e Mudas	R\$ 4.493,22(diária) R\$ 7.260,44 (passagem) R\$ 11.753,66 (total)

Totalizando o gasto de R\$ 11.753,66.

No ano de 2007 ocorreram 6 (seis) Reuniões da Comissão Interna Técnico-Consultiva Permanente de Sementes e Mudas, composta por representantes de todas as regiões do país, e a SFA/AM representa a região Norte. As reuniões têm como objetivo principal analisar as propostas de diretrizes para políticas relacionadas ao Sistema Nacional de Sementes e Mudas - SNSM.

Tabela x – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Reuniões Técnicas – exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
01 Reunião técnica nacional da CSM	Não programado	Reunião técnica nacional sobre sementes e mudas em Foz do Iguaçu - PR	R\$ 1.680,63 (diária) R\$ 4.269,12 (passagem) R\$ 5.949,75 (total)

Não Previsto	Não programado	Encontro regional de agrotóxicos da região Norte – Palmas - TO	R\$ 580,66 (diária) R\$ 1.455,04 (passagem) R\$ 2.035,70 (total)
Não Previsto	Não programado	Reunião técnica nacional DFIA – João Pessoa - PB	R\$ 3.136,60 (diária) R\$ 5.610,84 (passagem) R\$ 8.747,44 (total)
Não Previsto	Não programado	O3 Reuniões Técnicas no Estado	R\$ 481,69 (diária)
Não Previsto	Não programado	01 Reunião nacional da comissão de espécies florestais em Manaus	R\$ 119,32 (diária)
Não Previsto	Não programado	Reunião técnica sobre tratamento fitossanitário e quarentenário com brometo de metila e fosfina em São Paulo - SP	R\$ 397,61 (diária) R\$ 1.338,24 (passagem) R\$ 1.735,85 (TOTAL)

Totalizando os gastos em Reuniões Técnicas em R\$ 19.069,75.

Tabela x – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Treinamentos em Serviços– exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
01 Treinamento em Serviço	Não programado	01 Curso de formação em fiscalização de insumos agrícolas – Londrina - PR	R\$ 2.772,10 (diária) R\$ 4.688,08 (passagem) R\$ 7.460,18 (total)
Não Previsto	Não programado	Participação em Blitz para fiscalização de UBS no interior do RS	R\$ 1.299,38 (diária) R\$ 1.568,24 (passagem)

			R\$ 2.867,62 (TOTAL)
Não Previsto	Não programado	Participação em força tarefa para fiscalização de produção, do comércio e uso de sementes no interior do PR e SC.	R\$ 1.460,30 (diária) R\$ 2.184,24 (passagem) R\$ 3.644,54 (TOTAL)
Não Previsto	Não programado	Curso de micropropagação de plantas em Cruz das Almas -BA	R\$ 1.399,15 (diária) R\$ 4.278,48 (passagem) R\$ 1.200,00 (inscrição) R\$ 6.877,63 (total)
Curso de Relatoria de Processo	Não Programado	Não Realizado	Não Realizado
Curso sobre produção de mudas frutíferas	Não Programado	Não Realizado	Não Realizado
Curso sobre principais doenças de citros	Não Programado	Não Realizado	Não Realizado

Totalizando os gastos em Treinamentos em Serviço em R\$ 20.849,97.

Tabela x – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Material de Consumo e Serviços de Terceiros – exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Material de consumo	R\$ 5.000,00	- Aquisição de pneus - Pagamento de combustível - Materiais de consumo diversos - Montagem de	- R\$ 5.946,84 - R\$ 4.500,00 -R\$ 7.460,18 -R\$ 643,99 -R\$ 1.850,00

		divisória no SEFAG	
--	--	--------------------	--

Totalizando os gastos em Materiais de Consumo e Pagamento de Serviços de Terceiros em R\$ 12.940,83.

Os gastos com pneus e combustíveis foram para pagamento das despesas com a frota da SFA/AM, visto que o SEFAG/AM não possui veículo exclusivo para uso nas atividades do PI FISCALSEM. Para o exercício de 2008 serão computadas as despesas com combustível gastos na Fiscalização, pois foram programadas as despesas com combustível e haverá o controle dos gastos.

Tabela x – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Material Permanente – exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
1 Veículo	R\$ 80.000,00	Não realizado	Não realizado
1 Impressora	R\$ 500,00	Não realizado	Não realizado
1 Projetor de multimídia	R\$ 12.000,00	Não realizado	Não realizado
1 Canoa de Alumínio de 6m	R\$ 4.800,00	Não realizado	Não realizado
1 Motor de popa 40 HP	R\$ 8.000,00	Não realizado	Não realizado
Reboque para canoa	R\$ 3.000,00	Não realizado	Não realizado

No ano de 2007 não houve investimento.

Desempenho operacional

Objetivos

Indicador de desempenho para a Ação 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudanças.

Parâmetro utilizado: Fiscalização Realizada

a) Utilidade: Medir a relação custo/benefício e o atendimento às metas programadas.

b) Tipo: eficácia, eficiência ou efetividade,

- **Eficiência:** um resultado é eficiente quando é obtido com a melhor qualidade (=qualidade), nos tempos mais curtos possíveis (=velocidade) e com otimização de recursos (=custos). A eficiência estabelece a relação das cargas de trabalho com os

recursos empregados, avaliando a ocorrência de mais produtos ou serviços pelo mesmo custo. Exemplo: Redução dos prazos de atendimento em serviços ambulatoriais, sem aumento de custos e sem redução de qualidade do atendimento, com conseqüente diminuição dos custos médios de atendimento por procedimento ambulatorial.

- **Eficácia:** um resultado é eficaz quando a instituição/atividade/programa está atingindo seus objetivos ou metas, a partir da comparação entre o volume de desempenho real, com o montante do resultado desejados, independentemente dos custos implicados. Exemplo: O número de crianças vacinadas na última campanha nacional de vacinação atingiu a meta programada de 95% de cobertura vacinal.

- **Efetividade:** um resultado é efetivo quando os impactos da atuação da Unidade dão cumprimento às suas responsabilidades institucionais, às diretrizes e aos objetivos estratégicos da Unidade.

c) Fórmula de cálculo.

Eficiência: $[(\text{Custo Unitário Realizado em 2007}^*/\text{Custo Unitário Programado em 2007}^{**}) - 1] \times 100$

*Custo Unitário Realizado em 2007 = Custo realizado em 2007/Quantidade realizada em 2007

** Custo Unitário Programado em 2007 = Custo programado em 2007/Quantidade programada em 2007

Cálculo:

Custo realizado em 2007: R\$ 11.587,73 (Considerou-se os gastos efetivamente relacionados com a Fiscalização de Produtores de Sementes e de Mudas, Comerciantes de Sementes e de Mudas e Inspeção de Viveiros).

Quantidade Realizada em 2007: 95

Custo Unitário Realizado em 2007: $11.587,73/95 = \text{R\$ } 121,98$

Custo programado em 2007: R\$ 32.951,38

Quantidade programada em 2007: 117

Custo Unitário Programado em 2007: $32.951,38/117 = R\$ 281,64$

Eficiência = $[(121,98/281,64) - 1] \times 100 = [0,43 - 1] \times 100 = - 57$

Eficiência = - 57

Eficácia: (Quantidade Realizada em 2007/ Quantidade Programada em 2007) x 100

Cálculo:

Quantidade realizada em 2007: 95

Quantidade programada em 2007: 117

Eficácia = $(95/117) \times 100 = 81,20$

d) Método de aferição. Termos de Fiscalização e Relatórios de Viagem

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

SEFAG/DT/AM – Carla Alessandra Póvoa Lemes – Responsável Técnica pelo PI FISCALSEM

f) Resultado do indicador no exercício.

EFICIÊNCIA: - 57 (Não foi possível fazer o cálculo pois não foi utilizado Recurso para a execução da atividade.)

EFICÁCIA: 81,20

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

O SEFAG atualmente não possui estrutura adequada para um bom desempenho das atividades, é deficitário em equipamentos de informática. Falta computadores (em quantidade e qualidade) e não há impressoras em funcionamento no Setor. O SEFAG/AM não possui auxiliar administrativo o que compromete grande parte do tempo dos Fiscais Federais Agropecuários em questões meramente burocráticas mas que demandam tempo.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

No ano final de 2007 foram enviadas correspondências a instituições públicas e privadas de fomento, assistência técnica e financiamento de produção e aquisição de mudas, divulgando os viveiros legalizados no Estado do Amazonas. Na oportunidade esclarecemos as implicações do incentivo a produção de mudas ou mesmo a aquisição por parte dos agricultores de mudas ilegais. Com isso esperamos uma maior regularização dos produtores de mudas.

Foi elaborado um projeto para a realização de blitz no Estado do Amazonas no combate a produção e comercialização de mudas sem inscrição no Registro Nacional de Sementes e Mudas. Com isso esperamos um incremento significativo das fiscalizações, resultando na regularização de grande número de produtores, comerciantes e de viveiros de mudas.

No ano de 2008 o PI FISCALSEM contará com a dedicação exclusiva da RT do PI e com o apoio de mais 2 (dois) FFA, dedicando 50% e 30% dos seus tempos ao PI FISCALSEM.

Foi previsto no Plano Operativo para 2008 a disponibilização de recursos para reforma do SEFAG e para equipamentos de informática.

4.1.1.3.5. Ação 2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - FISFECOI

4.1.1.3.5.1. Dados gerais

Tabela A – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes disponibilizados para a agricultura nacional
Descrição	Registro e certificação de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; inspeção e fiscalização sobre a produção e a comercialização dos insumos básicos; realização de reuniões técnicas, cursos e treinamento em serviço para capacitação de fiscais; elaboração e revisão de normas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; realização de auditorias técnicas e operacionais nas unidades descentralizadas para avaliação da atividade de fiscalização.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA

Unidades executoras	Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG/DT/SFA/AM
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos – CFIC
Coordenador nacional da ação	José Guilherme Tollstadius Leal
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Maria Aldenir Mota de Brito

4.1.1.3.5.2. Resultados

Objetivos

A ação de Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes tem como objetivo as seguintes atividades/metabolismos: Registro e certificação de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; inspeção e fiscalização sobre a produção e a comercialização dos insumos básicos; classificação e registro de produtos e estabelecimentos.

Com a reestruturação do MAPA, foi criado o Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG, que uniu a área animal e vegetal. Em decorrência do

novo regimento, as ações nos exercícios 2006 e 2007, relativas ao PI FISFECOI (Fiscalização de Fertilizantes e Corretivos) estiveram inicialmente voltadas para a realização de diagnóstico, onde foi identificado que 100% dos estabelecimentos produtores e estabelecimentos comerciais não possuíam registro junto ao MAPA ou estavam com validade vencida. Desse modo, as ações fiscalização estiveram voltadas para orientação sobre os procedimentos para registro desses estabelecimentos. Inicialmente as fiscalizações ocorreram na cidade de Manaus e municípios próximos como Iranduba, Manacapuru, Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo, Itacoatiara, Nova Olinda do Norte, Itapiranga, Uruará. Priorizamos também municípios de tradição agrícola, a qual não dispúnhamos de informações como Apuí e Humaitá (sul do Estado). Fizemos prospecções em municípios como Novo Airão, Silves, Borba, Parintins, Nhamundá, estes últimos situado na região do baixo Amazonas, que tem tradição pecuária forte, detectamos um total de 6 (seis) EC, não registrados e que movimentam um número significativo de insumos agropecuários, que após nossa fiscalização se registraram.

Das fiscalizações em 2007, resultaram 10 registros concluídos, 01 processo de Importação de fertilizante para uso próprio, 3 Processos Administrativo de fiscalização julgado em primeira instância, sendo geradas 9.102,00 (nove mil, cento e dois reais) em multas, cancelados 3 registro de estabelecimentos. Foram recebidas 10 Certificados de Análise Fiscal dentro da garantia, com Índice de Conformidade de 100%, sendo 6 de Fertilizante Mineral Simples/Complexo, 1 de Fertilizante Mineral Misto, 1 Fertilizante Mineral Líquido, coletado no ano de 2006, e 2 de Corretivos de solo.

Tabela B – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Registro de Estabelecimento Comercial de Fertilizantes e Corretivos – exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Sob demanda	Não se aplica	10	Não se aplica

Não Existe programação física para meta análise de processo para registro de Estabelecimento comercial de Fertilizantes, uma vez que é realizada sob demanda de novos comércios em início de atividade e outros que não possui registro. Foram analisados e registrados 10 estabelecimentos, sendo oito de comércio de fertilizantes e corretivos e dois estabelecimentos produtores de corretivo e fertilizante orgânico respectivamente. Por se tratar de análise de processo, não exige gasto financeiro, entretanto demanda tempo do serviço do fiscal para análise e confecção do certificado. Muitas vezes os processos recebidos estão incompletos, gerando exigências que são solicitadas às empresas.

Tabela C – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Fiscalização de Estabelecimento Comercial de Fertilizantes e Corretivos – exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
35	R\$ 7.112,88 (diária) R\$ 4.300,00 (Passagem) R\$ 770,00 (Suprimento) R\$ 12.182,88 (TOTAL)	42	R\$ 4.810,00 (diária) R\$ 3.344,96 (Passagem) R\$ 286,00 (Suprimento) R\$ 8.440,96 (TOTAL)

Apesar das dificuldades ocorridas durante o exercício, como a descentralização dos recursos não cumprindo a programação estabelecida, bem como a greve dos FFA's, a meta estabelecida para essa ação foi atingida, sendo cumprida em 140%. É um número significativo para uma área que historicamente pouco foi realizado, e contando apenas com 1 FFA. Isso foi possível também, otimizando as viagens de modo que ações de fiscalizações envolviam Insumos Agrícolas como um todo, que juntando várias ações numa mesma fiscalização tem possibilitado a diminuição do custo final da fiscalização.

Na questão financeira, foi programado no POA/2007 para essa meta, o valor de 12.182,88 (doze mil cento e oitenta e dois reais e oitenta e oito centavos), excluindo custo de investimento. No entanto, foi disponibilizado 8.440,96 (oito mil quatrocentos e quarenta reais e noventa e seis centavos), que representou aproximadamente 69,3 % do valor inicialmente programado.

Tabela D – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Fiscalização de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes e Corretivos – exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
4	Não se aplica	4	Não se aplica

A meta física Fiscalização de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes foi cumprida em 100 %. A programação financeira foi incluída na fiscalização de estabelecimento comercial. As fiscalizações ocorreram para apuração de denúncia de produção e comércio de Fertilizantes Orgânico, bem como vistoria para concessão de dois registros de estabelecimento, sendo um de Fertilizante Orgânico localizado em Nova Olinda do Norte e outro de Corretivo em Itacoatiara – AM.

Tabela E – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Produto Fiscalizado – exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
22	Não se aplica	19	Não se aplica

A meta física Fiscalização de Produtos / produto amostrado foi cumprida em 86,3 % . Nesse período foram coletadas no comércio 19 (dezenove) amostras, sendo 10 (dez) de Fertilizante Mineral Simples/Complexo, que representou 107,75 toneladas do produto, bem acima das 30 toneladas programadas. Coletados 06 (seis) amostras de Fertilizantes Mineral Misto representando 59,2 toneladas, 01 (uma) amostra de Fertilizante Orgânico, representando 13 toneladas que representa cerca de 20% da produção do estado do Amazonas. Coletadas também 02 (duas) amostras de corretivos que representou 50 toneladas do produto, ou 20 % da produção do Estado do Amazonas. Verifica-se o não cumprimento das metas quanto ao produto amostrado fertilizantes líquido, isso ocorreu pelo fato de optarmos prioritariamente aos fertilizantes minerais sólidos, que são mais problemáticos quanto a conformidade em relação aos fertilizantes líquidos. Em relação à meta financeira já está abordada na Atividade de Fiscalização de Estabelecimento Comercial e Produtor de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.

Tabela F – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Treinamento da Equipe Técnica – exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Curso Especialização	Não se aplica	01 Curso de Especialização em	R\$ 1.137,32 (diária)

		Tecnologia de Produção de Fertilizantes (em andamento)	R\$ 1.465,04 (Passagem) R\$ 2.602,36 (TOTAL)
Treinamento em serviço fertilizante orgânico	Não se aplica	Realizado juntamente com curso de especialização	Não se aplica
Curso em relatoria de processo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

A Coordenação de Fertilizantes contemplou a SFA/AM com uma vaga para participação do Fiscal em curso de especialização (por módulo), intitulado "Tecnologia da Produção de Fertilizantes", curso a distância, com duas presenças obrigatórias, que está sendo realizado na ESALQ em Piracicaba – SP. Esse curso tem propiciado o treinamento do Técnico, contribuído dessa forma para melhorar os serviços prestados nessa ação. O técnico também participou de treinamento em serviço na região de Piracicaba, Campinas, Santa Bárbara fiscalizando juntamente com fiscais da UTRA/Piracicaba empresas produtoras de fertilizantes minerais, fluidos, orgânicos, corretivos e substrato. Esse treinamento foi muito proveitoso, pois deu subsídios para o fiscal registrar e fiscalizar dois estabelecimentos produtores de Fertilizante Orgânico e Corretivo que instalaram respectivamente em Nova Olinda do Norte e Itacoatiara.

Tabela G – Demonstrativo Físico e Financeiro para Investimento em Material Permanente – exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
01 notebook 01 Micro computador completo 01 impressora 01 sonda para coleta 01 data show	R\$ 14.550,00 (TOTAL)	01 notebook Móveis e equipamentos de escritório e projeção	R\$ 11.579,98 (TOTAL)

O recurso disponibilizado pela Coordenação de Fertilizantes, Cooretivos e Inoculantes, através do PI FISFACOI, permitiu a participação no pregão 06/2207, realizado pela SFA/AM, que com isso permitiu adquirir mesas, cadeiras, armários para os novos Fiscais ingressos, pois o Serviço não dispunha de estrutura mínima para recebê-los. Foram adquiridos, também 01 notebook e equipamentos diversos para escritórios

Desempenho operacional

Utilidade: Verificação das atividades desenvolvidas em relação às atividades programadas, os recursos empregados, as verificações das fiscalizações realizadas, dos procedimentos adotadas pelas fiscalizadas e o impacto final obtido.

Tabela H - Metodologia de Cálculo dos Indicadores

Indicador	Fórmula	Fonte de Informação	Fonte Inform.
% de fiscalizações realizadas em relação ao total programado	$=\frac{\text{TFR}}{\text{TFP}} \times 100$	TFR - TOTAL DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS EM PRODUTO + TOTAL DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS EM ESTABELECIMENTO TFP - TOTAL DE FISCALIZAÇÕES PROGRAMADAS	Relatório Mensal e POA
EFICÁCIA - % de estabelecimentos produtores fiscalizados em relação ao total de estabelecimentos registrados	$=\frac{\text{EF}}{\text{TER}} \times 100$	EF - Nº DE ESTABELECIMENTOS PRODUTORES FISCALIZADOS TER - TOTAL DE ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS	Informar EPs fiscalizados sem repetição SIPE
EFICÁCIA - % de estabelecimentos comerciais fiscalizados em relação ao total de estabelecimentos registrados	$=\frac{\text{EF}}{\text{TER}} \times 100$	EF - Nº DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS FISCALIZADOS TER - TOTAL DE ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS	Informar ECs fiscalizados sem repetição SIPE
EFICÁCIA - % de fertilizante mineral misto sólido amostrado em relação ao consumo anual	$=\frac{\text{FMA}}{\text{FMC}} \times 100$	FMA - QUANTIDADE EM TONELADAS DE FERTILIZANTE MINERAL MISTO SÓLIDO AMOSTRADO NO ANO FMC - QUANTIDADE EM TONELADAS DE FERTILIZANTE MINERAL MISTO SÓLIDO CONSUMIDO NO ANO	Relatório Mensal e POA
EFICÁCIA - % de fertilizante mineral simples/complexo sólido amostrado em relação ao consumo anual	$=\frac{\text{FMA}}{\text{FMC}} \times 100$	FMA - QUANTIDADE EM TONELADAS DE FERTILIZANTE MINERAL SIMPLES/COMPLEXO SÓLIDO AMOSTRADO NO ANO FMC - QUANTIDADE EM TONELADAS DE FERTILIZANTE MINERAL SÓLIDO CONSUMIDO NO ANO	Relatório Mensal e POA
EFICÁCIA - % de corretivo amostrado em relação total produzido no ano	$=\frac{\text{CA}}{\text{CC}} \times 100$	CA - QUANTIDADE EM TONELADAS DE CORRETIVO AMOSTRADO CC - QUANTIDADE EM TONELADAS DE CORRETIVO	Relatório Mensal e POA

		PRODUZIDO NO ANO	
% de recursos recebido em relação ao total programado	$=(RP/RR)*100$	RP - TOTAL DE RECURSOS PROGRAMADOS RR - TOTAL RECURSOS REALIZADO	POA e SEOF/SFA/AM

Tabela I - Indicadores de Desempenho

% de fiscalizações realizadas em relação ao total programado	128%	total de fiscalizações programadas	61
		total de fiscalizações realizadas	78
% de estabelecimentos produtores fiscalizados em relação ao total de estabelecimentos registrados	400%	nº de estabelecimentos produtores fiscalizados	4
		nº total de estabelecimentos produtores registrados	1
% de estabelecimentos comerciais fiscalizados em relação ao total de estabelecimentos registrados	140%	nº de estabelecimentos comerciais fiscalizados	42
		nº total de estabelecimentos comerciais registrados	30
% de fertilizante mineral misto sólido amostrado em relação ao consumo anual	2%	quantidade amostrada (toneladas)	59
		quantidade consumida (toneladas)	3.311
% de fertilizante mineral simples/complexo sólido amostrado em relação ao consumo anual	5%	quantidade amostrada (toneladas)	108
		quantidade consumida (toneladas)	2.300
% de corretivo amostrado em relação total produzido no ano	25%	quantidade amostrada (toneladas)	30
		quantidade produzida (toneladas)	120
% de recursos recebido em	69%	total de recursos programados	12.182,88

relação ao total programado		total recursos realizado	8.440,96
-----------------------------	--	--------------------------	----------

Método de aferição: Termos de Fiscalização, Relatórios de Viagem, POA

Área responsável pelo cálculo e/ou medição: SEFAG/DT/AM – Marcio Martins Pereira – Responsável Técnico pelo PI FISCALSEM

Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

O SEFAG atualmente não possui estrutura adequada para um bom desempenho das atividades, é deficitário em equipamentos de informática. Falta computadores (em quantidade e qualidade) e não há impressoras em funcionamento no Setor. O SEFAG/AM não possui auxiliar administrativo o que compromete grande parte do tempo dos Fiscais Federais Agropecuários em questões meramente burocráticas mas que demandam tempo.

Avaliação do resultado, indicando as causas de sucesso ou insucesso alcançado.

Os dados revelam que no ano de 2007 foram realizadas 78 fiscalizações de um total de 61 fiscalizações previstas, o que corresponde a 128% da meta física prevista.

No item fiscalização em estabelecimento produtor, apresentou um índice de 400%, comparando o número de fiscalização realizada versus número de estabelecimentos registrados. Isso não significa que todas as fiscalizações foram no mesmo estabelecimento, mas equivalem as vistorias para registro em 2 novos estabelecimentos produtor de fertilizante e corretivo.

Verificamos 42 fiscalizações realizadas em estabelecimentos comerciais em relação a 30 programadas, resultando num índice de 140%. Esse retrata ações em estabelecimentos registrados, em cumprimento a critérios estabelecidos de fiscalizar 100% daqueles e estabelecimentos novos sem registro.

Os índices seqüentes mostram a representatividade das amostras representadas pelos índices de amostragem de fertilizantes e corretivos em relação às quantidades consumidas ou produzidas. Verifica-se o cumprimento das metas de amostragem para fertilizante mineral simples/complexo (5%) e corretivo (25%), cuja meta era amostrar 2% e 5% respectivamente do consumo / produção do Estado do Amazonas. O índice corretivo apresentou resultado bastante elevado, em função de coletas realizadas no comércio de Manaus, bem como no único estabelecimento registrado no estado, situado no município de Itacoatiara. Entretanto, não foi possível cumprir a meta de amostragem para fertilizante mineral misto sólido (índice 2%), que era coletar 3% do volume comercializado no estado.

Para o ano de 2008, em comum acordo com a Coordenação, já foram feitos ajustes no planejamento com o intuito de melhorar o desempenho da ação. Com relação à efetividade da ação, observa-se que o índice de conformidade de amostras de fertilizantes e corretivos foi de 100%, o que indica os efeitos das

fiscalizações realizadas que contribuiu para a melhoria da qualidade dos produtos ofertados ao consumidor.

O índice custos da fiscalização em 2007 apresentou custo por fiscalização de R\$ 108,20, representando o total de recursos financeiro recebido na ação e o total de estabelecimentos e produtos fiscalizados.

Na questão financeira, do total programado no POA/2007 para esse PI, o valor de R\$ 12.182,88 gasto com a fiscalização, excluindo custo em investimento e material de consumo. No entanto, foi disponibilizado R\$ 8.440,96 efetivamente gasto na fiscalização, que representou aproximadamente 69 % do valor inicialmente previstos pela Coordenação. É oportuno ressaltar que a programação inicial foi feita com base em parâmetros e critérios indicados pela Coordenação Nacional, que estabeleceu o número de fiscalizações a serem realizadas, em função do cenário nacional da atividade. No caso do Estado do Amazonas, a predominância de estabelecimentos comerciais, foi o parâmetro definido pela SFA/AM em concordância com a Coordenação, que orientou para fiscalização de 100% dos desses Estabelecimentos (ECs) que comercializam grandes volumes de fertilizantes corretivos. Definiu-se, também fiscalizar 100% dos Estabelecimentos Produtores (EPs).

Concluimos que para o PI FISFECOI, houve significativo avanço no trabalho desenvolvido pelo SEFAG/DT/SFA/AM, primeiramente pela abrangência de municípios, em 2006 foram 13 (treze), que representou 20% (vinte por cento) dos 62 municípios do estado do Amazonas, em 2007 subiu para 23 (vinte e três), representando 37% (trinta e sete por cento) dos municípios. A Coordenação de Fertilizantes tem acreditado no trabalho realizado pela equipe, que tem correspondido, esperamos continuar dando mais eficiência e eficácia na fiscalização dos insumos no ano de 2008.

4.1.1.3.6. Ação 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos, Componentes e Afins – FISAGROTOX

4.1.1.3.6.1. Dados gerais

Tabela A – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos agrotóxicos e afins disponibilizados para a agricultura nacional, com vistas a assegurar o combate as pragas das culturas com o mínimo dano possível ao meio ambiente e por conseqüência contribuindo assim para a sustentabilidade do agronegócio.

Descrição	Credenciamento/Renovação de empresas prestadoras de serviços fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes; inspeção e fiscalização de empresas prestadoras de serviços de tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes; participação em reuniões técnicas, cursos e treinamento em serviço para capacitação de fiscais; elaboração e revisão de normas relativas à legislação de agrotóxicos, seus componentes e afins, instruções de processos administrativos decorrentes de autos de infrações, de acordo com a Legislação Federal em vigor, recepção, análise documental e emissão de pareceres.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA
Unidades executoras	Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG/DT/SFA/AM
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Agrotóxicos, Componentes e Afins – CGA
Coordenador nacional da ação	Luis Eduardo Pacifico Rangel
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Maria Aldenir Mota de Brito

4.1.1.3.6.2. Resultados

Objetivos

A ação de fiscalização de agrotóxicos, componentes e afins tem como objetivo as seguintes atividades/metastas: Credenciamento/Renovação de empresas prestadoras de serviços fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes; inspeção e fiscalização de empresas de tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, elaboração e revisão de normas relativas à legislação de agrotóxicos, seus componentes e afins, instrução de processos administrativos decorrentes de autos de infrações, de acordo com a Legislação Federal em vigor, recepção análise documental e emissão de pareceres.

Tabela B – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Credenciamento/Renovação de Empresas de Tratamento Fitossanitário com fins Quarentenários no Trânsito Internacional de Vegetais e suas Partes – exercício 2007.

Previstas	Realizadas
-----------	------------

Física	Financeira	Física	Financeira
Sob demanda	Não se aplica	03	Não se aplica

Não existe programação física para meta análise de processo para credenciamento/renovação de empresas de tratamento com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, uma vez que é realizada sob demanda de novas empresas em início de atividade e outras que renovarão o credenciamento. Por se tratar de análise de processo, não exige gasto financeiro, entretanto demanda tempo do serviço do fiscal para análise e confecção do certificado. Muitas vezes os processos recebidos estão incompletos, gerando exigências que são solicitadas às empresas.

Tabela C – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Fiscalização de Empresas de Tratamento Fitossanitário com fins Quarentenários no Trânsito Internacional de Vegetais e suas Partes – exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
08	R\$ 1.545,59 (diária) R\$ 1.000,00 (mat. cons) R\$ 2.545,59 (TOTAL)	20	R\$ 441,26 (diária) R\$ 1.000,00 (mat. cons) R\$ 1.441,26 (TOTAL)

As ações do setor do FISAGROTOX, durante o ano de 2007, consistiram-se de instruções de processos para o credenciamento/renovação de empresas prestadoras de serviços de tratamento fitossanitário com fins quarentenários, fornecimento às empresas interessadas os modelos específicos de documentos exigidos e legislações pertinentes, instruções de processos administrativos decorrentes de autos de infrações, recepção, análise documental e emissão de pareceres, lavratura de termos de inspeção e fiscalização nas empresas prestadoras de serviço fitossanitário com fins quarentenários bem como nos recintos alfandegados, divulgação de esclarecimentos do armazenamento, uso correto e eficaz dos agrotóxicos, seus componentes e afins, coleta e processamento dos dados relativos à fiscalização, elaboração e envio dos relatórios das atividades executadas no período.

Não existiam metas programadas pelo SEFAG/SFA/AM, para o PI FISAGROTOX, devido o Setor contar com 02 (dois) Fiscais Federais Agropecuários, não conseguindo, portanto, atender todos os Pis.

A partir de junho de 2007, com o ingresso de novos Fiscais Federais Agropecuários no MAPA, o SEFAG teve um incremento no seu quadro de pessoal, possibilitando assim, uma fiscalização mais efetiva.

Das metas de inspeções/fiscalizações programadas pela CGA/DFIA/SDA/MAPA, 08 (oito), realizamos 20 (vinte), o que representa 150% a mais do total planejado. É um número significativo para uma área que historicamente

pouco havia sido realizado, e contando com apenas 01 (um) Fiscal Federal Agropecuário.

As fiscalizações ocorreram nas cidades de Manaus e de Itacoatiara e resultaram em 20 (vinte) termos de inspeção e fiscalização em estabelecimentos, 09 (nove) pareceres e 03 (três) autos de infração, que resultaram em 03 (três) processos administrativos instaurados contra as empresas prestadoras de serviço fitossanitário com fins quarentenários.

Durante estas fiscalizações, foi observado que esses tratamentos estavam sendo realizados sem a presença dos responsáveis técnicos, realização de tratamentos fitossanitários em horários diferentes dos informados nos comunicados de tratamento, não realização dos tratamentos previstos, quantidade de pallets encontrados pela fiscalização diferente da quantidade informada no Comunicado de Tratamento Fitossanitário, procedimentos de segurança em desacordo com a Legislação Federal em vigor, equipamentos de proteção individual (EPI) diferente do recomendado pela bula e guia de aplicação do produto e presença de aplicadores não treinados para a realização dos tratamentos fitossanitários.

Na questão financeira foi solicitado, durante o decorrer do ano, o valor de R\$ 2.546,20 (dois mil quinhentos e quarenta e seis reais e vinte centavos). No entanto, foi liberado o valor de R\$ 1.618,48 (um mil seiscientos e dezoito reais e quarenta e oito centavos), o que representa 63,56% do valor inicialmente solicitado.

Deste valor foram utilizados R\$ 441,26 (quatrocentos e quarenta e um reais e vinte e seis centavos), em 03 (três) fiscalizações, no município de Itacoatiara-AM, com o pagamento de diárias e R\$ 1.000,00 (um mil reais), em material de consumo (combustível), recurso este repassado ao Setor de Transportes.

Houve a participação de 01 (um) FFA do SEFAG em 02 (dois) treinamentos específicos na fiscalização de agrotóxicos, sendo um realizado em Londrina-PR e o outro em Santos-SP. Houve também uma participação no I Encontro Nacional de Fiscalização de Insumos Agropecuários, juntamente com a II Reunião Nacional do DFIP E II Reunião Nacional do DFIA, realizada em João Pessoa-PB, todos com recursos do PI FISCALSEM.

Concluimos que para o PI FISAGROTOX houve um avanço significativo no SEFAG-SFA-AM, pelo trabalho até agora realizado, pois ocorreu uma melhora bastante significativa do número de fiscalizações realizadas, dos procedimentos de análise, instruções de processos administrativos e emissão de pareceres para registro e adequação das empresas a legislação federal em vigor e dos procedimentos de aplicação, segurança e administrativos, realizados pelas empresas prestadoras de serviços fitossanitários com fins quarentenários, no trânsito de vegetais e suas partes.

Desempenho operacional

Utilidade: Verificação das atividades desenvolvidas em relação às atividades programadas, os recursos empregados, as verificações das fiscalizações realizadas, dos procedimentos adotados pelas fiscalizadas e o impacto final obtido.

- Indicadores de Eficiência:

$(\text{N}^\circ \text{ de fiscalizações realizadas} / \text{N}^\circ \text{ de FFA envolvidos}) \times 100 = (20 / 01) \times 100 = 2000\%$.

$(\text{Recursos Aplicados} / \text{Recursos Recebidos}) \times 100 = (\text{R\$ } 1.441,26 / \text{R\$ } 1.618,48) \times 100 = 89 \%$.

Os recursos solicitados para a fiscalização das empresas credenciadas para tratamento quarentenário, no município de Itacoatiara-AM, não foram gastos em sua totalidade, porque a programação consistia do acompanhamento das fiscalizações por 02 (dois) Fiscais Federais Agropecuários, sendo que em 02 (duas) fiscalizações realizadas envolveram apenas a presença de apenas 01 (um) Fiscal Federal Agropecuário, e em outra por 01 (um) Fiscal Federal Agropecuário e 01 (um) Agente de Atividade Agropecuária, não sendo este um procedimento ideal, o que reflete a falta de recursos humanos para a realização das ações de modo correto.

- Indicadores de Eficácia:

$[(\text{N}^\circ \text{ de fiscalizações realizadas} / \text{N}^\circ \text{ de fiscalizações planejadas}) - 1] \times 100 = [(20 / 08) - 1] \times 100 = 150\%$.

$(\text{N}^\circ \text{ de Termos com Conformidades} / \text{N}^\circ \text{ de Termos de Fiscalizações}) \times 100 = (17 / 20) \times 100 = 85\%$.

$(\text{N}^\circ \text{ de Termos com Inconformidades} / \text{N}^\circ \text{ de Termos de Fiscalizações}) \times 100 = (03 / 20) \times 100 = 15\%$.

Houve um aumento de 150% do número de fiscalizações realizadas, em relação ao programado pela CGA/DFIA/SDA/MAPA.

Com a contratação de novos Fiscais Federais Agropecuários, a partir de maio de 2007, a fiscalização pode ser realizada em maior número, refletindo diretamente em maior produtividade.

Das 20 (vinte) fiscalizações realizadas no ano de 2007, pelo SEFAG/SFA/AM, verificamos que em 17 (dezessete) fiscalizações, os procedimentos adotados estavam de acordo com a Legislação Federal em vigor, resultando em um índice de 85% de conformidade, e em 03 (três) fiscalizações os procedimentos estavam em desacordo com a Legislação, resultando na aplicação de 03 (três) Autos de Infração correspondendo num índice de 15% de não conformidade.

- Indicadores de Efetividade:

$(\text{N}^\circ \text{ de Empresas Fiscalizadas} / \text{N}^\circ \text{ de Empresas Credenciadas}) \times 100 = (03 / 03) \times 100 = 100\%$.

Com a fiscalização de todas as empresas de tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, credenciadas pelo SEFAG/SFA/AM, atingimos a meta de 100%

e desejamos que o impacto seja a redução das não conformidades, o cumprimento da legislação em vigor, uma maior credibilidade dos serviços prestados e uma garantia da isenção de pragas no trânsito de internacional de vegetais e suas partes.

Os responsáveis pelos cálculos e medições dos indicadores são: o Chefe de Setor (SEFAG) e o respectivo Responsável Técnico do PI FISAGROTOX.

Suas atribuições incluem a programação das atividades, a negociação dos recursos com as Unidades específicas do órgão central em Brasília, a execução de atividades para a obtenção dos produtos programados e o acompanhamento e relato das mesmas para os gestores da SFA-AM e do MAPA.

Verificamos situações que prejudicaram um maior incremento do número das fiscalizações e um acompanhamento correto: carência de pessoal para cumprimento das metas e responsabilidades legais; falta de um programa abrangente e sistematizado de capacitação do corpo funcional, a partir das exigências que a evolução técnica e normativa dos trabalhos de fiscalização impõem, exigindo atualização permanente de seus quadros técnicos; necessidade de atualização das leis que ordenam e disciplinam algumas atividades de fiscalização, impedindo a atuação regular e a aplicação de sanções administrativas e falta de equipamentos de apoio (computadores, impressoras e cartuchos de tinta)

Não podemos deixar de citar a falta de aparelhos medidores de gases, máscara protetora de gases, para uma correta fiscalização dos tratamentos realizados pelas empresas prestadoras de serviços de tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes.

Concluimos que para o PI FISAGROTOX ocorreram o cumprimento das metas estabelecidas, as fiscalizações tiveram um aumento significativo, em relação ao programado, o índice de conformidade foi bem elevado, que todas as empresas credenciadas foram fiscalizadas, mas também verificamos que as fiscalizações envolveram a presença de apenas 01 (um) Fiscal Federal Agropecuário, não sendo este um procedimento ideal e que o número de fiscalizações ainda foram em número reduzido, refletindo a falta de recursos humanos.

4.1.1.3.7. Ação 2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas –FISCAGRIC

4.1.1.3.7.1. Dados gerais

Tabela A – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando a compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.
Descrição	Fiscalização das atividades de empresas prestadoras de serviços de aviação agrícola; Credenciamento/Renovação de empresas prestadoras de serviços de aviação agrícola.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA

Unidades executoras	Serviço de Fiscalização Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Agrotóxicos, Componentes e Afins – CGA
Coordenador nacional da ação	Luis Eduardo Pacifico Rangel
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Maria Aldenir Mota de Brito

4.1.1.3.7.2. Resultados

Objetivos

A ação de fiscalização de serviços agrícolas tem como objetivo as seguintes atividades/metastas:

- Credenciamento/Renovação de empresas prestadoras de serviços de aviação agrícola;
- Inspeção e fiscalização de empresas prestadoras de serviços de aviação agrícola, elaboração e revisão de normas relativas à legislação, instrução de processos administrativos decorrentes de autos de infrações, de acordo com a Legislação Federal em vigor, recepção análise documental e emissão de pareceres.

Tabela B – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Credenciamento/Renovação de Empresas Prestadoras de Serviços de Aviação Agrícola – exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Sob demanda	Não se aplica	00	Não se aplica

Não existe programação física para meta análise de processo para credenciamento/renovação de empresas prestadoras de serviços de aviação agrícola, uma vez que é realizada sob demanda de novas empresas em início de atividade e outros que renovarão o credenciamento. Isso só será implementado com o treinamento do fiscal em Coordenação de Aviação Agrícola, para posteriormente realização da fiscalização.

Tabela C – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Participação em Reunião Técnica da Coordenação de Aviação Agrícola – exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira

Não se aplica	Não se aplica	01	R\$ 550,46,26 (diária) R\$ 1.605,04 (passagem) R\$ 2.155,50 (TOTAL)
---------------	---------------	----	--

A única ação relativa ao PI – FISCAGRIC, durante o ano de 2007, contemplou a participação de um Fiscal Federal Agropecuário em Reunião dos Coordenadores em Aviação Agrícola realizada em Cuiabá –MT.

Cabe ressaltar que o Plano Operativo de 2007 não abordou tal ação devido à deficiência de Fiscais Federais Agropecuário para realizar a atividade. Com a deficiência de FFA´s o serviço optou por priorizar suas metas para aquelas ações de maior demanda no Estado. Além disso, para que a fiscalização ocorra há a necessidade de que o FFA responsável passe por um treinamento específico em Coordenação em Aviação Agrícola e o Serviço não dispõem de Fiscal que tenha participado de tal treinamento, e portanto, capacitado para assumir o Plano Interno.

Para o ano de 2008, já foi programado o treinamento de capacitação dos Fiscais que serão responsáveis por esta área, para que se possa iniciar a Fiscalização da atividade no Amazonas, pois esta é uma área que apresenta um grande potencial de desenvolvimento, principalmente no sul do Estado que tem agricultura e pecuária mais desenvolvida.

Desempenho operacional

Utilidade: Verificação das atividades desenvolvidas em relação às atividades programadas, os recursos empregados, as verificações das fiscalizações realizadas, dos procedimentos adotados pelas fiscalizadas e o impacto final obtido.

Indicadores: Os indicadores de desempenho não podem ser mensurados, pois, não houve programação para o PI FISCAGRIC, para o ano de 2007, devido ao fato deste PI pertencer anteriormente à Coordenadoria de Cooperativismo –SDC.

Resultado do Indicador no Exercício: houve a participação de 01 (um) Fiscal federal Agropecuário, na X Reunião dos Coordenadores de Aviação Agrícola, em Cuiabá – MT.

Disfunções Estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

- Ausência de Treinamento do Fiscal Federal Agropecuário;
- Ausência de registro de empresas prestadoras de serviços de aviação agrícola;

Medidas a serem Implantadas:

- Treinamento do Fiscal em “Coordenador em Aviação Agrícola”;

- Programação de fiscalização para diagnosticar empresa que atua no setor, principalmente na região sul do estado (Humaitá e Apuí), que apresenta grande potencial agrícola.

Serviço de Defesa Sanitária
SEDESA/DT-AM

4.1. PROGRAMAS

Objetivos

O SEDESA-AM desenvolve ações nos seguintes programas: Desenvolvimento da Fruticultura, Desenvolvimento da Horticultura, Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucoalcooleiro, Desenvolvimento Sustentável das regiões Produtoras de Cacau, Segurança Fitozoosanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários, Desenvolvimento da Avicultura, Desenvolvimento da Bovideocultura, Desenvolvimento da Caprinocultura, Equideocultura, e Ovinocultura.

As ações desenvolvidas visam evitar a introdução e disseminação de pragas e doenças que, além de comprometerem a produção agropecuária, podem comprometer o acesso dos produtos agropecuários brasileiros a mercados internacionais, por meio da imposição de barreiras fitozoosanitárias.

Indiretamente, este SEDESA atua através da delegação de competência para a execução de cada um dos referidos programas ao Órgão Executor estadual de Defesa Agropecuária, que no Amazonas é denominado Comissão Executiva Permanente de Defesa Sanitário Animal e Vegetal – CODESAV.

4.1.1. PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA (0354)

4.1.1.1. Dados Gerais

Tabela 1. Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Elevar padrões de qualidade e competitividade da fruticultura brasileira ao patamar de excelência requerido pelo mercado internacional.
Gerente do programa	Marco Antônio Portocarrero
Gerente executivo	Luiz Carlos Bheringer Nasser
Indicadores ou parâmetros utilizados	Área cultivada com fruticultura, Quantidade de exportação de frutas, Taxa de participação das exportações brasileiras no mercado mundial de frutas, Valor das exportações de frutas.

Público alvo (beneficiados)	Agentes da cadeia frutícola
-----------------------------	-----------------------------

4.1.1.2. Principais Ações do Programa

O programa possui as seguintes ações na área de defesa sanitária vegetal: Prevenção e Controle de Pragas na Fruticultura, Erradicação do Cancro Cítrico, Prevenção e Controle da Sigatoka Negra e Erradicação da Mosca da Carambola.

No que se refere à Prevenção e Controle de Pragas na Fruticultura, foram realizados, excepcionalmente, monitoramentos e levantamentos das seguintes pragas: Cancro Cítrico, Pinta Preta dos citros, Mosca Negra dos citros, CVC, Greening. A excepcionalidade se deu ao fato de nenhum levantamento ter sido feito pelo órgão estadual, que seria o executor dessas ações.

A ação de Prevenção e Controle da Sigatoka Negra é delegada aos estados, cabendo ao MAPA realizar a supervisão. No ano de 2006 foi firmado convênio com Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas para o desenvolvimento de trabalhos em campanhas de educação sanitária e instruções de produtores sobre o uso de cultivares resistentes, para execução em 2007.

Na ação Erradicação da Mosca da Carambola, iniciou-se o armadilhamento (armadilhas tipo Jackson) nos municípios de Manaus, Presidente Figueiredo e Parintins, com o objetivo de se detectar a presença da praga, que hoje se encontra restrita ao Estado do Amapá, mas que devido ao intenso fluxo de pessoas (principalmente via fluvial), entre os estados do Amazonas, Pará e Amapá, pode acarretar na disseminação da praga. A sua disseminação para outras UF pode resultar no fechamento do mercado internacional para as frutas brasileiras.

4.1.1.3. Gestão das Ações

4.1.1.3.1. Ação 4804 – Prevenção e controle de pragas na fruticultura

4.1.1.3.1.1. Dados gerais

Tabela 2. Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Prevenir a introdução de pragas em áreas produtoras de frutas e promover o controle de pragas em áreas onde foram introduzidas
Descrição	Realização de levantamentos e monitoramento de pragas visando seu controle.
Unidade responsável pelas ações estratégicas	SDA/DSV/CGPP
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CGPP
Coordenador nacional de ação	José Geraldo Baldini
Responsável pela execução da ação	Severino Pereira Falcão

no nível local	
----------------	--

4.1.1.3.1.2 Resultados

Tabela 3. Dados gerais do programa

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
	(14) 7.101,22		(14) 7.101,22
	(33) 20.408,96		(33) 20.408,96

Durante o levantamento de detecção do Cancro Cítrico, outras Pragas Quarentenárias Presentes (A2) foram encontradas, conforme listado na tabela Incidência de pragas por propriedade. De acordo com o Decreto Nº 5741, de 30 de março de 2006, este trabalho deveria ser realizado pelo Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal, bem como campanhas de erradicação e controle das mesmas, o que não vem ocorrendo.

Desta forma, o trabalho do SEDESA concentrou-se em realizar levantamentos e monitoramento de pragas quarentenárias A1. Para isso, utilizou-se o ano de 2007 como ano de diagnóstico, de levantamento das áreas onde se localizam plantios de espécies hospedeiras não sendo, portanto, possível o estabelecimento de metas físicas. Em virtude da chegada de novos FFAs, boa parte do tempo foi utilizado para capacitação, reconhecimento da área de atuação.

Foram realizados levantamentos de pragas dos citros, tanto em plantios comerciais quanto em viveiros.

Tabela 4. Dados referentes ao levantamento de pragas de citros.

MUNICÍPIO	Nº de Propriedades	Área Produtora (ha)	Área Amostrada (ha)	% da Área Produtora Amostrada
Presidente Figueiredo	16	84	52	62
Rio Preto da Eva	10	740	436	59
Manaus*	1	-	-	-
Itacoatiara	6	258	142	55
Iranduba	12	280	76	27
Manacapuru	8	100	20	20

*Viveiro de mudas de citros.

Tabela 5. Incidência de pragas por propriedade

Praga	Propriedades com Incidência de Pragas/Município					
	Irandu ba	Manaca puru	Rio Preto da Eva	Itacoatiar a	President e Figueired o	Manaus
Mosca Negra	9	7	3	1	0	1
Pinta Preta	3	1	2	1	0	1
Cancro	0	0	0	0	0	0
CVC	0	0	0	0	0	0
Greening	0	0	0	0	0	0

Recursos deste PI foram utilizados para participação de cursos e encontros, conforme listado abaixo:

- XI ENFIT – Encontro Nacional de Fitossanitaristas do MAPA.
- III Curso de Capacitação em Mosca das Frutas.
- Reunião de Revisão de Normas de Certificação Fitossanitária.
- Treinamento em Radiação Ionizante em Alimentos/Tratamento Fitossanitário.

4.1.1.3.2. Ação 4742 – Prevenção e Controle da Sigatoka Negra

4.1.1.3.2.1. Dados gerais

Tabela 6. Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Controlar a Sigatoka Negra em regiões produtoras de banana
Descrição	
Unidade responsável pelas ações estratégicas	SDA/DSV/CGPP
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CGPP
Coordenador nacional de ação	José Geraldo Baldini
Responsável pela execução da ação no nível local	Rodrigo Serpa Vieira Leite

4.1.1.3.2 Resultados

Os recursos previstos neste PI seriam para custear o acompanhamento de convênio firmado com o órgão estadual de defesa vegetal. Tendo em vista que nenhuma ação foi desenvolvida pelo referido órgão ao longo da vigência do convênio, os recursos não foram utilizados. O convênio foi encerrado devido à incapacidade técnica do órgão estadual em executá-lo.

Tabela 7. Dados gerais do programa

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
	100.000,00		0

4.1.1.3.3. Ação 4738 – Erradicação da mosca da carambola

4.1.1.3.3.1. Dados gerais

Tabela 8. Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Erradicar a mosca da carambola
Descrição	Adoção de medidas que visam à erradicação da mosca da carambola
Unidade responsável pelas ações estratégicas	SDA/DSV/CGPP
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CGPP
Coordenador nacional de ação	José Geraldo Baldini
Responsável pela execução da ação no nível local	Consuelo de Maria D'Ávila Lopes

4.1.1.3.3.2 Resultados

Foram realizados levantamentos de detecção e monitoramento da mosca da carambola (*Bactrocera carambolae*) nos municípios de Manaus, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Presidente Figueiredo, Iranduba, Manacapuru e Parintins. Esses municípios foram escolhidos levando-se consideração o grande fluxo de pessoas

oriundas do Estado do Pará e a presença do hospedeiro principal e de outros secundários.

As armadilhas para monitoramento foram distribuídas em propriedades nos municípios conforme a tabela a seguir:

Tabela 9. Distribuição de armadilhas tipo Jackson por município

MUNICÍPIO	ARMADILHAS
MANAUS	6
PRESIDENTE FIGUEIREDO	15
PARINTINS	15

O monitoramento é realizado quinzenalmente. São coletados os insetos capturados nas armadilhas e encaminhados para o laboratório para fins de diagnóstico. Foram escolhidos os municípios de Manaus, Presidente Figueiredo e Parintins para o monitoramento com armadilhas por serem a principal rota de entrada da mosca da carambola no Estado do Amazonas.

Nos municípios de Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Iranduba e Manacapuru foram feitos levantamentos de detecção levando-se em consideração o diagnóstico visual. A frequência destes levantamentos é anual. Além do diagnóstico visual, também são coletados frutos e armazenados para verificação de desenvolvimento larval.

Tabela 10. Número de propriedades levantadas por município.

MUNICÍPIO	Nº DE LEVANTAMENTOS/PROPRIEDADES
MANACAPURU	27
IRANDUBA	43
RIO PRETO DA EVA	44
ITACOATIARA	25

Tabela 11. Dados gerais do programa

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
	(14) 3.548,46		(14) 3.548,46
	(33) 3.300,00		(33) 3.300,00
	(36) 171,09		(36) 171,09
	(30) 1.740,00		(39) 1.740,00

4.1.1.3.4. Ação 4740 – Erradicação do Cancro Cítrico

4.1.1.3.4.1. Dados gerais

Tabela 12. Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Erradicar o Cancro Cítrico de áreas infestadas.
Descrição	Erradicação do Cancro Cítrico
Unidade responsável pelas ações estratégicas	SDA/DSV/CGPP
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CGPP
Coordenador nacional de ação	José Geraldo Baldini
Responsável pela execução da ação no nível local	Consuelo de Maria D'Ávila Lopes

4.1.1.3.4.2 Resultados

Os recursos disponibilizados neste Plano Interno foram utilizados como apoio nas ações do CPFRUTI, principalmente nos levantamentos de pragas dos citros. Também houve participação em um treinamento, conforme listado abaixo:

- Treinamento em Radiação Ionizante em Alimentos/Tratamento Fitossanitário.

Tabela 13. Dados gerais do programa

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
	(14) 3.358,56		(14) 2.240,37
	(33) 3.240,00		(33) 2.766,48
	(30) 1.500,00		(39) 0,00

Desempenho Operacional

Controle das Praga da Fruticultura

Foram utilizados como indicadores de desempenho da ação:

Eficiência – Produtividade na Supervisão dos pontos de monitoramento

$$IPm = \frac{N^{\circ} \text{ de supervisões realizadas}}{N^{\circ} \text{ de FFAs envolvidos}} = \frac{53}{2}$$

$$IPm = 26,5 \text{ levant./FFA}$$

Efetividade – Conformidade fitossanitária para pragas dos citros no AM

$$IQm = \frac{\text{N}^\circ \text{ de propriedades infestadas com pragas quarentenárias não relatadas}}{\text{N}^\circ \text{ de propriedades levantadas}}$$

$$IQm = 0$$

Indicadores de custos

Custo Médio do Levantamento de Pragas de Citros (CMLPC) R\$-

$$CMLPC = \frac{\text{diárias}}{\text{Levantamentos realizados}} = \frac{1.054,18}{53}$$

$$CMLPC = R\$ 19,89/spv.$$

Erradmosca

Eficácia – Eficácia na supervisão nos pontos de monitoramento

$$IEm = \frac{\text{N}^\circ \text{ de supervisões realizadas} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ de supervisões programadas}}$$

Tendo em vista que os trabalhos de monitoramento tiveram início efetivo no ano de 2007, não houve programação física para a realização dos trabalhos. O critério para a localização e distribuição das armadilhas foi de acordo com as prováveis rotas de introdução da praga. Desta forma, o ano de 2007 foi também o ano de diagnóstico para os trabalhos de monitoramento.

Eficiência – Produtividade na Supervisão dos pontos de monitoramento

$$IPm = \frac{\text{N}^\circ \text{ de supervisões realizadas}}{\text{N}^\circ \text{ de FFAs envolvidos}}$$

$$IPm = \frac{211}{2} = 105 \text{ spv/FFA}$$

Efetividade – Conformidade fitossanitária para mosca da carambola no AM

$$IQm = \frac{\text{N}^\circ \text{ de moscas encontradas}}{\text{N}^\circ \text{ de armadilhas} \times \text{dias}}$$

$$IQm = 0$$

Tabela 14. Resultados

INDICADORES	RESULTADOS
IEm	Não se aplica
IPm	105

IQm	0
-----	---

Indicadores de custo

Custo Médio dos Levantamentos/Monitoramento da Mosca da Carambola (CMLMC)
R\$

$$\text{CMLMC} = \frac{\text{Diárias}}{\text{Levantamento/Monitoramento realizado}} = \frac{1.394,78}{211}$$

CMLMC= 6,61

4.1 PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DA HORTICULTURA (0369)

4.1.2.1. Dados Gerais

Tabela 15. Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a produtividade da olericultura, das plantas medicinais, da floricultura e das especiarias de forma atender os padrões requeridos pelos mercados nacional e internacional
Gerente do programa	Marco Antônio Portocarrero
Gerente executivo	Maria Mazzarello Fonseca Boquad
Indicadores ou parâmetros utilizados	Área cultivada com batata, tomate e cebola
Público alvo (beneficiados)	Agentes das cadeias de olerícolas, medicinais e especiarias.

4.1.2.2. Principais Ações do Programa

O programa possui como ações a prevenção e o controle de pragas da horticultura. No SEDESA-AM as ações são voltadas para a prevenção da Cochonilha Rosada (*Maconellicoccus hirsutus* Green.), que é uma Praga Quarentenária Ausente (A1), de acordo com a IN Nº 52 de 20/11/2007, e é extremamente polífaga, podendo trazer grandes prejuízos à agricultura brasileira como um todo, e que é passível de ser introduzida no Brasil por já estar presente em países vizinhos.

4.1.2.3. Gestão das Ações

4.1.2.3.1. Ação 4806 – Prevenção e controle de pragas da horticultura

4.1.2.3.1.1. Dados gerais

Tabela 16. Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Prevenir e controlar as pragas de importância da horticultura
Descrição	Visa realizar levantamentos de detecção e monitoramento de pragas quarentenárias para adoção de medidas de prevenção e controle
Unidade responsável pelas ações estratégicas	SDA/DSV/CGPP
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CGPP
Coordenador nacional de ação	José Geraldo Baldini
Responsável pela execução da ação no nível local	Consuelo de Maria D'Ávila Lopes

4.1.2.3.1.2 Resultados

Esta ação foi realizada a partir do levantamento de detecção de *M. hirsutus*, que consiste no diagnóstico visual de plantas de hibisco (*Hibiscus rosa-sinensis*), seu principal hospedeiro, nos municípios em que se localiza a principal rota de entrada da praga no Estado, visto que esta se encontra amplamente dispersa na Guiana Francesa, Guiana Inglesa, Suriname e Venezuela. Este trabalho de levantamento de detecção é de extrema importância para implantação futura do Plano de Contingência da Cochonilha Rosada.

Além dos levantamentos realizados, aconteceram participações em reuniões com diversos órgãos como o SEBRAE, que fomenta a produção de flores tropicais no Estado do Amazonas, para abordagem de temas como crescimento da cadeia produtiva e seus possíveis entraves.

A falta de programação física, além da chegada de novos FFA's, fez com que o ano de 2007 fosse de diagnóstico da área.

Em nenhuma das localidades/propriedades levantadas, foi detectada a ocorrência da Cochonilha Rosada (*Maconellicoccus hirsutus* Green.).

Tabela 17. Dados gerais do programa

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
	(14) 2.549,20		(14) 1.129,04
	(33) 1.800,00		(33) 406,50
	(39) 1.000,00		(39) 1.000,00
	(30) 1.200,00		(30) 0

Tabela 18. Ações realizadas em 2007

AÇÃO REALIZADA	QUANTIDADE
Levantamentos de detecção (propriedades)	22
Participação em reunião	1

Tabela 19. Levantamentos realizados em 2007

MUNICÍPIO	UNIDADE DE MEDIDA	Nº DE LOCALIDADES LEVANTADAS
Manaus	Estabelecimentos	4
Presidente Figueiredo	Propriedades	7
Itacoatiara	Propriedades	4
Rio Preto da Eva	Propriedades	7
TOTAL		22

Desempenho Operacional

Eficiência – Produtividade na realização do levantamento

$$IEL = \frac{\text{nº de propriedades}}{\text{nº de fiscais}} = \frac{22}{2} = 11 \text{ propriedades/FFA}$$

Efetividade – conformidade fitossanitária para cochonilha rosada no AM

$$IQm = \frac{\text{nº propriedades infestadas}}{\text{nº propriedades fiscalizadas}} = \frac{0}{22} = 0$$

Custo de levantamento da cochonilha rosada por propriedade (CLCR)

$$CLCR (R\$) = \frac{1.129,04}{22} = 51,32$$

OBS: No cálculo do custo de levantamento por propriedade/estabelecimento, foi apenas utilizado o valor de diária, visto que o combustível utilizado foi disponibilizado pela Superintendência.

4.1 PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL SUCROALCOOLEIRO (5005)

4.1.3.1. Dados Gerais

Tabela 20. Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Garantir a estabilidade de preços e do abastecimento interno de álcool e açúcar, bem como o aumento das exportações de álcool combustível.
Gerente do programa	Vilmondes Olegário da Silva
Gerente executivo	Ângelo Bressan Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de variação de preços do açúcar cristal, Taxa de variação de preços do álcool anidro, Taxa de variação de preços do álcool hidratado, Volume das exportações de álcool
Público alvo (beneficiados)	Produtores de cana de açúcar, açúcar e álcool, usinas, destilarias e consumidores

4.1.3.2. Principais Ações do Programa

O programa tem como ações a prevenção e o controle de pragas da cana-de-açúcar. No estado do Amazonas foi detectado em 2006 um ataque severo da praga *Castnia licus* em plantios comerciais, levando a perdas de até 90% em talhões atacados.

Objetivos

4.1.3.3. Gestão das Ações

4.1.3.3.1. Ação 4758 – Prevenção e controle de pragas da cana-de-açúcar

4.1.3.3.1.1. Dados gerais

Tabela 21. Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	
Descrição	
Unidade responsável pelas ações estratégicas	SDA/DSV/CGPP
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CGPP
Coordenador nacional de ação	José Geraldo Baldini
Responsável pela execução da ação no nível local	Consuelo de Maria D'Ávila Lopes

4.1.3.3.1.2 Resultados

Tabela 22. Dados gerais do programa

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
	(14) 973,88		(14) 973,88
	(33) 1.200,00		(33) 1.200,00
	(39) 3.500,00		(39) 3.500,00

Foi realizada no primeiro semestre de 2007 uma palestra sobre os danos da *Castnia licus* no cultivo da cana e da banana, para produtores, profissionais, e para os órgãos de Extensão e Defesa do Estado do Amazonas.

Houve também a distribuição de folders sobre a *C. licus* nos municípios de interesse.

Desempenho Operacional

4.1 PROGRAMA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU (0362)

4.1.4.1. Dados Gerais

Tabela 23. Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar a geração de emprego e renda nas regiões produtoras de cacau, através do desenvolvimento e verticalização da atividade agropecuária regional.
Gerente do programa	Gustavo Moura
Gerente executivo	Wellington Duarte da Costa
Indicadores ou parâmetros utilizados	Renda agropecuária nas regiões cacaeiras do Brasil, Taxa de degradação ambiental nas regiões cacaeiras do Brasil, Taxa de ocupação agropecuária nas regiões cacaeiras do Brasil.
Público alvo (beneficiados)	Produtores e trabalhadores rurais das regiões produtoras de cacau.

4.1.4.2. Principais Ações do Programa

São desenvolvidas ações de Prevenção e Controle de Pragas da Cacaucultura. No Amazonas a ação se concentra no levantamento de detecção da praga quarentenária ausente *Moniliophthora roreri*, considerada a mais devastadora praga do cacau e que se encontra disseminada nos países vizinhos Colômbia e Peru. Tendo em vista o intenso tráfego de pessoas e produtos agrícolas na região da tríplice fronteira e o fato de que a praga é facilmente disseminada pelo vento, essa ação tem como objetivo detectar de forma rápida a sua introdução, para que medidas de contingência sejam tomadas e, conseqüentemente, evitar/retardar a sua disseminação para as demais regiões produtoras de cacau.

Objetivos

4.1.4.3. Gestão das Ações

4.1.4.3.1. Ação 4726 – Prevenção e controle de pragas da cacauicultura

4.1.4.3.1.1. Dados gerais

Tabela 24. Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentário
Finalidade	Realizar a prevenção e o controle de pragas da cacauicultura
Descrição	Realização de levantamentos e monitoramentos visando adotar medidas de prevenção e controle de pragas
Unidade responsável pelas ações estratégicas	SDA/DSV/CGPP
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CGPP
Coordenador nacional de ação	José Geraldo Baldini
Responsável pela execução da ação no nível local	Consuelo de Maria D'Ávila Lopes

4.1.4.3.1.2 Resultados

Foram percorridas as margens dos rios na área de fronteira com Peru e Colômbia, parando em todas as propriedades ou comunidades encontradas ao longo do trajeto.

Aquelas que possuíam “plantios” foram georeferenciadas e, por caminharmento, foi feita a inspeção da área em busca de sintomas/sinais da praga.

A todos os produtores foram distribuídos folders e repassadas informações sobre a praga.

Nos municípios onde existe a presença do órgão de extensão rural ou de defesa sanitária vegetal foram feitas reuniões técnicas sobre o trabalho que está sendo realizado, nas quais foram repassadas todas as informações disponíveis e solicitado auxílio no sentido de se verificar a presença da praga durante os trabalhos realizados por eles ao longo do ano. Houve participação de entrevista na Rádio Local Mesoregional de Tabatinga, para prestar esclarecimento sobre a praga.

Até o presente momento não foi detectada a presença da praga.

Tabela 25. Dados gerais do programa

Previstas	Realizadas
------------------	-------------------

Física	Financeira	Física	Financeira
	(14) 2.677,00		(14) 1.378,18
	(30) 3.000,00		(30) 3.000,00
	(33) 3.460,00		(33) 3.460,00
	(36) 2.000,00		(36) 600,00

A ausência de metas físicas se dá devido a constante mudança da área cultivada com cacau, devido ao fenômeno da terra caída. Desta forma tem sido observado uma redução gradativa da área cultivada.

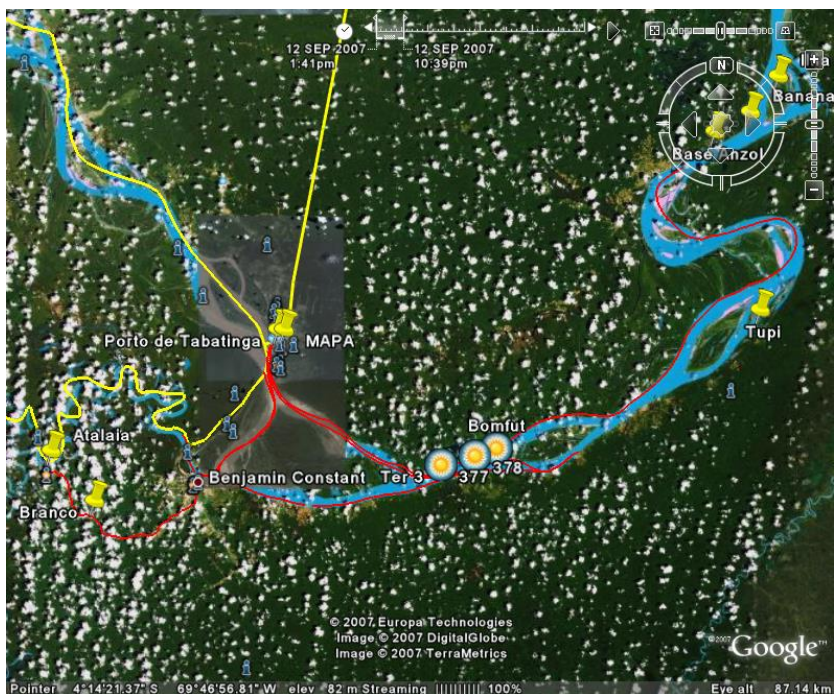


Figura 1. Região da tríplice fronteira onde foi realizado o monitoramento da *M. roleri*. A linha vermelha indica a área monitorada.

Desempenho Operacional

Eficácia – Eficácia na realização do levantamento

$$IEm = \frac{\text{N}^\circ \text{ de levantamentos realizados} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ de levantamentos programados}}$$

$$IEm = \frac{1 \times 100}{1}$$

Eficiência – Produtividade na realização do levantamento

$$IPm = \frac{\text{N}^\circ \text{ de levantamentos realizados}}{\text{N}^\circ \text{ de FFAs envolvidos}}$$

$$IPm = \frac{1}{2}$$

Efetividade – Conformidade fitossanitária para a Monília do Cacau

$$IQm = \frac{\text{N}^\circ \text{ de propriedades infectadas}}{\text{N}^\circ \text{ de propriedades}}$$

Tabela 26. Resultados

INDICADORES	RESULTADOS
IEm	100
IPm	0,5
IQm	0

A seguir são apresentados os indicadores de Custo Médio do Levantamento da Monília do Cacaueiro (CMLMC):

$$CMLMC = \frac{\text{diárias} + \text{combustível} + \text{passagem aérea} + \text{aluguel de embarcação}}{\text{Número de Propriedades}}$$

$$CMLMC = \frac{(1.378,18 + 3.000,00 + 3.460,00 + 600)}{14^*}$$

$$CMLMC = R\$ 602,73.$$

*Foram consideradas apenas as propriedades em que se encontraram plantios de cacau e não a totalidade de propriedades visitadas.

Deve-se salientar que para a operação foram disponibilizados R\$ 5.000,00 na forma de suprimento de fundo. No entanto foi possível realizar o trabalho gastando-se apenas R\$ 3.600,00. Deste valor, R\$ 3.000,00 foram em combustíveis e R\$ 600,00 em aluguel de embarcação.

4.1 PROGRAMA SEGURANÇA FITOZOOSSANITÁRIA NO TRÂNSITO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS (0357)

4.1.5.1. Dados Gerais

Tabela 27. Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Impedir a introdução e disseminação de pragas na agropecuária.
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de conformidade no controle de fronteiras
Público alvo (beneficiados)	Produtores e comerciantes de produtos agropecuários.

4.1.5.2. Principais Ações do Programa

São realizadas ações de Vigilância e Fiscalização no Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos e ações de Vigilância e Fiscalização no Trânsito Interestadual de Animais e seus Produtos.

Essas ações têm como objetivo verificar a conformidade de documentos e procedimentos adotados pelo órgão estadual de defesa durante as fiscalizações, bem como a adequação da estrutura física e equipamentos utilizados.

4.1.5.3. Gestão das Ações

4.1.5.3.1. Ação 2180 – Vigilância e fiscalização no trânsito interestadual de vegetais e seus produtos

4.1.5.3.1.1. Dados gerais

Tabela 28. Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
------	--------------

Finalidade	Promover a vigilância e fiscalização no trânsito de vegetais e suas partes
Descrição	Realização de supervisões nas atividades de barreira desempenhadas pelos estados.
Unidade responsável pelas ações estratégicas	SDA/DSV/CFTV
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CFTV
Coordenador nacional de ação	José Geraldo Baldini
Responsável pela execução da ação no nível local	Consuelo de Maria D'Ávila Lopes

4.1.5.3.1.2 Resultados

As ações de supervisão de barreira referentes à área vegetal estavam inicialmente programadas para o PI VIGITRANS, criado pela CGPP em 2006 para atender exclusivamente ao controle do trânsito interestadual, em virtude da existência de uma Coordenação específica para o trânsito de vegetais, a Coordenação de Fiscalização do Trânsito de Vegetais (CFTV). Tendo em vista a não disponibilização de recursos neste PI ao longo do ano, utilizou-se o recurso disponível no PI VIGIFITO para a supervisão das barreiras. Entretanto, a demora na definição do PI em qual seria disponibilizado o recurso acarretou no comprometimento do cumprimento da meta pré-estabelecida, que era de fiscalizar todas as barreiras.

Desta forma, foram supervisionadas apenas as barreiras de Parintins e Presidente Figueiredo.

Durante os trabalhos não foi possível verificar a conformidade de procedimentos em virtude das duas barreiras estarem fechadas. Isto se deve ao fato de que há carência de funcionários para atuarem nessa área na estrutura do órgão estadual. Os funcionários que atuam nas barreiras dividem suas atividades com outras ações de defesa como participação em campanhas de febre aftosa, o que deixa a atividade de barreira descoberta. Além disso, esses funcionários são regidos por contrato temporário, o que põe em dúvida a qualidade do serviço prestado, uma vez que estão sujeitos a pressões.

No PI VIGIFITO foi realizado o monitoramento do besouro asiático (*Anoplophora glabripennis*), em diversos pontos do município de Manaus (áreas primárias e indústrias do Pólo Industrial de Manaus) e na base de operações da Petrobrás Geólogo Pedro de Moura em Urucu / Coari-AM. A troca do material das armadilhas foi realizada mensalmente.

Tabela 29. Dados gerais do programa

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
	(14) 3.999,61		(14) 3.999,61
	(33) 9.650,00		(33) 9.650,00

	(36) 800,00		(36) 800,00
	(39) 1.500,00		(39) 1.500,00
	(52) 8.848,26		(52) 8.848,26

Tabela 30. Número de armadilhas instaladas por município

MUNICÍPIO	Nº DE ARMADILHAS
Manaus	13
Coari	8

Os recursos utilizados para realização das trocas de armadilhas foram disponibilizados pela superintendência, pois só foi utilizado combustível. As passagens aéreas para Urucu – Coari foram disponibilizadas pela Petrobrás.

Recursos deste Plano Interno também foram utilizados para participação em encontros e cursos, conforme listado abaixo:

- I Workshop Internacional sobre Erradicação e Controle da Mosca da Carambola.
- I Encontro Técnico sobre Monilíase.

Desempenho Operacional

A seguir são apresentados os custos médios de supervisão de barreira (CMSB).

$$\text{CMSB} = \frac{(\text{diárias} + \text{passagem})}{\text{N}^\circ \text{ de barreiras}}$$

$$\text{CMSB} = \frac{(434,52 + 403,84)}{2}$$

$$\text{CMSB} = 419,18$$

4.1.5.3.2. Ação 2181 – Vigilância e fiscalização no trânsito interestadual de animais e seus produtos

4.1.5.3.2.1. Dados gerais

Tabela 31. Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, visando à não-introdução de pragas e doenças em áreas regionalmente estabelecidas como livres e prevenir o aparecimento de doenças exóticas no País.
Descrição	Elaboração de normas, coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoossanitário do trânsito de animais no território nacional; representação do País nos fóruns internacionais que tratam da zoossanidade e capacitação de recursos humanos na área de vigilância zoossanitária.
Unidade responsável pelas ações estratégicas	SDA/DSA/CEV
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CEV
Coordenador nacional de ação	Luiz Felipe Ramos de Carvalho
Responsável pela execução da ação no nível local	Consuelo de Maria D'Ávila Lopes

A vigilância zoossanitária tem como prioridade a monitoria de sanidade dos rebanhos. Entende-se como monitoria a análise das informações de ocorrência de enfermidades, buscando correlacioná-las a diversos programas de saúde animal, a movimentação dos animais dentro do território nacional e às diversas atividades econômicas. Conclui-se, portanto, que a base de sustentação é o sistema de informação.

O setor tem centralizado em sua sede a habilitação de médicos veterinários, a tabulação das informações recebidas resultando nos diversos informes epidemiológicos, a troca de informações entre os SEDESA's das UF's vizinhas e a divisão de epidemiologia DSA/MAPA e o suporte às exportações através do monitoramento das atividades desenvolvidas nos aquários de peixes ornamentais, atendendo exigências dos países importadores.

A fronteira do Brasil com a Colômbia e o Peru está descoberta. Há necessidade da presença de um médico veterinário no PVA/Tabatinga a fim de atender a demanda daquela área internacional.

O órgão executor estadual mantém barreiras interestaduais localizadas nos municípios de Parintins, Boca do Acre, Guajará, Humaitá, Presidente Figueiredo e Manaus.

4.1.5.3.2.2 Resultados

Tabela 32. Dados gerais do programa

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
NÃO QUANTIFICADA NO PLANO OPERATIVO SEDESA-ANIMAL 2007.*	(14) 0,00	* *VER TABELA 33	(14) 0,00
	(33) 0,00		(33) 0,00
	(36) 0,00		(36) 0,00
	(39) 10.990,00		(39) 7.990,00
	(52) 0,00		(52) 0,00
	(30) 911,48		(30) 911,48
	TOTAL 11.901,48		TOTAL 8.901,48

Tabela 33 – Atividades do PI VIGIZOO1

Supervisão de barreiras interestaduais
Fiscalização de eventos agropecuários
Emissão de "CIS-E"
Emissão de GTA
Informes Epidemiológicos

* No plano operativo SEDESA – ÁREA ANIMAL 2007 não havia, qualquer referência à quantificação das metas, assim, torna-se impossível mensurar dados de efetividade das fiscalizações, destacamos ainda que os fiscais designados para o SEDESA são ingressos do último concurso, a partir de junho de 2007.

As ações de fiscalizações às barreiras, seguiram, o acompanhamento do convênio realizado entre o MAPA/SEPROR, nos municípios de PARINTINS, PRESIDENTE FIGUEIREDO E GUAJARÁ, sendo realizado com o PI

FEBREAFTOSA, isto gerou uma maior eficiência do trabalho uma vez que juntamos em uma mesma Fiscalização, duas ações diferentes, diminuindo os custos em Fiscalização. A fiscalização de um dos eventos agropecuários (Careiro Castanho) seguiu a mesma lógica e nas outras duas fiscalizações não foi necessário gasto com diárias ou outras despesas, pois são cidades com estrutura do MAPA e fiscais federais agropecuários (MANAUS E PARINTINS).

Na área do trânsito internacional de animais vivos, a atividade de maior importância é o trânsito de peixes ornamentais. No ano de 2007, devido a atrasos na confecção do novo Guia de Trânsito Animal (GTA) da SFA/AM, os fiscais federais agropecuários tiveram que emitir o documento (disponibilizado pelo MAPA/SEDE e que é restrito a fiscais federais agropecuários – médicos veterinários). Esta atividade é delegada a responsáveis técnicos dos estabelecimentos exportadores (médicos veterinários), porém na ausência do GTA da SFA/AM essa ação demandou dispendioso tempo, pois trânsito de peixes ornamentais é intenso, sendo o Amazonas o maior exportador de peixes ornamentais do país.

A emissão de Certificado de Inspeção Sanitária tipo E (CIS-E) para trânsito de peles bovinas e bubalinas e sebo bovino também foi outra atividade desempenhada por este setor.

O SEDESA, em busca do aprimoramento, adotou como um dos objetivos o credenciamento (atual habilitação) dos Médicos Veterinários da iniciativa privada para emissão de Guia de Trânsito Animal –GTA, o que é regido conforme a IN 15, de 30/06/06. Os setores privados e públicos interagem, compondo o quadro da realidade sanitária animal no Estado, que possibilita o direcionamento das atividades para o combate, controle e/ou erradicação às enfermidades de maior impacto econômico e social.

A correção, elaboração e envio de informes epidemiológicos mensais também faz parte da rotina, totalizando 120 informes sobre as diversas enfermidades solicitadas pelo MAPA.

Fiscalização de eventos agropecuários, em conjunto com o SEFAG, constitui outra ação do SEDESA, sendo:

Tabela 34. Feiras e Exposições Agropecuárias Fiscalizadas

XXV EXPOSIÇÃO FEIRA AGROPECUÁRIA DE PARINTINS – EXPOPIN – PARINTINS-AM
III EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA E FEIRA DE AGRONEGÓCIOS DO MUNICÍPIO DO CAREIRO – AGROPEC - CAREIRO CASTANHO – AM
XXIV EXPOAGRO – MANAUS –AM

Tabela 35. Emissão de “CIS-E”

Emissão de CIS”E”	PESO/UNID		“CIS-E” TOTAL: 108
Sebo bovino	Kg	162.000	07
Casco / chifres	Kg	00	00
Pele curtida de peixe	Peça	00	00
Pele Salgada de Bovino/Bubalino	Peça	98.543	101

Outros	Tecidos	00	00
--------	---------	----	----

Tabela 36. Principais Indicadores

VIGIZOO			
Eficácia	Indicador de conformidade de atuação do med.vet.credenciado	IQ CRF=	$\frac{(\text{méd. vet. cred. inicial} - \text{n}^\circ \text{ de méd.vet.descred. no ano}) \times 100}{\text{n}^\circ \text{ de méd. vet. credenciados no início do ano}}$ $3 - 0 \times 100/3 = 100$
Capacidade	Indicador de capacidade anual de credenciamento de méd.veterinário	IC CRF=	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de médicos veterinários credenciados}}{\text{Ano}}$ $3/1 = 3$

4.1 PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DA AVICULTURA (0371)

4.1.6.1. Dados Gerais

Tabela 37. Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Elevar a performance dos rebanhos avícolas mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões de suas funções produtivas e reprodutivas.
Gerente do programa	Edilson Guimarães
Gerente executivo	João Antônio Fagundes Salomão
Indicadores ou parâmetros utilizados	Peso médio de carcaças de aves, Taxa de controle da doença e Newcastle nos plantéis avícolas, Valor das exportações de aves
Público alvo (beneficiados)	Produtores e industriais da avicultura, produtores e comerciantes de produtos de uso veterinário.

4.1.6.2. Principais Ações do Programa

A competitividade no setor de aves a nível internacional exige que o Brasil mantenha a cadeia de avicultura bem articulada e provida de todos os meios para suplantar a concorrência internacional, incluindo a disponibilidade de novas tecnologias.

4.1.6.3. Gestão das Ações

4.1.6.3.1. Ação 4809 – Prevenção, controle e erradicação de doenças da avicultura.

4.1.6.3.1.1. Dados gerais

Tabela 38. Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Elevar a performance dos rebanhos avícolas pela redução de incidência de doenças.
Descrição	Combate, erradicação e controle das doenças que compõem o Programa Nacional de Sanidade Avícola.
Unidade responsável pelas ações estratégicas	SDA/DAS/CGCD
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CGCD
Coordenador nacional de ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Responsável pela execução da ação no nível local	Consuelo de Maria D'Ávila Lopes

4.1.6.3.1.2 Resultados

Tabela 39. Dados gerais do programa

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Não quantificado no plano operativo 2007.	(14) 3.513,58	* Ver Tabela 40	(14) 3.513,58
	(33) 13.588,56		(33) 13.588,56
	(36) 675,00		(36) 675,00
	(39) 1.874,40		(39) 1.874,40
	(52) 0,00		(52) 0,00
	(30) 0,00		(30) 0,00
	TOTAL 19.651,54		TOTAL 19.651,54

Tabela 40. Metas realizadas PCEAVE.

Reunião técnica para preparação das auditorias previstas na IN° 17 – BRASÍLIA-DF
Reunião com coordenação de sanidade avícola e coordenação de trânsito e quarentena animal – SÃO PAULO –SP
Curso de vigilância em doença das Aves – PORTO VELHO – RO
II Reunião para avaliação de ações do PNSA – MACEIÓ – AL
Reunião Técnica PNSA (Exercício Simulado) – BRASÍLIA – DF
Investigação de suspeita de ocorrência de Doença em Aves – URUCARÁ – AM
Acompanhamento “in loco” de atividades do PNSA pelo órgão executor em Área

próxima à Sítio de Aves migratórias – MANAUS-AM
Reuniõesno estado: Comitê Estadual de Enfrentamento à Pandemia de Influenza Aviária.- FVS MANAUS-AM Reunião do Plano de Contingência de Influenza Aviária no Aeroporto Eduardo Gomes.MANAUS-AM

Tabela 41. Tabela Principais Indicadores

Eficiência	Produtividade no monitoramento de núcleos de criação de reprodutores (avós, bisavós e matrizes)	$IP\ crff=$	<u>N° de núcleos de criação de reprodutores monitorados</u> <u>n° de Fiscais envolvidos</u> NÃO SE APLICA. O Estado do Amazonas não possui criação de reprodutores/ estabelecimentos registrados monitorados.
Eficácia	Conformidade de amostras para Salmonelas	$IQ\ fsl=$	<u>n° de amostras negativas x 100</u> <u>n° total de amostras colhidas</u>
Eficácia	Conformidade de amostras para micoplasmas	$IQ\ fmi=$	<u>n° de amostras negativas x 100</u> <u>n° total de amostras colhidas</u>
Capacidade	Capacidade de coletas de amostras sorológicas	$IC\ agr=$	<u>n° de amostras sorológicas coletadas</u> <u>ano</u>

4.1 PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DA BOVIDOCULTURA (0359)

4.1.7.1. Dados Gerais

Tabela 42. Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Elevar a performance dos rebanhos bovinos e bubalinos mediante a redução da incidência de doenças e o

	aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Jorge Caetano Jr.
Indicadores ou parâmetros utilizados	Produtividade leiteira bovina, Taxa de desfrute de bovinos, Taxa de obtenção de peles bovinas de primeira qualidade, Taxa de transferência de embriões.
Público alvo (beneficiados)	Criadores de gado de leite e de corte, indústrias do ramo de laticínios e de frigoríficos.

4.1.7.2. Principais Ações do Programa

O Brasil possui um dos maiores rebanhos bovinos do mundo. Apesar do grande potencial gerador de renda e de empregos desse setor, os índices de produtividade são muito baixos. Há necessidade de incrementar a pesquisa e o desenvolvimento para alterar essa situação. O país insere-se no mercado como um histórico importador de produtos lácteos para abastecimento da sua população. Tal situação decorre, sobretudo, da baixa produtividade do rebanho, que tem sido responsável pela fraca competitividade do setor leiteiro nacional frente a um mercado internacional cada vez mais competitivo e globalizado.

O desenvolvimento de programas de melhoramento zootécnico, alicerçados em técnicas de inseminação artificial e transferência de embriões constituem a forma mais eficaz para promover a melhoria dos sistemas de produção e, conseqüentemente, o fortalecimento da cadeia produtiva de leite. Contudo, o aumento da produtividade e da competitividade do setor somente será possível se, associado a isso, houver rigoroso controle da incidência de doenças dos animais e melhoria na tecnologia utilizada.

4.1.7.3. Gestão das Ações

4.1.7.3.1. Ação 4807 – Prevenção, controle e erradicação das doenças da bovinocultura.

4.1.7.3.1.1. Dados gerais

Tabela 43. Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Reduzir a incidência de doenças na

	bovideocultura
Descrição	Prevenção, controle e erradicação de doenças que atingem o rebanho bovino nacional, com adoção de medidas sanitárias previstas na legislação vigente; treinamento e reciclagem dos profissionais em relação às zoonoses e às atividades de fiscalização e controle sanitário, biossegurança, sistemas produtivos diferenciados e outros temas de interesse à sanidade animal.
Unidade responsável pelas ações estratégicas	SDA/DAS/CGCD
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CGCD
Coordenador nacional de ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Responsável pela execução da ação no nível local	Consuelo de Maria D'Ávila Lopes

4.1.7.3.1.2 Resultados

Tabela 44. Dados gerais do programa

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
	(14) 2.590,79	* Ver tabela 45	(14) 826,15
	(33) 3.800,00		(33) 875,50
	(36) 0,00		(36) 0,00
	(39) 0,00		(39) 0,00
	(52) 0,00		(52) 0,00
	(30) 0,00		(30) 0,00
	TOTAL: 6.390,79		TOTAL 1.701,65

Tabela 45. Metas realizadas do PI PCEBOV1

Elaboração de PLANO OPERATIVO 2008 com enfoque em região do BAIXO AMAZONAS
Acompanhamento do PNEFA E PNCEBT e Convênio MAPA/SEPROR em região do Baixo Amazonas – Parintins

Tabela 46. Tabela Principais indicadores PI PCEBOV1

Eficiência	Produtividade de colheita de amostras de Urina	IP cfu=	$\frac{n^{\circ} \text{ de amostras colhidas}}{n^{\circ} \text{ fiscais envolvidos}}$ NÃO SE APLICA, o estado do Amazonas não participa do Programa Nacional de Controle de Resíduos (PNCR)
Eficácia	Conformidade das amostras de urina	IQ cfu=	$\frac{n^{\circ} \text{ de amostras negativas} \times 100}{n^{\circ} \text{ de amostras analisadas}}$ NÃO SE APLICA

4.1.7.3.2. Ação 4842 – Erradicação da febre aftosa

4.1.7.3.2.1. Dados gerais

Tabela 47. Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.
Descrição	Acompanhamento das atividades de defesa sanitária em campo, para assegurar a imunização dos rebanhos; fiscalização de propriedades e criadores quanto à vacinação correta; atendimento das ocorrências de episódios vesiculares; controle de trânsito dos animais, dos produtos, dos subprodutos e das vacinas, como também de eventos agropecuários, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado externo.
Unidade responsável pelas ações estratégicas	SDA/DAS/CGCD
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CGCD
Coordenador nacional de ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Responsável pela execução da ação no nível local	Consuelo de Maria D'Ávila Lopes.

4.1.7.3.2.2 Resultados

Tabela 48. Dados gerais do programa

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Não quantificada.	(14) 12.961,76	* Ver tabela 49	(14) 10.875,33
No plano operativo	(33) 8.576,48		(33) 8.576,48
2007 as metas	(36) 550,00		(36) 550,00
eram generalistas.	(39) 39.000,00		(39) 39.000,00
(1 - Atuação nas	(52) 0,00		(52) 0,00
etapas de	(30) 1.200,00		(30) 1.200,00
campanha de	TOTAL 62.288,24		TOTAL 60.201,81
vacinação contra			
Febre Aftosa nos			
meses de Maio e			
Outubro)			
5 – Fiscalização			
do convênio em			
Defesa Animal,			
firmado com a			
CODESAV, com o			
término previsto			
para Novembro de			
2007;			

Tabela 49. Metas físicas realizadas

Acompanhamento do Convênio MAPA/SEPROR (GUAJARÁ, APUÍ, PARINTINS, NHAMUNDÁ, BARREIRINHA, CAREIRO DA VÁRZEA, CAREIRO CASTANHO, ITACOATIARA, ALTAZES, PRESIDENTE FIGUEIREDO, MANAUS)
Atualização de Informações relacionadas à Saúde Animal – BRASÍLIA-DF
II Etapa da Vacinação Febre Aftosa IDAM/CODESAV - PRESIDENTE FIGUEIREDO, MANACAPURU, IRANDUBA, RIO PRETO DA EVA, TABATINGA/SÃO PAULO DE OLIVENÇAS/BENJAMIN CONSTANT E ATALAI DO NORTE, PARINTINS, CAREIRO CASTANHO, ALTAZES, ITACOATIARA.
Supervisão do PNEFA - RIO PRETO DA EVA, CAREIRO CASTANHO, TABATINGA/SÃO PAULO DE OLIVENÇAS/BENJAMIN CONSTANT E ATALAI DO NORTE.
TREINAMENTO DE FFAs MÉDICOS VETERINÁRIOS – BRASÍLIA-DF
Curso de Gerência do PROGRAMA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA – Rio de Janeiro-RJ – PAGO COM RECURSOS DO PANAFTOSA/OMS

1 – A campanha de vacinação de Febre Aftosa no Amazonas é realizada nos meses de MAIO E NOVEMBRO, no ano de 2007, NA 2ª etapa da campanha, realizada em NOVEMBRO, houve prorrogação solicitada pelo estado, devidamente aceita pelo

MAPA. Em novembro, a SFA/AM realizou supervisões em Unidades Veterinárias Locais e Escritórios de Atendimento à Comunidade. Além disso, o estado possui características únicas, uma vez que a vacina de FEBE AFTOSA é subsidiada pelo estado e vendidas diretamente aos produtores através do IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas), este vinculado, tal como a CODESAV, a SEPROR, sendo assim realizamos supervisões no IDAM.

4.1.7.3.3. Ação 4766 – Controle e erradicação da tuberculose e brucelose

4.1.7.3.3.1. Dados gerais

Tabela 50. Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Diminuir o impacto negativo da tuberculose e da brucelose na saúde comunitária, elevar a produtividade dos rebanhos bovinos e promover a competitividade da pecuária nacional.
Descrição	Definição de campanha de vacinação obrigatória contra a brucelose; certificação de propriedades livres e monitoradas para brucelose e tuberculose; credenciamento e capacitação de médicos veterinários e laboratórios; padronização de métodos e fiscalização da infraestrutura laboratorial de diagnose das zoonoses; conclusão de diagnóstico epidemiológico de brucelose e tuberculose em escala nacional, incluindo estimativa de prevalência, identificação de fatores de risco e caracterização dos sistemas de produção; implantação de sistema de vigilância global para brucelose e tuberculose.
Unidade responsável pelas ações estratégicas	SDA/DAS/CGCD
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CGCD
Coordenador nacional de ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Responsável pela execução da ação no nível local	Consuelo de Maria D'Ávila Lopes.

4.1.7.3.3.2 Resultados

Tabela 51. Dados gerais do programa

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Não foi quantificado no PLANO OPERATIVO SEDESA ANIMAL 2007	(14) 903,54	Ver tabela 52	(14) 903,54
	(33) 1.900,00		(33) 1.900,00
	(36) 0,00		(36) 0,00
	(39) 0,00		(39) 0,00
	(52) 0,00		(52) 0,00
	(30) 0,00		(30) 0,00
	TOTAL: 2.803,54		TOTAL 2.803,54

Tabela 52. Metas realizadas PI Tuberbruce

Seminário de padronização dos procedimentos para credenciamento de laboratórios de diagnóstico da Brucelose bovina pela prova de 2-Mercaptoetanol - Pedro Leopoldo-MG
Reunião do Grupo de Supervisão do PNCEBT – Brasília/DF
Palestras educativas fora da SFA/AM (a partir de junho/2007): (01) UTRA/SFA/AM – PARINTINS -PNCEBT (PAGO COM PI FEBREAFTOSA)

A partir de 30/07/2005 tornou-se obrigatória a habilitação de médicos veterinários ao PNCEBT na SFA/AM, para que os mesmos possam atuar na execução de programa e tenham o direito de adquirir antígenos e tuberculinas para realização dos testes de Brucelose e Tuberculose.

Os trabalhos estão sendo direcionados de acordo com o Programa de Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose – PNCEBT.

Até o fechamento do ano, possuímos 12 veterinários habilitados, 02 – Parintins, 01 – Apuí, 06 - Manaus - , 02 - Boca do Acre e 01 – Autazes. Possuímos 62 municípios no Estados. 01 Médico Veterinário foi desabilitado por não atender os requisitos do PNCEBT. O número de Médicos Veterinários é insuficiente para atender a demanda, além de possuímos uma realidade diferente dos demais, pois não possuímos rodovias interligando o Estado. Apenas 02 rodovias federais e 02 estaduais. O acesso a grande maioria dos municípios se dá por via fluvial e/ou via aérea.

No plano operativo 2007, descrevia como meta “2 – Supervisões técnicas aos médicos veterinários habilitados ao Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose”, sendo plenamente realizado durante o ano, nos municípios de PARINTINS E MANAUS.

Tabela 53. Principais Indicadores

Capacidade	Fiscalização de Médicos Veterinários habilitados (laboratórios, novos habilitados)	lfe=	<u>n° de fiscalizações</u> ano 4/1 = 4
Eficácia	Cobertura da Fiscalização de Médicos Veterinários habilitados	lfMv=	<u>N° de médicos vet. fiscalizados x 100</u> Total de médicos veterinários habilitados 4 x 100/ 12 = 33,33
Eficiência	Capacidade operacional do Serviço	lcof=	<u>N° de veterinários habilitados fiscalizados</u> n° de fiscais envolvidos 4/2 = 2 Esse dado apenas inclui fiscalizações “in loco” e checagem de laboratórios, são realizadas verificações dos dados nos relatórios enviados pelos Médicos Veterinários, não inclusos nestes dados.
Eficiência	Supervisão de cursos para habilitação de médicos veterinários para atuar no PNECBT	IP MV	<u>N°. de cursos supervisionados</u> N°. de fiscais envolvidos 0/2 = 0 O estado do Amazonas não possui cursos para habilitação do PNCEBT
Eficácia	Eficiência supervisão de cursos para habilitação de médicos veterinários para atuar no PNECBT	IQ hmv	<u>N°. de cursos supervisionados x 100</u> N°. de cursos realizados 0 x 100/ 0 O estado do Amazonas não possui cursos para habilitação do PNCEBT
Capacidade	Supervisão de cursos para habilitação de médicos veterinários para atuar no PNECBT	IC hmv	<u>N°. de cursos supervisionados</u> Ano 0/1 = 0 O Estado do Amazonas não possui cursos para habilitação do PNCEBT

4.1.7.3.4. Ação 4771 – Controle da raiva dos herbívoros e prevenção da encefalopatia espongiforme bovina – doença da vaca louca

4.1.7.3.4.1. Dados gerais

Tabela 54. Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Reduzir e controlar a ocorrência da raiva dos herbívoros, prevenir a entrada da doença da Vaca Louca no Brasil e prevenir, controlar e erradicar as demais encefalopatias espongiformes transmissíveis.
Descrição	Definição de campanhas de vacinação de bovídeos e eqüídeos; combate aos morcegos hematófagos e a outros transmissores eventualmente identificados nos focos de raiva; educação sanitária em comunidades; análise laboratorial de indivíduos transmissores; verificação do coeficiente de mordedura e da dinâmica das populações; controle e fiscalização de importações e de ingressos no país de possíveis fontes de infecção de Encefalopatia Espongiforme Bovina (bovinos, farinhas de carne e ossos de ruminantes e outros materiais); inspeção e fiscalização das plantas e processos de produção de rações para animais; fiscalização dos processos de graxaria; exames clínicos (inclusive necropsia) e epidemiológicos; análise laboratorial de material encefálico; interdição de propriedades e declaração de quarentena; sacrifício e incineração de animais; análise de processos de indenização; limpeza e desinfecção das áreas de foco; redistribuição dos laboratórios de histopatologia e imunohistoquímica; capacitação de profissionais veterinários, produtores e demais agentes para a identificação de animais com sinais clínicos nervosos e sua diferenciação; e elaboração de instrumentos normativos.
Unidade responsável pelas ações estratégicas	SDA/DAS/CGCD
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CGCD
Coordenador nacional de ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Responsável pela execução da ação no nível local	Consuelo de Maria D'Ávila Lopes.

4.1.7.3.4.2 Resultados

Tabela 55. Dados gerais do programa

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Não quantificado	(14) 2.157,42	Ver tabela 56	(14) 2.157,42
	(33) 2.640,00		(33) 2.640,00
	(36) 1.334,96		(36) 1.334,96
	(39) 829,72		(39) 829,72
	(52) 0,00		(52) 0,00
	(30) 8.000,00		(30) 8.000,00
	TOTAL 14.962,10		TOTAL:14.962,10

]

Tabela 56. Monitoramento de Abrigos e Ataque de morcegos Hematófagos

Monitoramento de Abrigos e Ataque de morcegos Hematófagos – Presidente Figueiredo
Monitoramento de Abrigos e Ataque de morcegos Hematófagos – São Gabriel da Cachoeira
Monitoramento de Abrigos e Ataque de morcegos Hematófagos – Careiro da Várzea

Através de convite da Fundação Museu do Morcego, no mês de setembro, a Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas teve a oportunidade de participar e contribuir em um curso de captura de morcegos, realizado no Parque do Mindu e na Fazenda da Universidade Federal do Amazonas, participaram 2 FFA's do setor, 3 Auxiliares técnicos/administrativos e 1 estagiário. Material educativo foi distribuído, como a Revistinha Turma da Mônica - Raiva e o material técnico do programa Nacional de Raiva dos Herbívoros.

O evento contou ainda com a participação do Professor Wilson Uieda, Médicos Veterinários e auxiliares técnicos da CODESAV, biólogos e estagiários do Parque do Mindu, Médicos Veterinários e auxiliares da FVS.

Tabela 57. Principais Indicadores

Eficiência	Produtividade na fiscalização de propriedades rurais	IP pfpr=	<u>nº de propriedades fiscalizadas</u> nº Fiscais envolvidos (UTRA) 0/0 O Estado do Amazonas não possui UTRA
------------	--	-------------	---

Eficiência	Produtividade na coleta de amostras de alimentos para bovinos	IP pca =	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de amostras coletadas}}{\text{n}^\circ \text{ Fiscais envolvidos (UTRA)}}$
Eficácia	Conformidade de amostras enviadas ao laboratório	IQ cal=	$\frac{\text{n}^\circ \text{ amostras conformes enviadas ao lab} \times 100}{\text{n}^\circ \text{ total amostras colhidas}}$
Eficácia	Conformidade de amostras para pesquisa de subprodutos de origem animal na alimentação de bovinos	IQ can =	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de amostras negativas} \times 100}{\text{n}^\circ \text{ total amostras analisadas}}$
Capacidade	Capacidade de coleta de amostras	IC vl =	$\frac{\text{n}^\circ \text{ amostras coletadas}}{\text{ano}}$

4.1 PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA, EQUIDOCULTURA E OVINOCULTURA (0377)

4.1.8.1. Dados Gerais

Tabela 58. Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Elevar a performance dos caprinos, ovinos, eqüídeos e de pequenos e médios animais mediante o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.
Gerente do programa	Márcio Antônio Portocarrero
Gerente executivo	Rogério dos Santos Lopes
Indicadores ou parâmetros utilizados	Produtividade leiteira caprina, Taxa de desfrute de caprinos e ovinos de corte, Taxa de obtenção de peles caprinas e ovinas de primeira qualidade, Taxa de refugo de peles de caprinos e ovinos, Taxa de rendimento de carcaça de caprinos e ovinos.
Público alvo (beneficiados)	Pecuaristas, cooperativas e agroindústrias, pesquisadores e extensionistas.

4.1.8.2. Principais Ações do Programa

A demanda por produtos diferenciados de leite, carne e pele de caprinos com qualidade superior vem crescendo significativamente, o que implica numa necessidade cada vez maior de tecnologias adequadas para a caprinocultura. O setor da ovinocultura no Brasil apresenta um enorme potencial de produção de carne, pele e lã, tanto para abastecimento do mercado interno como para atendimento do mercado internacional. Um esforço adicional de pesquisa e desenvolvimento para o setor deverá ser realizado.

Muitas são as espécies de animais da fauna brasileira com potencial de domesticação ou de exploração racional e que dependem de estudos específicos para tornarem seu aproveitamento uma atividade economicamente sustentável.

4.1.8.3. Gestão das Ações

4.1.8.3.1. Ação 4829 – Prevenção, controle e erradicação das doenças da eqüideocultura, da caprinocultura e da criação de pequenos e médios animais

4.1.8.3.1.1. Dados gerais

Tabela 59. Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Reduzir a incidência de doenças na eqüideocultura, na ovinocaprinocultura e na criação de pequenos e médios animais.
Descrição	Capacitação técnica dos médicos veterinários oficiais; implantação e manutenção do Cadastro Nacional de Propriedades com Caprinos e Ovinos; constituição de Comitê Técnico Consultivo para o Programa Nacional de Sanidade de Caprinos e Ovinos (PNSCO); estruturação de sistema de vigilância para doenças exóticas de caprinos e ovinos; definição de pontos de diagnóstico, prevenção e controle de doenças de caprinos e ovinos de maior importância para o PNSCO; visitas à propriedades; vacinação de animais; colheita de material para realização de inquéritos soropidemiológicos; aquisição de equipamentos de informática para a implantação e manutenção do Cadastro Nacional de Propriedades com Caprinos e Ovinos; Educação Sanitária.
Unidade responsável pelas ações estratégicas	SDA-DAS/CGCD
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CGCD
Coordenador nacional de ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Responsável pela execução da ação no nível local	Consuelo de Maria D'Ávila Lopes

4.1.8.3.1.2 Resultados

Tabela 60. Dados gerais do programa

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
	(14) 0,00	(14)	0,00

	(33)	0,00		(33)	0,00
	(36)	0,00		(36)	0,00
	(39)	0,00		(39)	0,00
	(52)	0,00		(52)	0,00
	(30)	0,00		(30)	0,00
	TOTAL:	0,00		TOTAL:	0,00

Tabela 61 .Principais Indicadores

Eficiência	Laboratórios fiscalizados por ano	IC lab	$\frac{\text{N}^\circ \text{ total de laboratórios fiscalizados}}{\text{N}^\circ \text{ total de laboratórios}}$ $1/1 = 1$
Eficácia	Conformidade de exames para anemia infecciosa para eqüinos (AIE)	IQ aie	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de exames negativos p/ AIE} \times 100}{\text{n}^\circ \text{ de exames realizados}}$ $2.089 \times 100 / 2.118 = 98,63$
Eficácia	Conformidade dos laboratórios credenciados	IQ lab	$\frac{(\text{n}^\circ \text{ de laboratórios fiscalizados} - \text{n}^\circ \text{ de laborat. descredenciados}) \times 100}{\text{laboratórios fiscalizados}}$ $1-0 \times 100/1 = 100$
Produtividade	Laboratórios fiscalizados por fiscal	IP lab	$\frac{\text{N}^\circ \text{ total de laboratórios fiscalizados}}{\text{N}^\circ \text{ de fiscais envolvidos}}$ $1/1 = 1$
Eficiência	Aquários fiscalizados por ano	IC aqua	$\frac{\text{N}^\circ \text{ total de aquários fiscalizados}}{\text{N}^\circ \text{ total de aquários}}$ $9/9 = 1$
Eficácia	Conformidade de exames de qualidade da água de aquários	IQ aqua	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de exames com inconformidades} \times 100}{\text{n}^\circ \text{ de exames realizados}}$ $0 \times 100/14 = 0$
Eficácia	Conformidade dos aquários	IQ aqua	$\frac{(\text{n}^\circ \text{ de aquários fiscalizados} - \text{n}^\circ \text{ de aquários.com inconformidades}) \times 100}{\text{laboratórios fiscalizados}}$ $(9 - 0) \times 100/9 = 100$
rodutividade	Aquários fiscalizados por fiscal	IP aqua	$\frac{\text{N}^\circ \text{ total de aquários fiscalizados}}{\text{N}^\circ \text{ de fiscais envolvidos}}$ $9/2 = 4,5$

O Amazonas detém a maior exportação de peixes ornamentais do país.

O SEDESA/SFA/AM realizou em 2007, a fiscalização “in loco” dos aquários exportadores. Mensalmente, os aquários registrados encaminham relatório de atividades, onde são mencionados os dados de trânsito, com município de origem e entrada/saída quantificada, informações nutricionais e sanitárias. Semestralmente, todos encaminham laudo de análise de potabilidade da água. Atendendo restrições

sanitárias da Itália, os exportadores precisam comprovar ausência de *Salmonella* sp e *Vibrio cholerae* na água de seus aquários.

A autorização para emissão do CZI ainda não foi implantada. Estuda-se uma forma de atender a esta determinação, porém a carência de FFA mantém a atual impossibilidade. Outra demanda no ano de 2007 foi a emissão de Guia de Trânsito Animal para peixes, internamente na SFA/AM, uma vez que os recursos disponibilizados no início do ano não foram suficientes para a impressão dos GTAs da SFA/AM para serem disponibilizados aos Responsáveis Técnicos/Médicos Veterinários Credenciados para a emissão do documento, demandando grande tempo e disponibilidade devido à enorme demanda do serviço.

SERVIÇO DE POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO (SEPDAG/DT/SFA/AM)

4 - GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

4.1 - PROGRAMA: 1225 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA

4.1.1 - Dados Gerais

Tipo	Finalístico
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – DEPROS
Objetivo geral	Aumentar a oferta de produtos orgânicos e sua exportação
Gerente do Programa	Rogério Pereira Dias
Gerente Executivo	Rogério Pereira Dias
Indicadores utilizados	Os indicadores sugeridos no PPA 2004-2007 não se aplicam para esta SFA
Público-alvo: beneficiários	Produtores, processadores, distribuidores e consumidores de produtos orgânicos.

4.1.1.2 – Principais ações do Programa

O Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico, está sendo implementado para apoiar e fortalecer os setores da produção, processamento e comercialização de produtos orgânicos e estimular o crescimento deste segmento do agronegócio brasileiro.

O Pró-Orgânico é composto por um conjunto articulado de ações que passam pelo desenvolvimento e capacitação organizacional e tecnológico, aprimoramento e adequação de marcos regulatórios e promoção e fomento à produção e comercialização de produtos orgânicos.

4.1.1.3 - Gestão das Ações

4.1.1.3.1. - Ação: 4748 – Organização e Capacitação dos Agentes Atuantes em Produção Orgânica de Alimentos – ORGORGAN

4.1.1.3.1.1 - Dados Gerais

Tipo	Descentralizada
Finalidade	Capacitar técnicos e produtores rurais no que se refere a geração e/ou adaptação de conhecimentos necessários à produção orgânica e gestão adequada do seu empreendimento.
Descrição	Disponibilização de informação e treinamento em sistemas de produção agropecuária que conjuguem técnicas de manejo e diversificação da propriedade, potencializando a reciclagem de nutrientes, redução de patógenos e insetos-praga, eliminação de determinados contaminantes e conservação e melhoria da fertilidade do solo e da qualidade da água.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade –DEPROS –Coordenação de Agroecologia
Unidades Executoras	Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário –SEPDAG's
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área territorial estadual
Coordenador Nac. da ação	Rogério Pereira Dias
Responsável Técnico local	André Knewitz Levy

4.1.1.3.2 - Ação: 4751 – Fomento ao Uso de Produtos e Processos Adequados à Produção Orgânica de Alimentos – FOMORGAN

4.1.1.3.2.1 - Dados Gerais

Tipo	Descentralizada
Finalidade	Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional.
Descrição	Fomento à formação de bancos de sementes orgânicas, leguminosas e gramíneas nas propriedades rurais, associações e cooperativas de produtores e instituições de pesquisa, a fim de suprir a grande demanda existente e favorecer a utilização de sistemas de pastagens mistas (gramíneas, leguminosas), cultivos de cobertura do solo, rotação de culturas e adubação verde, dentre outras facilidades de acesso aos produtos e processos necessários ao desenvolvimento da agricultura orgânica.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade – DEPROS – Coordenação de Agroecologia
Unidades	Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário –

Executoras	SEPDAG's
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área territorial estadual
Coordenador Nacional ação	Rogério Pereira Dias
Responsável Técnico local	Klerysson da Costa Santana

4.1.3.1.3.2 - Resultados e Comentários:

Tabela 01 – Metas e Resultados das ações do Orgorgan e Fomorgan no exercício.

AÇÃO	EXECUTOR	PI	PRODUTO	META FÍSICA		Indicador de Eficácia		META FINANCEIRA		Variação relativa prog/exec	Custo unitário por ação (R\$)
				Progr.	Exec.	Variação relativa prog/exec	Variação rel. exec 2007/2006	Recursos Programados	Recursos Exec.		
Reunião CPOrg/AM	SEPDAG	Orgorgan	Reunião	11	8	72%	200%	0,00	0,00	0%	0,00
Ministração de Palestra	SEPDAG	Fomorgan	Palestra	3	11	366%	366%	1285,10	1285,10	100%	116,83
Realiz. de cursos/mini-cursos	SEPDAG	Orgorgan	Curso	---	5	---	---	560,00	560,00	100%	112,00
Participação em eventos	SEPDAG	Orgorgan	Participação	3	4	133%	400%	986,64	986,64	100%	246,66
I Seminário para certificação de orgânicos	SEPDAG	Orgorgan	evento realizado	1	1	100%	---	0,00	0,00	0%	0,00
Realização de feira de produtos orgânicos em Manaus	SEPDAG	Orgorgan	Evento	---	1	---	---	740,00	740,00	100%	740,00
Realização da I Semana da Produção Orgânica Expoagro	SEPDAG	Fomorgan	Evento Realizado	1	1	100%	---	3990,00	3990,00	100%	3.990,00
III Semana Nacional do Alimento Orgânico do Amazonas (Fepagro)	SEPDAG	Orgorgan	Evento realizado	---	1	---	---	0,00	23,07	0%	23,07
Construção de uma unidade demonstrativa de produtos orgânicos (espaço físico SFA)	SEPDAG	Orgorgan	Convênio Firmado	1	0	0%	---	---	---	---	---

Identificar a potencialidade de cultivos de orgânicos e suas localizações;	SEPDAG	Orgorgan	Levantamento efetuado	1	0	0%	---	---	---	---	---
Conhecer a demanda de capacitação da mão de obra no processo de produção, produtor e assistência técnica	SEPDAG	Orgorgan	Levantamento efetuado	1	0	0%	---	---	---	---	---
Elaboração proposta de criação da feira semanal permanente da produção orgânica – pátio SFA/AM	SEPDAG	Orgorgan	Proposta elaborada	1	0	0%	---	---	---	---	---
Visita a propriedade de produtores orgânicos	SEPDAG	Orgorgan	Visita realizada	---	2		---	216,56	0	0%	0,00

A reestruturação do SEPDAG/AM

Com a entrada de dois agrônomos e dois veterinários, promoveu nova dinâmica ao trabalho de orgânicos no Estado. A CPOrg foi reorganizada e teve uma atuação forte. No âmbito do Pró-Orgânico, diversas ações foram intensificadas, o que resultou em uma execução de metas acima do programado, além da realização de outras atividades que não tinham sido programadas.

a. Área Geográfica atingida

Não há definição deste item. Todos os trabalhos realizados foram dentro de Manaus, mas houve uma grande capilaridade quanto ao público. Estudantes e técnicos de todo o Estado foram atingidos através dos cursos, palestras e minicursos.

b. Beneficiários

Trabalhamos com estudantes, tanto universitários, principalmente alunos da Faculdade de Agronomia da UFAM, como de nível técnico, principalmente da Escola Agrotécnica de Manaus e da Escola Agrotécnica Rainha dos Apóstolos, agricultores de diferentes municípios, técnicos do IDAM e SEPROR, de diversos municípios do Estado. Além disso, através de trabalhos de formação na CPOrg, várias instituições foram atingidas, tanto governamentais (EMBRAPA, INCRA, INPA, IBAMA, CONAB, SUFRAMA, SDS, IDAM E SEMA) como não governamentais (SEBRAE, FUCAPI, IPA, FAEA, FEPI, COOAPIR, Associação Novo Encanto, Centro Holos, ACAM e GADESAM).

c. Ações

O eixo norteador do trabalho com orgânicos foi a CPOrg, a partir daí, em conjunto com as instituições participantes, definimos uma série de ações:

1. Reorganização e qualificação da CPOrg/AM

08 reuniões no ano, redefinindo as instituições participantes

Uma oficina de nivelamento em agricultura orgânica

2. Participação na EXPOAGRO, com a organização da I SEMANA DA PRODUÇÃO ORGÂNICA DO ESTADO DO AMAZONAS em parceria com a SDS (Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas) e apoio da CPOrg/AM.

Na programação da I SEMANA, realizamos uma série de atividades.

Dia de palestras sobre Agricultura orgânica, priorizando sistemas participativos de certificação; Extrativismo Sustentável e Relato de experiências em fruticultura orgânica. Neste evento trouxemos palestrantes do Acre e Rio Grande do Sul.

Feira de agricultores orgânicos: através de levantamento prévio com as instituições da CPOrg, convidamos agricultores com perfil orgânico, para realizar uma pequena feira de produção orgânica dentro da EXPOAGRO. Foram dez barracas com diversos produtos (mel, frutas e hortaliças, etc.).

Curso básico de agroecologia: curso de 32 hs com alternância de teoria e práticas, direcionado principalmente para agricultores, mas contou com a participação de técnicos e estudantes. O curso foi estruturado para proporcionar ao agricultor uma contextualização da produção orgânica, seus principais conceitos, algumas de suas bases científicas, algumas práticas úteis

(biofertilizante, compostagem, produção de fosfitos) e terminou com uma visita à uma propriedade orgânica.

Mini-curso de bio-fertilizantes enriquecidos: realizado para o público em geral da feira, focou-se os princípios da adubação, teoria da trofobiose e uso de materiais locais.

Mini-curso de produção de fosfitos. Abordou-se a teoria da ação dos fosfitos na planta, geração de resistência e a prática da produção através da pirólise de matérias ricas em sílica com materiais ricos em fósforo.

3. I SEMANA DO ALIMENTO ORGÂNICO DO AMAZONAS

Realizado na Feira do Produtor Familiar – FEPAGRO, que ocorre anualmente na Escola Agrotécnica de Manaus. O MAPA colocou um Estande com filmes educativos e material promocional sobre orgânicos. Além disto realizamos duas palestras:

Palestra de introdução a agricultura orgânica, abordando a origem, principais escolas e alguns princípios.

Palestra de Fruticultura Ecológica- Ênfase em citrus e banana. Trouxemos um relato de experiência com a citricultura e bananicultura ecológica do Sul do país, discutindo princípios, técnicas e o que pode ser aplicado aqui no Amazonas.

4. Série de palestras para alunos da UFAM.

A partir da I SEMANA DA PRODUÇÃO ORGANICA, houve interesse dos alunos da UFAM em aprofundarem alguns temas.

Foram realizadas em novembro e dezembro duas palestras para os alunos.

Introdução a agricultura orgânica: trazendo uma contextualização do atual estado da agricultura no mundo, sua evolução, principais escolas de agricultura orgânica, alguns princípios e algumas técnicas

Nutrição, trofobiose e produção de Biofertilizantes e fosfitos (teoria e prática). Foi abordado, de maneira mais técnica, princípios de nutrição, teoria da trofobiose, rochagem e atuação de eliciadores. Posteriormente foi realizada uma prática de produção de bio-fertilizante e uma prática de produção de fosfito.

d. Alcance social

Com relação ao alcance social das ações executadas no âmbito do Pró-Orgânico, cabe aqui mencionar os seguintes números:

- 280 Produtores Atendidos;
- 3.150 Consumidores, técnicos, estudantes, etc. Atendidos;
- 85 Produtores Capacitados;
- 110 técnicos, estudantes, etc. Capacitados.

e. Considerações

Dificuldades

O Estado tem peculiaridades sociais, ambientais e de logística que tornam este trabalho um desafio de peso para o MAPA. O tamanho do estado; a pouca presença do Estado no interior, com conseqüente pouca interiorização das

políticas públicas; as características de logística, que encarecem e tornam pouco ágeis a comercialização e o deslocamento; a carência de profissionais qualificados na área, tanto nos órgãos públicos como em empresas e ONGs e, finalmente, a fragilidade dos movimentos sociais para pontuar e cobrar ações adequadas e gerar atores críticos e participativos para que se construa um movimento agroecológico com base social. Dentre estas dificuldades é bom salientar que trabalhos no interior do Amazonas tem um custo de logística sem paralelo no resto do país. Isto tem de estar claro para as esferas de decisão superiores em Brasília.

Uma contradição que enfrentamos é de que as políticas públicas para agricultura familiar (todas com diretrizes baseadas na agroecologia) são as maiores responsáveis pelo uso indiscriminado de adubos sintéticos e agrotóxicos no Estado. Tanto o PRONAF como o Programa de ATES (Programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental que está a cargo do INCRA) tem levado projetos e assistência técnica que tem introduzido estes produtos em uma agricultura até então tradicional. Os programas de distribuição de sementes são os responsáveis pela perda de importante agrobiodiversidade no nosso estado.

Potenciais

O Estado do Amazonas ainda apresenta grande parte de seu território com cobertura florestal e, de modo geral, os diversos atores que praticam agricultura de alguma forma (seringueiros, caboclos, ribeirinhos, índios, etc.) ainda preservam boa parte de uma cultura de manejo de seus ecossistemas e uma agrobiodiversidade ainda desconhecida. Tais aspectos podem ser valorizados no sentido de se construir cadeias produtivas com impacto positivo social, ecológica e economicamente. Temos o potencial de fomentar produtos exclusivos de nossa sócio biodiversidade.

Para que isto ocorra são necessários investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento direcionados para a descoberta e qualificação destes produtos e a formação de técnicos e agricultores e extrativistas que possam transformar potencial em produto.

Alem disto, há fortes indícios científicos da importância da floresta em pé para o Agrobusiness do Brasil e de boa parte da América Latina. Este ponto deixa claro que são necessários investimentos em produtos fora do portfólio de commodities para que possamos atingir soluções que sejam sustentáveis.

4.1.2 - PROGRAMA: 0393- PROPRIEDADE INTELECTUAL

4.1.2.1 - Dados Gerais

Tipo	Finalístico
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – DEPTA
Objetivo geral	Garantir a proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual, considerando o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
Gerente do Programa	Bivanilda Almeida Tápias
Gerente Executivo	Bivanilda Almeida Tápias
Indicadores utilizados	Os indicadores sugeridos no PPA 2004-2007 não se aplicam para esta SFA
Público-alvo: beneficiários	Empresas; instituições científicas e tecnológicas; associações, cooperativas e consórcios; inventores isolados.

4.1.2.2 – Principais ações do Programa

Cabe ao MAPA, também, dar suporte técnico aos processos de concessão, manutenção, cancelamento ou anulação de certificado de Indicação Geográfica de produtos agropecuários, em matérias específicas.

A linha de trabalho adotada pelo MAPA visa divulgar a cultura de IG no meio rural e entre os consumidores, capacitar os agentes, formalizar convênios e apoiar as organizações de produtores para a melhoria das condições higiênico-sanitárias.

O objetivo maior é o desenvolvimento sustentável, via agregação de valores aos produtos, ressaltando as diferenças e identidades culturais próprias, organizando as cadeias produtivas e assegurando a inocuidade e qualidade dos produtos agropecuários.

4.1.2.3 - Gestão das Ações

4.1.2.3.1 Ação: 2B47 – Fomento a Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – FOMEAGRO

4.1.2.3.1.1 - Dados Gerais

Tipo	Descentralizada
Finalidade	Incrementar as cadeias produtivas com potencial de IG, acompanhar e monitorar os produtos agropecuários já certificados, objetivando a ampliação do rol de produtos protegidos por IG no Brasil e em outros mercados de interesse, com o conseqüente aumento da renda e do emprego nas cadeias de produção envolvidas, nas comunidades locais organizadas, bem como na defesa dos interesses do agronegócio diante das imposições do mercado internacional.
Descrição	Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de recursos humanos, bem como promover a capacitação de servidores, técnicos e gestores de cooperativas, produtores rurais, representantes de entidades nacionais envolvidas com a formulação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor produtivo, estudos e diagnósticos, programas de cooperação técnica, orientação, promoção e acompanhamento dos processos de certificação de IG de produtos agropecuários, Incrementar a produção de produtos com potencial de IG
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária – DEPTA, Coordenação de Incentivo à Indicação de Produtos Agropecuários (CIG)
Unidades Executoras	Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAG's
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área territorial estadual
Coordenador Nac. da ação	Bivanilda Almeida Tápias
Respons. Técnico local	Neuza Terezinha Tolfo Oliveira

4.1.3.2.3 - Resultados e Comentários:

Tabela 02 – Metas e Resultados das ações do Fomeagro no exercício.

AÇÃO	EXECUTOR	PI	PRODUTO	META FÍSICA		Indicador de Eficácia		META FINANCEIRA		Variação relativa prog/exec	Custo unitário por ação (R\$)
				Progr.	Exec.	Variação relativa prog/exec	Variação rel. exec 2007/2006	Recursos Programados	Recursos Exec.		
Fiscalização IG's com apresentação de palestras	SEPDAG	Fomeagro	fiscalização	8	4	50%	100%	1508,92	4.035,22	267%	1009,00
Particip. congresso/seminários	SEPDAG	Fomeagro	Participação	---	3	---	----	1.000,00	1.199,39	120%	399,80
Participação em curso IG	SEPDAG	Fomeagro	Participação	1	2	200%	200%	4.085,00	4.085,00	100%	2.042,50
Participação em Reunião Técnica	SEPDAG	Fomeagro	Participação	2	2	100%	100%	0,00	0,00	0%	-
Participação em cursos sobre propriedade intelectual	SEPDAG	Fomeagro	Participação	1	2	200%	---	0,00	0,00	0%	-
Apresentação de Palestras**	SEPDAG	Fomeagro	Palestra	----	4	---	---			0%	
Reunião com parceiros	SEPDAG	Fomeagro	Reunião	10	12	120%	100%		0,00	0%	-

*Ação realizada a convite dos parceiros efetuadas em eventos na Capital. Nas fiscalizações de IG's também houve proferimento de palestras.

Tabela 03 – Metas e Resultados de outras ações desenvolvidas para CAPTA/SDC sem PI definido.

AÇÃO	EXECUTOR	PI	PRODUTO	META FÍSICA		Indicador de Eficácia		META FINANCEIRA		Variação relativa prog/exec	Custo unitário por ação (R\$)
				Progr.	Exec.	Variação relativa prog/exec	Variação rel. exec 2007/2006	Recursos Programados	Recursos Exec.		
Particip. congresso/seminários	SEPDAG	não definido	Participação	---	3	---	---		0,00	0%	-
Participação reuniões Estaduais	SEPDAG	não definido	Participação	10	12	120	110%		0,00	0%	-
Levantamento de Propostas de convênios em recursos genéticos e extensão rural	SEPDAG	não definido	Propostas	---	5	---	---		0,00	0%	-

a) Área Geográfica trabalhada:

Urucurituba/AM; Baixo e Médio Rio Negro/AM; Codajás/AM

b) Beneficiários

produtores associados de três Associações de produtores de Cacau do município de Urucurituba/AM;

produtores/piabeiros da região do alto/médio Rio Negro (municípios de Barcelos, Santa Izabel do Rio Negro, Novo Airão e São Gabriel da Cachoeira); Cooperados da Cooperativa de produtores e demais extrativistas de Açaí de Codajás.

c) Até o presente momento realizamos visitas e palestras sobre Indicações Geográficas em três dos municípios acima mencionados, sendo que:

Ações executadas para IG do Peixe Ornamental em Barcelos

Duas reuniões/Palestras de sensibilização com os piabeiros, colônia de pescadores, prefeitura municipal de Barcelos, Câmara municipal de vereadores, Secretaria Estadual de Pesca e Aqüicultura - SEPA e Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas- IDAM, UFAM e IBAMA/AM; Uma palestra no INPA – a pedido; Duas no Conselho Estadual da Pesca, Uma reunião sobre forma de organização – (conflito a ser equacionado pelo INPI - se pode ou não uma Colônia de Pescadores ser titular de uma IG).

Articulação com a Associação dos Exportadores de Peixes Ornamentais – ACEPOAM para obter patrocínio para início de ações burocráticas da Associação;

Ações executadas para IG do Cacau de Várzea em Urucurituba/AM

Duas Palestras de sensibilização para IG; Formação do grupo de Trabalho – SFA/AM, CEPLAC, SEPROR, SEBRAE, CARE (ONG), Associação e prefeitura municipal (em fase de oficialização); Ministração de curso sobre associativismo e cooperativismo – (dois cursos);

Curso de capacitação e treinamento no processamento do cacau ministrado pela CEPLAC/AM; Elaboração de projetos de tendal (barcaça) financiados pelo BASA para infra-estrutura de produtores; Em elaboração projeto de construção de tendal (barcaça) para atender produtores que não tem bens para financiamento no Banco; Em fase de sensibilização - Proposta de formação de uma cooperativa com objeto de IG,

Projeto para implantação de uma Agroindústria do Cacau no município pela CARE na comunidade de Ponta Grossa - Urucurituba/AM .

d) Outras considerações o sobre o relatório físico

Participação em Seminários:

03 Seminários locais - Repartição de Benefícios na FEPI/AM; Participação no I Seminário Sobre Indicações Geográficas e Propriedade Intelectual da Região Norte; Seminário de Propriedade Intelectual “Proteção, Valoração e Comercialização de Tecnologia” no INPA – promovido pela SECT/AM

Reuniões Técnicas sobre propriedade intelectual:

Participamos como membros, a partir de fevereiro de 2007 da Rede Norte de Propriedade Intelectual, onde são discutidos assuntos inerentes aos interesses regionais e apresentadas propostas a serem desenvolvidas na área de Propriedade Intelectual, as IG's estão inclusas, muito embora os trabalhos

ainda, sejam, incipientes. As reuniões estavam mais voltadas ao Assunto de Repartição de Benefícios que estava em consulta pública.

Cursos:

Realizados pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia/AM com a participação de um FFA no curso de Propriedade Intelectual e, Dois FFA's no curso de Capacitação em Propriedade Intelectual para Gestores de Tecnologia.

Apresentação de Palestras:

Uma interna dentro da SFA/AM; Uma na CEPLAC/AM

Reunião Técnica Realizada

Com as entidades que estão sendo convidadas para formar os grupos de Trabalho das IG's propostas.

e) Sugestões/Dificuldades encontradas e justificativas de não atendimento de previsão realizada.

Sugestão - Intercâmbio com Estados que já desenvolveram ações de IG para se ter uma idéia de como funciona;

Falta de pessoal para atender as demandas. Não temos condições de dar continuidade ao que iniciamos,

Localização geográfica dos municípios que dificulta o acesso e onera os custos;

Dificuldade de assimilação das entidades públicas sobre o desenvolvimento do projeto de IG's.

f) Considerações sobre outras demandas da CAPTA/SDC realizadas sem PI definido.

Além da participação contínua em comitês e grupos de trabalho, foi realizado ainda um levantamento junto aos nossos parceiros as demandas de projetos na área de recursos genéticos e extensão rural, tendo como resultado a apresentação imediata de cinco propostas que foram encaminhadas ao CAPTA/DEPTA/SDC para análise e emissão de parecer. Há de se considerar que a demanda no Estado é imensamente maior do que a apresentada, no entanto, por conta do exímio tempo e incerteza quanto a disponibilização de recursos, a maioria dos parceiros não apresentou propostas.

4.1.3 - PROGRAMA: 0356 - SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

4.1.3.1 - Dados Gerais

Tipo	Finalístico
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento –
Objetivo geral	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários.
Gerente do Programa	José Rosalvo Andrigueto
Gerente Executivo	Seguei Brener
Indicadores utilizados	
Público-alvo: beneficiários	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas e consumidor.

4.1.3.2 – Principais ações do Programa

No tocante ao Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos, o programa tem como principal objetivo o registro e a identificação o rebanho bovino e bubalino do território nacional possibilitando o rastreamento do animal desde o nascimento até o abate, disponibilizando relatórios de apoio a tomada de decisão quanto a qualidade do rebanho nacional e importado.

As principais ações residem no desenvolvimento e implantação do processo de controle e certificação de origem dos animais para elaboração do cadastro rural; desenvolvimento de sistema informatizado de identificação, mediante trabalho de campo; inspeção nos pontos de consumo, com o envolvimento das autoridades regionais.

4.1.3.3 - Gestão das Ações

4.1.3.3.1 Ação: 2487 – Certificação da origem e da Movimentação de Insumos e Produtos Agropecuários – RASTREAB

4.1.3.3.1.1 - Dados Gerais

Tipo	Descentralizada
Finalidade	Detectar e identificar problemas sanitários e sua origem, a qualquer momento do processo produtivo, atendendo ainda os compromissos internacionais para a manutenção e ampliação das exportações brasileiras.
Descrição	Certificação de origem dos animais, gestão da movimentação e controle de produtos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade –DEPROS
Unidades Executoras	Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAg's
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área territorial estadual
Coordenador Nac. da ação	Serguei Brener
Responsável Técnico local	Sem RT definido

1.3.3.1.2 - Resultados e Comentários:

Tabela 04 – Metas e Resultados das ações do PI RASTREAB no exercício.

AÇÃO	EXECUTOR	PI	PRODUTO	META FÍSICA		Indicador de Eficácia		META FINANCEIRA		Variação relativa prog/exec	Custo unitário por ação (R\$)
				Progr.	Exec.	Variação relativa prog/exec	Variação rel. exec 2007/2006	Recursos Programados	Recursos Exec.		
Participação em curso	SEPDAG	não definido	Participação	1	1	100	100	4.085,72	4.085,72	100%	4.085,72
Fiscalização SISBOV	SEPDAG	não definido	Fiscalização	5	0	0	0	0,00	0,00	0%	0,00
Auditoria a empresas certificadoras	SEPDAG	não definido	Auditoria	3	0	0	1	0,00	0,00	0%	0,00
Vistoria em empresas certificadoras	SEPDAG	não definido	Auditoria	3	0	0	0	0,00	0,00	0%	0,00

Neste ano, apesar da programação do Setor, nada foi executado; em função da não descentralização de recursos financeiros por parte da coordenação Nacional.

Devido à mudança de legislação, a única empresa cadastrada no Estado do Amazonas foi orientada a se adequar às mudanças.

Para 2008 as atividades referentes a este programa ficarão a cargo da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), com execução estadual pelo Serviço de Sanidade Agropecuária SEDESA/DT/SFA/AM.

4.1.4 - PROGRAMA: 6003 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

4.1.4.1 - Dados Gerais

Tipo	Finalístico
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SDC
Objetivo geral	Apoiar projetos que dêem suporte a ganhos de competitividade e melhoria do bem-estar social dos envolvidos em todos os estágios da cadeia produtiva do agronegócio. Permitir o atendimento de demandas direcionadas a resolver problemas emergentes de amplo efeito socioeconômico como a construção e modernização de instalações físicas para beneficiamento de produtos agrícolas, agregação de valor, infra-estrutura rural, escoamento da produção e promoção da atividade produtiva
Gerente do Programa	Márcio Cândido Alves
Gerente Executivo	Márcio Cândido Alves
Indicadores utilizados	Os indicadores sugeridos no PPA 2004-2007 não se aplicam para esta SFA
Público-alvo: beneficiários	Produtores, agroindústrias e demais agentes da cadeia produtiva do agronegócio.

4.1.4.2 – Principais ações do Programa

Fiscalização, por amostragem de contratos de repasse, firmados com o Ministério da Agricultura, mediante descentralização de créditos às Superintendências Regionais de Agricultura para disponibilização de veículos e pessoal (técnicos, motoristas) em diligências realizadas por iniciativa própria ou provocadas por denúncias provenientes dos vários segmentos da sociedade, inclusive de órgãos de controle interno e externo. Como subsídio a essas atividades são promovidos treinamentos e atualizações de técnicos em cada Superintendência quanto ao Contrato de Prestação de Serviço MAPA/Caixa Econômica Federal e aos procedimentos de acompanhamento e fiscalização de contratos de repasse, em conformidade com aspectos legais. Mediante correspondência e vistas in loco as entidades beneficiadas são orientadas para que apresentem projetos consoantes à legislação vigente, com maior alcance social, custos adequados e compatíveis com a aptidão da região.

4.1.4.3 - Gestão das Ações

4.1.4.3.1 Ação: 005A – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – APOIOAGRO

4.1.4.3.1.1 - Dados Gerais

Tipo	Direta
Finalidade	Por ser uma emenda, o Ministério não possui a finalidade da mesma.
Descrição	Por ser uma emenda, o Ministério não possui a descrição da mesma.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDC - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. CGPI – Coordenação Geral de Parcerias Institucionais
Unidades Executoras	Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAG's
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área territorial estadual
Coordenador Nac. da ação	Silvia Cristina
Responsável Técnico local	Neuza Terezinha Tolfo Oliveira

4.1.4.3.2 Ação: 2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse - FISCOBRATO

4.1.4.3.2.1 - Dados Gerais

Tipo	Direta
Finalidade	Realizar a fiscalização de Contratos de Repasse para atendimento a projetos agropecuários celebrados com recursos do Orçamento Geral da União, de modo a garantir a boa aplicação dos recursos públicos e atendimento aos Órgãos de Controle Interno e Externo.
Descrição	Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos Contratos executados pelas Instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDC - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. CGPI – Coordenação Geral de Parcerias Institucionais
Unidades Executoras	Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAG's
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área territorial estadual
Coordenador Nac. da ação	Márcia Albuquerque
Responsável Técnico local	Neuza Terezinha Tolfo Oliveira

4.1.4.3.2.2 - Resultados e Comentários:

Tabela 05 – Metas e Resultados das ações do APOIOAGRO e FISCONTRATO no exercício.

AÇÃO	EXECUTOR	PI	PRODUTO	META FÍSICA		Indicador de Eficácia		META FINANCEIRA		Variação relativa prog/exec	Custo unitário por ação (R\$)
				Progr.	Exec.	Variação relativa prog/exec	Variação rel. exec 2007/2006	Recursos Programados	Recursos Exec.		
Análise de Emenda Parlamentar	SEPDAG	Apoioagro	Análise	---	1	---	--	0,00	0,00	---	0,00
Acompanhamento à fiscalização realizada	SEPDAG	Fiscontrato	Acompanhamento	---	2	---	50%	5589,28	3048,00	54,5%	1524,00

Foram executadas também fiscalização em contrato de repasse – PRODESA, celebrado entre a prefeitura municipal de Alvarães/AM e o MAPA (por meio da CEF) com a finalidade elaborar relatório técnico (para dar maior detalhamento) das condições em que se encontram e sua utilização, de uma patrulha mecanizada, composta de um trator, um arado e uma carreta, repassada a prefeitura municipal, solicitando que esta SFA/AM proceda a verificação in loco da regularidade ou não dos objetos adquiridos e requerendo junto a Caixa a documentação indispensável à identificação dos implementos.

Dentro das ações do programa, também foi acompanhado e analisado o pleito oriundo de Emenda Parlamentar para o município de Guajará/AM, para apoio comunitário e transporte da produção agropecuária, incluindo orientação ao proponente e emissão de parecer e encaminhamento a CEF para celebração do contrato, que teve valor total de R\$ 324.000,00 (Trezentos e vinte e quatro mil reais).

Estão em execução e sob acompanhamento de colegas de outros serviços técnicos desta SFA, convênios de cooperativismo e de fomento.

4.5 - PROGRAMA: 1169 - DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO RURAL

4.5.1.1 - Dados Gerais

Tipo	Finalístico
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SDC
Objetivo geral	Fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural, objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços
Gerente do Programa	Luiz Carlos Colturato
Gerente Executivo	Luis Carlos Colturato
Indicadores utilizados	Não foram utilizados indicadores ou parâmetros neste relatório
Público-alvo: beneficiários	Associações rurais e cooperativas

4.5.1.2 – Principais ações do Programa

Incentivar a estruturação do setor cooperativista e das associações rurais com vistas à autogestão por meio de fomento capacitação de agentes gestores de cooperativas e associações rurais, realização de atividades formais ou instrutivas (cursos, estágios, treinamentos, em serviços e outros) e informativas (seminários, estudos de grupos, publicações, visitas técnicas, intercâmbios e outros), com duração variável e conteúdo programático direcionado a temas afetos ao associativismo rural e ao cooperativismo.

4.5.1.3 - Gestão das Ações

4.5.1.3.1 Ação: 2272 – Gestão e Administração do Programa – GAPCOOP

4.5.1.3.1.1 - Dados Gerais

Tipo	Direta
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Serviços Administrativos, pessoal ativo, manutenção e conservação de bens necessários a condução do programa, despesas com viagens e locomoção apoio a estudos e publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias a gestão e administração do programa.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDC - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo.
Unidades Executoras	Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDA's
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área territorial estadual
Coordenador Nac. da ação	Luiz Carlos Colturato
Responsável Técnico local	Neuza Terezinha Tolfo Oliveira

4.5.1.3.1.2 - Resultados e Comentários:

Tabela 06 – Metas e Resultados das ações do Gapcoop no exercício

AÇÃO	EXECUTOR	PI	PRODUTO	META FÍSICA		Indicador de Eficácia		META FINANCEIRA		Variação relativa prog/exec	Custo unitário por ação (R\$)
				Progr.	Exec.	Variação relativa prog/exec	Variação rel. exec 2007/2006	Recursos Programados	Recursos Exec.		
Fiscalização e acompanhamento de convênios	SEFAG	GABCOOP	acompanhamento	Ind.	3	----	Ind.	6494,16	6273,16	96,6%	2091,05

Foram realizadas viagens ao interior do Estado e os seguintes municípios foram visitados Tefé, Alvarães, Guajará, Ipixuna, Eirunepé e Envira. Nestas ocasiões a OCB/AM promoveu eventos nestas localidades com apoio dos escritórios do IDAM locais, prefeituras, câmaras municipais e outros parceiros. Diversas autoridades locais foram contatadas.

Os eventos consistiam em apresentação de palestras sobre motivação cooperativista, procedimentos para constituição de sociedade cooperativa, procedimentos e registro nos órgãos competentes, realização de oficina para elaboração de Plano de Negócios e Formação das Cooperativas.

Foram formadas as seguintes cooperativas:

Cooperativa Mista de Alvarães

Cooperativa de Agroextrativistas Mista de Tefé

Cooperativa Mista de Agroextrativistas de Guajará – COOPERGUAJARA

Cooperativa Mista de Produtores de Ipixuna – COOMPRI

Cooperativa Agropecuária Mista de Eirunepé – COOMPAAE

Cooperativa Mista Agroextrativista dos Produtores de Envira - COOAPENVIRA

Ainda serão elaborados os pareceres técnicos e relatórios das ações executadas no Convênio com SESCOOP/AM, com inferências pormenorizadas da execução e efetividade das ações executadas.

4.6.1 - PROGRAMA: SEM DEFINIÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA

4.6.1.1 - Dados Gerais

Tipo	Finalístico
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEPDAG/DT/SFA/AM
Objetivo geral	Atender as atribuições regimentais do SEPDAG, conforme Portaria MAPA 300/2005, conforme demandas do segmento agropecuário no Estado, e que não são contempladas diretamente pelos programas definidos nos Departamentos vinculados ao Serviço
Gerente do Programa	Não se aplica
Gerente Executivo	Neuza Terezinha Tolfo Oliveira
Indicadores utilizados	Não foram utilizados indicadores ou parâmetros neste relatório
Público-alvo: beneficiários	Diverso

4.6.1.2 – Principais ações regimentais do SEPDAG

Tem como principais atribuições à promoção, orientação e acompanhamento da execução de atividades relativas ao desenvolvimento rural e às políticas de crédito e investimentos públicos, a organização do setor primário, levantamento e transmissão de dados sobre a agropecuária do Estado do Amazonas, produção orgânica, produção integrada, rastreabilidade, Indicações geográficas, propriedade intelectual e tecnológica de produtos agropecuários, assessoramento e apoio ao Zoneamento Agropecuário/Seguro Rural, divulgação ampla das atribuições e competências do Serviço para instituições públicas e privadas. Analisar a viabilidade técnica de projetos do OGU/CEF (Emendas Parlamentares), acompanhar metas de convênios da SDC/MAPA; Além de participar nas comissões regionais, estaduais e municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, da Pesca, e do Núcleo da rede de gestão compartilhada do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Rede Norte de Propriedade Intelectual.

4.6.1.3 - Gestão das Ações

Vide abaixo a tabela com a consolidação das metas físicas e financeiras de outras ações do SEPDAG.

4.6.1.3.1.2 - Resultados e Comentários:

Tabela 07 – Metas e Resultados das ações desenvolvidas sem programa definido no exercício

AÇÃO	EXECUTOR	PI	PRODUTO	META FÍSICA		Indicador de Eficácia		META FINANCEIRA		Variação relativa prog/exec	Custo unitário por ação (R\$)
				Progr	Exec	Variação relativa prog/exec	Variação rel. exec 2007/2006	Recursos Program.	Recursos Executados		
Participação em reuniões Estaduais de fomento agropecuário	SEPDAG	não definido	reuniões	Ind.	29	-	242%	0,00	0,00	0%	0,00
Participação em reuniões nacionais	SEPDAG	não definido	reuniões	3	1	33,33%	33%	0,00	0,00	0%	0,00
Participação reuniões internas SFA/AM	SEPDAG	não definido	reuniões	Ind.	21		124%	0,00	0,00	0%	0,00
Visitas a instituições parceiras de financiamento e de fomento	SEPDAG	não definido	Visitas	-	7	-	47%	0,00	0,00	0%	0,00
Participação em conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável	SEPDAG	não definido	participação	12	10	83,30%	83%	0,00	0,00	0%	0,00
Participação em conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável –Manaus/AM	SEPDAG	não definido	participação	12*	4	33,30%	40%	0,00	0,00	0%	0,00
Participação em conselho Estadual de Pesca – CONEPA	SEPDAG	não definido	participação	-	4	-	100%	0,00	0,00	0%	0,00
Participação em CÂMARA Técnica – CEDRS/AM	SEPDAG	não definido	Participação	8	8	100%	400%	0,00	0,00	0%	0,00
Participação em Eventos Agropecuários	SEPDAG	não definido	Participação	-	3	-	----	0,00	0,00	0%	0,00

Não é possível definir indicador de eficácia, pois o trabalho é mais por demanda do que por planejamento, além disto a realização de reuniões em fóruns externos não está sob nossas possibilidades de controle.

Em relação às ações de fiscalização e acompanhamento de eventos agropecuários constatou-se a necessidade de que a coordenação da SDC/MAPA disponibilize PI para planejamento e execução das metas. Mesmo assim, realizamos as ações de orientação legal para cadastramento de empresa promotora de leilões o que foi finalizado e lançado no SIPE pelo SEFAG/AM. (controvérsia do regimento interno das SFA's).

Tivemos grande participação nos trabalhos da Rede Norte de Propriedade Intelectual, principalmente no que se refere à questão da repartição de benefícios, de recursos genéticos e do conhecimento tradicional e, diga-se de passagem, com forte contribuição deste Serviço aos demais parceiros envolvidos.

Fomos procurados também pela CEPLAC/MAPA e EMBRAPA/AM a cerca informações sobre disponibilização de recursos para fomentar projetos de propagação e difusão de tecnologias com novas variedades. Encaminhamos o assunto a Coordenação para que este tema entre na pauta de discussões para ações conjuntas entre as Empresas vinculadas ao MAPA.

Além disso, destacamos nossa participação no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS, onde temos assento e também participamos da câmara técnica que analisa e emitem parecer nas propostas de convênio das comunidades, associações, cooperativas, prefeituras etc. Foi submetida à pauta do CEDRS, uma demanda para que os projetos de emendas parlamentares também sejam trabalhados via Conselho o que facilitaria muito, tanto ao parlamentar como para as instituições que terão a atribuição de dar andamento na execução, haja vista que se terá uma proposta pautada na necessidade do segmento produtivo, a certeza da elaboração da proposta orçamentária e do plano de trabalho dentro da realidade.

Participamos também no Conselho Estadual de Pesca e Aqüicultura – CONEPA, onde são discutidos os segmentos de peixe ornamental, peixes de exploração econômica (piscicultura e aqüicultura), quelônios em cativeiros e jacarés manejados. Temos ainda assento no comitê técnico deste conselho, para análise e emissão de parecer sobre as propostas de projetos e demais ações do segmento, incluindo-se as indicações geográficas e o melhoramento genético.

Considerações finais sobre gestão de programas e ações

Alguns fatores influenciaram de maneira negativa o nosso desempenho neste exercício, tais como:

A Assunção do cargo de Superintendente Interino da SFA/AM, pelo chefe do SEPDA/AM, durante três meses e meio, inclusive no meio de uma greve dos FFA's; (de julho a meados de novembro);

O fato de que, os dois FFA's Médicos Veterinários apesar de terem sido lotados no SEPDA/AM, foram designados, por portaria, para acompanhar convênio de Defesa Sanitária Animal, tendo como principal objetivo o treinamento dos novatos do SEDESA/DT/SFA/AM, uma vez que os mesmos não haviam sido capacitados para esta atividade. E, ainda, um deles até a presente data, ainda responde como ex-liquidante da CEASA/AM, (tal como fiel depositário do acervo);

O remanejamento dos dois colegas para o SEPDA/AM ocorreu já nos meses de abril e maio respectivamente;

Os novatos (do concurso público) foram empossados com quatro meses de atraso, no mês de junho, já na metade do exercício, o que prejudicou a execução das metas que haviam sido planejadas nos diferentes PI's;

O movimento grevista que se estendeu durante os meses de junho, julho e setembro de 2007 e seus desdobramentos.

Realizamos trabalhos de orientação, tanto técnicos como regimentais a produtores e parceiros institucionais, com ampla divulgação de nossos serviços e aspectos legais, assim como nossas linhas de ações.

De acordo com o proposto pela equipe do SEPDA/SFA/AM às metas foram, na sua maioria, atingidas, conforme quadros demonstrativos a seguir, onde se observam as metas físicas e financeiras de cada programa trabalhado por este serviço em 2007.

Análise de Recursos Financeiros

Os recursos financeiros não foram disponibilizados pelas Coordenações em Brasília ao SEPDA/SFA/AM, de acordo com o programado, visto que, inúmeras ações de fiscalização e acompanhamento de eventos agropecuários (que foram trabalhadas/conscientizando nossos clientes de sua importância ao longo dos últimos 12 anos) deixaram de ser executadas.

Outra situação que estrangulou nossas ações foi a falta de descentralização de PI's ao nível estadual.

Cabe ressaltar que a SPA/MAPA necessita, com urgência, criar, ao nível de SFA'S, a programação orçamentária e oficializar os respectivos Planos Internos (PI's) para a execução das ações, assim como a SDC/MAPA, deveria disponibilizar PI's as UF's para serem programados, pois as programações das coordenações a nível central nem sempre atendem a todos os estados, nem contemplam as especificidades e particularidades locais.

Pleitos Analisados pelo SEPDA/SFA/AM:

Nº Processo	Origem do Pleito	Objetivo	Valor MAPA	R\$ Proponente	Situação Atual
21000.009423/2007	Emenda Parlamentar Secretaria de Estado da Produção rural – SEPROR	Programa de acessoria para comunidades ribeirinhas na área de organização comunitária e transporte da produção no município de Guajará/AM.	292.500,00	24.900,00	Parecer conclusivo emitido, em vias de contratação pela CEF
Siafi 589600	SESCOOP/AM	Apoiar a realização do Projeto de Desenvolvimento do Cooperativismo no Estado do Amazonas	104.396,00		Contratado pela CEF
0098.851-93/2000	Prefeitura Municipal de Alvarães	Fiscalização de execução de contrato de repasse no município de Alvarães			Relatório de Fiscalização emitido
Siafi 576587	Assoc. Bras. Da entidades estaduais de Assit. Técnica e Extensão Rural	Apoiar a realização do Projeto de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Castanha do Brasil	227.769,70		Em fase de execução
21010000493/2006-32	CODESAV/SEPROR	Fiscalização de Convênio de Implantação do Sistema de Atenção Veterinária e Barreira de Vigilância Agropecuária nos municípios de Apuí, Parintins, Barreirinha, Nhamundá, Autazes, Careiro Castanho, Careiro da Várzea, Presidente Figueiredo, Itacoatiara, Manaus, Guajará, Boca do Acre	1.061.992,00	261.857,40	Em fase de execução. Convênio prorrogado por 6 meses
21010000538/2006-79	Eluiza Helena Salam Penha de Souza	Registro de Título de Propriedade da Marca “Ordem e Progresso	-----	-----	Título concedido entregue
21010000564/2007-88	Kenilson Reis da Costa	Registro de Título de Propriedade da Marca “Ordem e Progresso	-----	-----	Título concedido e entregue
21010000161/2007-39	Maria Conceição Pinto Vasconcelos	Registro de Título de Propriedade da Marca “Ordem e Progresso	-----	-----	Título concedido e entregue
21000.006262/2007-32	Diocese de Cruzeiro do Sul/AC	Convênio para realização do Programa de acessoria para comunidades ribeirinhas na área de organização comunitária e transporte da produção no município de Guajará/AM	292.500,00	23.400,00	Pleito indeferido. Projeto atendido por Emenda Parlamentar da SEPROR

5 – DESEMPENHO OPERACIONAL

INDICADORES DE EFICIÊNCIA

Com relação aos indicadores de eficiência das ações executadas, não há possibilidade de mencioná-los neste ano, uma vez que a consolidação de dados das metas financeiras (como custo unitário da ação e variação relativa entre recursos programados e executados, que são observados nas tabelas acima) só foram efetuadas a partir do relatório deste exercício, o que impede a comparação com os custos executados por ação nos anos anteriores.

INDICADORES DE EFICÁCIA

Os indicadores de Eficácia auferidos na execução dos programas foram a Variação relativa entre das metas físicas programadas e executadas e a Variação relativa das metas físicas efetuadas em 2007 em relação ao realizado no ano de 2006. Estes dados podem ser observados diretamente nas tabelas de 01 a 07, nas colunas indicadores de eficácia, nas diversas ações dos programas descritos acima.

INDICADORES DE EFETIVIDADE

Não foi possível auferir, por conta da metodologia repassada pelas Coordenações Nacionais os indicadores de efetividade das ações executadas uma vez que, são medidas nacionalmente. Outro motivo é a própria característica intrínseca à atividade do SEPDAG, que na maioria dos casos requerem um acompanhamento a médio prazo ou requerem um maior amadurecimento das cadeias produtivas trabalhadas.

**SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS
AGROPECUÁRIOS
SIPAG/DT/AM**

4.1. PROGRAMAS

4.1.1 Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

4.1.1.1. Dados Gerais

Tabela 1 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Programa Finalístico
Objetivo geral	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários.
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Ângela Pimenta Peres
Indicadores ou parâmetros utilizados	Número de estabelecimentos com sistema de análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC); Número de estabelecimentos de produção de alimentos e bebidas com controle sanitário e Taxa de conformidade na produção de alimentos e bebidas.
Público-alvo (beneficiários)	Cadeia agropecuária: produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas, consumidor final.

4.1.1.2. Principais Ações do Programa

- Inspeção industrial e sanitária dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal (SDA);
- Certificação de origem e da movimentação de insumos e produtos agropecuários e rastreabilidade (SDA);
- Fiscalização contra a fraude e a clandestinidade dos produtos de origem agropecuária (SDA);
- Tipificação e classificação de produtos de origem animal (SDA);
- Inspeção de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal (SDA);
- Fiscalização das atividades com organismos geneticamente modificados (SDA);
- Controle de qualidade na garantia da conformidade, segurança e inocuidade dos produtos de origem animal (SDA);

- Controle de qualidade na garantia da conformidade, segurança e inocuidade dos produtos de origem vegetal (SDA);
- Controle de contaminantes e resíduos nos vegetais e seus produtos (SDA);
- Padronização e classificação de produtos vegetais (SARC);
- Gestão e administração do programa (SDA);
- Transferência de tecnologia para segurança e qualidade de alimentos e bebidas (EMBRAPA);
- Funcionamento do sistema laboratorial de apoio animal (SDA);
- Funcionamento do sistema laboratorial de apoio vegetal (SDA).

4.1.1.3. Gestão das Ações

O Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amazonas apresenta o **Relatório de Gestão - 2007**, cujo objetivo do Serviço é a segurança dos produtos agropecuários, sejam produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional, sejam produtos de origem vegetal, por meio da inspeção higiênico-sanitária e tecnológica em empresas que preparam, transformam, manipulam, acondicionam e comercializam bebidas, bem como a inspeção higiênico-sanitária e fiscalização da classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico importados, produzidos e comercializados no Brasil, destinados ao consumo humano.

A execução das atividades da Inspeção e Fiscalização se realiza sob os princípios que regem a administração pública, exercendo os princípios da legalidade, finalidade, impessoalidade, moralidade e probidade administrativa, publicidade e eficiência.

Espera-se, com este documento, que cada instância do poder público possa efetivamente assumir as competências e responsabilidades que

lhes foram repassadas, assim como permitir que possam ser

estimados, organizados e distribuídos os investimentos exigidos para adequada implantação das atividades e do desenvolvimento almejado.

A Inspeção de bebidas, vinagres, vinhos e derivados da uva e do vinho atua no registro, inspeção e fiscalização de estabelecimentos produtores, importadores e exportadores de bebidas e vinagres no estado do Amazonas considerando o que dispõe a legislação pertinente, ou seja, Lei Federal nº 8.918 de 14 de julho de 1994 e seu regulamento, aprovado pelo Decreto nº 2.314 de 4 de setembro de 1997 e o Decreto nº 99.066 de 8 de março de 1990, que regulamenta a Lei Federal nº 7.678 de 8 de novembro de 1988, bem como, os demais atos administrativos complementares, tendo como Programa Interno a Inspeção de Bebidas, Vinagres, Café e outros Produtos de Origem Vegetal.

A Qualidade Vegetal promove a fiscalização da classificação dos produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico quando o mesmo for destinado diretamente ao consumo humano, nas importações e nas compras e vendas do Poder Público. A fiscalização da classificação visa garantir o cumprimento dos dispositivos legais, coibindo a comercialização de produtos que estejam em desacordo com as normas de Identidade e Qualidade, estando embasada na Lei Federal nº 9.972/2000, regulamentada, a partir de 22 de novembro de 2007, pelo Decreto nº 6.268/2007, demais atos normativos complementares e novos atos que deverão ser elaborados no ano de 2008. A atuação deste SIPAG/DT-AM, na área da qualidade vegetal, desempenhada pela SFA/AM, juntamente com empresas credenciadas pelo MAPA, se dá no comércio em geral especialmente nos produtos da cesta básica, tais como: arroz, feijão e farinha de mandioca.

Com relação a classificação de produtos vegetais importados que possuem padrão nacional, o SIPAG/DT-AM, diferentemente das maiorias das SFA's realiza diretamente a coleta e a classificação dos mesmos, com exceção ao produto farinha de trigo, que por não termos laboratórios especializados, utilizamos o apoio operacional e laboratorial de empresas credenciadas junto ao MAPA.

A Inspeção Animal está centrada no Programa de Atividades estabelecido pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, da Secretaria de Defesa Agropecuária (DIPOA/SDA/MAPA), bem como outros programas da SDA. É responsável pelo trabalho de Inspeção Higiênico-Sanitária e Tecnológica de produtos como carne, pescado, leite, mel, ovos e derivados produzidos, manipulados ou armazenados no estado do Amazonas, que se destinam à comercialização interestadual e internacional. Atua também realizando análise prévia para o registro de novos estabelecimentos e pela aprovação de rótulos de produtos. O Serviço cuida pela observância da higiene alimentar, pela aplicação da legislação pertinente, vinculando confiança nos consumidores com relação à qualidade dos alimentos oferecidos aos consumidores, tendo como suporte legal a Lei Federal nº 1.283, de 18/12/1950; à Lei Federal nº 7.889, de 23/11/1989; e ao Decreto nº 30.691, de 29/03/1952 (RIISPOA).

No Plano Operativo de 2007 da área animal do SIPAG/DT/SFA-AM a previsão de metas físicas e financeiras foi conjunta para todas as ações do Programa. Desta forma, as análises de resultados se darão também em conjunto.

Justificativa

A garantia da inocuidade dos alimentos, dos padrões de conformidade dos produtos e do cumprimento das exigências sanitárias nos procedimentos industriais visam à oferta de produtos e subprodutos de boa qualidade e seguros do ponto de vista sanitário e de padronização, bem como a maior credibilidade nos mercados nacional e internacional.

A emergência de doenças veiculadas por alimentos tornou urgente a adoção de medidas que objetivam minimizar os riscos da ingestão de produtos de origem animal e vegetal. A globalização dos mercados, com a redução e/ou eliminação de barreiras tarifárias, acentuou a importância das barreiras sanitárias ao comércio de alimentos.

As ações das atividades de controle, inspeção e fiscalização executada pelo Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários no estado do Amazonas estão direcionadas para a garantia da qualidade destes produtos no mercado, impedindo a comercialização de produtos com padrões abaixo das exigências legais, isto é, impróprios para o consumo, contribuindo assim, para a segurança alimentar dos consumidores.

Objetivos

Objetivo Geral

Executar atividades de inspeção e fiscalização de estabelecimentos produtores, importadores e exportadores de bebidas, vinagres, vinho, derivados da uva e do vinho, e outros produtos de origem vegetal, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e de produtos cárneos e derivados do leite, do mel, de ovos e de pescados, sob o ponto de vista higiênico-sanitário e tecnológico, bem como, fiscalizar a fabricação desses produtos quanto aos padrões de identidade e qualidade estabelecidos pela legislação vigente.

Objetivos Específicos

I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de:

- a) inspeção ante-mortem e post-mortem de animais de açougue;
- b) inspeção e fiscalização da produção e do comércio de produtos de origem vegetal in natura, processados e industrializados;
- c) inspeção higiênico-sanitária e tecnológica de estabelecimentos que procedem ao abate de animais de açougue, que industrializam, beneficiam, manipulam, fracionam e embalam matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal;
- d) fiscalização das atividades de classificação de matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origens animal e vegetal, bem como de tipificação de carcaças;
- e) inspeção higiênico-sanitária e tecnológica de produtos, subprodutos e derivados de origem animal e vegetal, inclusive resíduos de valor econômico;
- f) inspeção e/ou fiscalização de produtos de origens animal e vegetal no comércio varejista e atacadista, na forma da legislação;
- g) inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica de estabelecimentos que procedem a industrialização, beneficiamento, manipulação, fracionamento,

certificação e embalagem de matérias-primas, produtos e derivados de origem vegetal;

h) inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos que produzem, fabricam, padronizam, acondicionam, engarrafam, importam e exportam vinhos, derivados da uva e do vinho, bebidas, vinagres, vegetais in natura e industrializados, consoante normas regulamentares, inclusive os estabelecimentos cadastrados como importadores de vinhos estrangeiros e derivados da uva e do vinho, para o mercado nacional;

i) análises laboratoriais específicas para apoiar ações de inspeção e/ou fiscalização agropecuária;

j) apoio para o controle de resíduos químicos e biológicos e de contaminantes;

l) inspeção e fiscalização da produção integrada e orgânica.

II - orientar e fiscalizar as atividades de classificação de produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico e a inspeção de bebidas e fermentados acéticos, de competência estadual, outorgada pela legislação específica;

III - fiscalizar os acordos e convênios firmados com os governos estaduais e municipais, quanto à execução da inspeção de produtos e derivados de origens animal e vegetal, e de classificação de produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico;

IV - cadastrar os escritórios e empresas de exportação e importação de produtos e derivados de origens animal e vegetal;

V - autorizar previamente o embarque, inclusive no SISCOMEX, das importações e exportações de produtos de origens animal e vegetal, conforme legislação vigente;

VI - orientar, controlar e promover a emissão de Certificados, quando destinados ao comércio interestadual ou internacional, de produtos e derivados de origens animal e vegetal processados em estabelecimentos registrados;

VII - instruir, consoante normas específicas, processos de registro e apresentar parecer conclusivo para registro de:

- a) vinhos, bebidas, vinagres e fermentados acéticos;
- b) produtos, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico de origens animal e vegetal; e
- c) estabelecimentos industriais, manipuladores, fracionadores, importadores, ou exportadores de produtos, subprodutos, derivados e resíduos de origens animal e vegetal;

VIII - colher amostras de produtos, subprodutos, derivados, resíduos e materiais de valor econômico de origens animal e vegetal para fins de análise fiscal, controle e registro;

IX - estudar e propor alterações de padrões e especificações de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico;

X - opinar, emitindo pareceres, sobre pedidos de credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, para execução de atividades de tipificação e classificação de animais, carcaças e produtos de origens animal e vegetal, para o encaminhamento devido;

XI - subsidiar o levantamento de necessidades e desenvolver programações de treinamento e formação de classificadores de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico e de tipificação e classificação de animais e de produtos de origem animal;

XII - acompanhar, orientar e auditar as entidades certificadoras de produtos de origens animal e vegetal credenciadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

XIII - instruir processos administrativos decorrentes de infrações, de acordo com a legislação específica, procedendo a devida notificação;

XIV - acompanhar, orientar e realizar auditorias técnicas;

XV - coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relativas às atividades de inspeção e fiscalização de produtos agropecuários, inclusive dados quantitativos e qualitativos;

XVI - apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às suas competências;

XVII - elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual da Superintendência Federal.

Corpo Técnico e Administrativo

Infelizmente a SFA/AM interrompeu o Programa de Qualidade implantado no passado o que causou sérios prejuízos às gestões atuais, pois não se tem um modelo de gestão organizacional participativa implementado, nem tão pouco, programas de educação e aperfeiçoamento de pessoal. Com isso os serviços administrativos e técnicos, inclusive o SIPAG/DT-AM não tiveram oportunidades de adquirirem conhecimento cujo objetivo seria a busca de melhorias para a organização de seu corpo de pessoas bem como para sua clientela.

O sistema de trabalho do SIPAG/DT-AM está estruturado de acordo com o Regimento Interno das SFA's, regulamentado pela Portaria MAPA nº 300, de 16 de junho de 2005.

Para desempenho de suas funções, o SIPAG/DT-AM executa as atividades de acordo com as habilitações específicas do corpo técnico existente, com Fiscais Federais Agropecuários (engenheiros agrônomos e médicos veterinários), Técnicos de Inspeção, Agentes de Atividades Agropecuária e Estagiários.

O quadro abaixo apresenta os servidores que trabalham na Inspeção Vegetal (Área de Bebidas e Vinagres e Área da Qualidade Vegetal):

Evolução do Número de Servidores da Inspeção Vegetal			
	2005	2006	2007
Fiscais Federais Agropecuários	02	01	03*
Apoio Administrativo	01	01**	01**
Apoio Técnico	02	02	02

*incluindo chefia do SIPAG/DT-AM; **Estagiária.

A área de Inspeção de Bebidas e Vinagres, após a publicação da Portaria MAPA nº 300/2005, foi incorporada à área da Qualidade Vegetal, sendo

criado, portanto a Inspeção Vegetal. Os Servidores que estão discriminados no quadro supracitado, no ano de 2006 e 2007 atuam na Inspeção Vegetal.

O quadro abaixo apresenta os servidores que trabalham na Inspeção de Produtos de Origem Animal:

Evolução do Número de Servidores da Inspeção Animal x Estabelecimentos					
	2003	2004	2005	2006	2007
ER – Estabelecimentos relacionados, inspeção periódica e registrado na SFA/AM	33	33	33	43	43
SIF – Estabelecimentos sob inspeção permanente, registrados no DIPOA	-	-	-	01	01
SIF – Estabelecimentos sob inspeção periódica, registrados no DIPOA	16	14	15	14	15
Médicos Veterinários (FFA)	02	02	02	02	04
Auxiliar 102*	06	06	06	12	13
Agente de Inspeção	03	03	03	03	03
Técnicos de Inspeção	-	-	-	05	01
Apoio Administrativo (cedido por convênio)	01	01	01	01	01

Além dos servidores efetivos e temporários, o SIPAG/DT-AM conta com a participação de estagiários de nível superior da área de administração pública e administração em comércio exterior, dentro do programa de parceria da Superintendência com o CIEAM/IEL (Centro de Indústria do Estado do Amazonas / Instituto Euvaldo Lodi/AM).

Capacitação e Participação em Reuniões e Eventos

Em 2007, os FFA's do SIPAG/DT-AM realizaram cursos de capacitação e participaram de reuniões técnicas e eventos relativos às áreas de atuação deste Serviço.

Na capacitação do corpo técnico houve participação nos seguintes eventos:

Cursos de capacitação, participação em reuniões e eventos				
Curso / Reunião / E vento	Período (dias)		Participantes	
	2006	2007	2006	2007
Reunião para elaboração do Plano de Fiscalização da Qualidade Vegetal para 2006	06	-	01	-
Curso de Formação e Habilitação de Classificadores em Arroz e Feijão	14	-	01	-
Reunião sobre o Controle de Resíduos e Contaminantes	02	05	01	01
Curso de Relatoria de Processos Administrativos para Apuração de Infrações	06	-	02	-
Encontro Nacional da Inspeção Vegetal	07	07	02	05
Curso de Classificação de Soja, Milho e Trigo	15	-	01	-
Curso de Fiscalização de Bebidas	07	-	01	-
II Simpósio Brasileiro de Pós Colheita de Frutas, Hortaliças e Flores	-	08	-	01
Seminário de Produção Orgânica para a Cultura do Guaraná	-	03	-	01
Curso Oficial de Classificadores de Frutas e Hortaliças (uva fina, uva rústica, kiwi, abacaxi, maçã, pêra, alho, cebola, batata, tomate)	-	24	-	01
Reunião das Áreas da Qualidade Vegetal e Vinhos e Bebidas	-	09	-	01
I Reunião Extraordinária Setorial da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais Renováveis	-	03	-	01
Reunião com Chefia de Divisão de Normas Técnicas sobre Regulamento Técnico da Amêndoa do Cacau	-	05	-	01
Treinamento na Inspeção de Produtos de	-	15	-	02

Origem Vegetal				
Curso de Formação de Classificadores em Arroz	-	07	-	01
Capacitação de Serviço para as atividades de supervisão	10	-	01	-
II Curso de Raiva e Biologia e Controle de Morcegos Hematófagos da Região Norte	01	-	01	-
Curso de Resíduos para Gerente Estadual do PNCR	03	-	01	-
Treinamento BPF e PPHO	13	-	01	
Workshop sobre o Futuro da pecuária Leiteira	-	01	-	02
Curso de rotulagem de carne "in natura"	-	05	-	01
Curso de Inspeção de Indústria de Laticínios	-	05	-	01
Curso de Rotulagem de Pescado	-	05	-	02
Curso de Inspeção e Tecnologia de Carne	-	28	-	01
Workshop de Resíduos em Leite	-	04	-	01
Reunião de Padronização e Inspeção de Ovos	-	05	-	01
Reunião Gestores PNCR	-	02	-	01
Reunião dos Gestores Estaduais de BSE	-	05	-	01

OBS.:

Processos Finalísticos

Por não ter implementado o Programa de Qualidade a SFA/AM tem dificuldades em identificar, estruturar e monitorar os processos finalísticos, no entanto o SIPAG/DT-AM tem procurado padronizá-los, uniformizando ações fiscais realizadas pelo corpo técnico, melhorando os controles dos mesmos.

Entretanto é imprescindível que a Superintendência adote, com urgência, um Programa de Qualidade, Gestão Estratégica, etc., sob risco de comprometimento do Plano Estratégico do Ministério da Agricultura.

De acordo com a legislação pertinente da Área de Bebidas e Vinagres, os estabelecimentos produtores, importadores e exportadores devem ser registrados no Ministério da Agricultura, por meio do SIPAG, sendo este Serviço é responsável pela análise e processamento das solicitações, alterações, cancelamentos e renovações de registros dos estabelecimentos e seus produtos,

mantendo em arquivo os dados informativos das empresas, das fiscalizações nas mesmas e em seus produtos.

Na Área da Qualidade Vegetal, o SIPAG/DT-AM executa a classificação, a fiscalização da classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor comercial, e a fiscalização dos serviços das empresas credenciadas, em consequência da Lei nº 9.972/2000 e do Decreto nº 6.268/2007.

Resultados

Atualmente, o SIPAG/DT-AM não tem como informar os resultados relativos à satisfação dos clientes externos com relação à recepção, orientação técnica, cortesia, eficiência e imagem, isto se dá, principalmente pela falta de treinamento pessoal e interpessoal, melhoria das instalações, dentre outros, o que poderia proporcionar um ambiente de trabalho saudável, reciclagem pessoal aumentando a auto-estima dos Servidores.

A apresentação dos resultados será pelos Planos Internos – PI's inseridos nos Programas do Plano Plurianual (PPA), de competência do MAPA e da SFA/AM.

Os Planos Internos de competência do SIPAG/DT-AM estão inseridos dentro do **Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas**, cujo objetivo é assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários

Os processos finalísticos, ações desenvolvidas e produtos (documentos gerados) do Programa supracitado estão discriminados no quadro abaixo.

Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Processo	Ações Desenvolvidas	Produtos (documentos gerados)
REGISTROS		
Registros de estabelecimentos e de produtos. Relacionamento, Credenciamento de Empresas de Classificação Vegetal. Homologação de Cursos de Formação de Classificadores.	Orientação técnica. Análise documental. Vistoria para fins de registro de estabelecimento produtor de bebidas. Vistoria do local, instalações e equipamentos para reserva de SIF. Parecer técnico para registro de bebidas. Parecer técnico e encaminhamento ao DIPOA/MAPA. Encaminhamento do processo à CGQV/DIPOV. Inspeção de Curso de Classificação.	Laudo de Vistoria Termo de Inspeção Notificação de exigências Certificados de Registro Cancelamento de Registro Certificado de relacionamento Deferimento / Aprovação de rotulagem Licença de Funcionamento Certificado de Credenciamento Termo de Suspensão de Credenciamento Relatório de Inspeção de Curso
INSPEÇÃO / FISCALIZAÇÃO		
Fiscalização da classificação de produtos de origem vegetal padronizados	Fiscalização da classificação Fiscalização de empresa credenciada Verificação de documentos fiscais Amostragem / Análise de produtos Fiscalização quantitativa Orientação técnica	Termo de Fiscalização Termo de Fiscalização de Entidade Credenciada Intimação Auto de Coleta de Amostra Termo de Suspensão da Comercialização Termo de Suspensão do Credenciamento Auto de Infração Termo de Execução de Julgamento Termo de Revelia Termo Aditivo Notificação Emissão de Guia de Recolhimento da União Demonstrativo de Débito/cobrança judicial Laudo de Classificação Certificado de Classificação de Produto Vegetal Importado
Inspeção, fiscalização, de estabelecimentos produtores de bebidas	Inspeção das condições higiênico-sanitárias e tecnológicas Verificação de conformidade com a legislação vigente e registro Verificação de conformidade operacional de produção Avaliação documental Amostragem / Análise de produtos Análises de Controle Análises Fiscais Análises Periciais Fiscalização Quantitativa Orientação técnica	Termo de Inspeção Intimação Termo de Fechamento de Estabelecimento Termo de Apreensão Termo de Destinação de Matéria-prima, produto ou equipamento Auto de Infração Termo de Colheita de Amostra Notificação de Julgamento Termo de Inutilização Termo de Liberação Termo de Interdição Termo de Reaproveitamento Termo Aditivo Termo de Revelia Emissão de Guia de Recolhimento da União Demonstrativo de Débito/cobrança judicial Resultado de Análise/Laudo Amostragem / Análise de produtos Fiscalização Quantitativa
Inspeção, Reinspeção, Fiscalização e Supervisão de Estabelecimentos	Inspeção das condições higiênico-sanitárias e tecnológicas. Inspeção ante e post mortem dos animais de açougue. Destino sanitário de carcaças de	Relatório de Inspeção Relatório de Supervisão Termo de Suspensão/cancelamento Relatório de Auditoria de Conformidade Termo de Cancelamento

	<p>animais com zoonoses ou não. Verificação de conformidade com a legislação vigente e registro. Verificação de conformidade operacional de produção. Auditoria de conformidade referente aos procedimentos operacionais do SISBOV. Avaliação documental. Orientação técnica Amostragem / Análise de produtos Verificação de conformidade da rotulagem e propaganda Verificação da utilização da matéria-prima correspondente Avaliação dos programas de qualidade (BPF, PPHO, HACCP) Tipificação de carcaças Rastreabilidade Análises Fiscais/Análises periciais</p>	<p>Termo de Advertência Auto de Multa Emissão de Guia de Recolhimento da União Demonstrativo de Débito/cobrança judicial Julgamento Resultado de Análise/Laudo Certificado Sanitário Mercado Interno e Externo Guia de Trânsito Mapa de Condenação Termo de Condenação</p>
--	---	---

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS

Credenciamento do produtor e cadastro dos vinhos e derivados da uva e do vinho	<p>Análise documental Encaminhamento ao órgão central (CGVB/DIPOV/SDA)</p>	<p>Ofício Parecer Notificação</p>
Liberação de produtos	<p>Análise da documentação Inspeção do lote Coleta de amostra Avaliação dos resultados</p>	<p>Autorização de embarque / Certificado de Inspeção de importação de Bebidas</p>
Liberação de produtos para exportação	<p>Análise documental Colheita de Amostra com encaminhamento para análise laboratorial</p>	<p>Certificado de Inspeção para Exportação</p>

4.1.1.3.1 Ação: 1487 IPVEGETAL - Inspeção e Fiscalização da Produção e do Comércio de Bebidas e Vinagres

4.1.1.3.1.1 Dados Gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Finalística
Finalidade	Assegurar a adequada identificação, condição higiênica e sanitária e a qualidade tecnológica satisfatória de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal ofertados à população.
Descrição	Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para o controle de qualidade de alimentos, bebidas, vinagres, café, açúcar, álcool etílico potável e de outros produtos de origem vegetal, sujeitos a contaminantes químicos e biológicos, baseados nos princípios gerais do sistema APPCC – Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle e seus pré-requisitos (boas práticas – BP e princípios-padrões de higiene operacional – PPHO) e da rastreabilidade nos processos de produção, beneficiamento, armazenamentos, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, auditorias e rastreamento do sistema; credenciamento de órgãos, entidades e profissionais integrantes do processo; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT's e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA/DIPOV/CGVB
Unidades executoras	SIPAG/DT-AM
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas
Coordenador nacional da ação	Graciane Gonçalves Magalhães de Castro
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Ana Fabiola da Silva Coelho

4.1.1.3.1.2 Resultados da Ação

As atividades desenvolvidas no cumprimento das ações do Plano interno IPVEGETAL estão concentradas em: Inspeções e fiscalizações em estabelecimentos que produzem, padronizam e comercializam bebidas, vinagres e outros produtos de origem vegetal, de onde são coletadas as amostras para avaliação da qualidade do produto; Coleta de amostras dos produtos importados, recebendo a certificação de garantia em conformidade com os padrões de identidade e de qualidade oficiais; Inspeções e fiscalizações periódicas e

participação em reuniões técnicas de avaliação e programação das respectivas ações e, Viabilização de treinamentos, encontros, seminários e/ou cursos aos técnicos envolvidos nas atividades de Inspeção e Fiscalização e Auditoria.

Registro de Estabelecimentos e Produtos

A documentação exigida para fins de registro de estabelecimentos produtores de bebida e de seus produtos é analisada e, posteriormente, protocolizada para autuação do processo, pelo protocolo oficial, mediante memorando emitido pelo SIPAG/DT-AM.

Os quadros abaixo apresentam os dados referentes a solicitações e concessões de registro de estabelecimento e produtos da série histórica 2006/2007.

Registros de Estabelecimentos				
	2006	2007 Programando	2007 realizado	%
Registro de Estabelecimento - Novo	10	05	10	200
Registro de Estabelecimento - Cancelado	55	-	27	-
Credenciamento de Estabelecimento - Estrangeiro	-	-	03	-
Registro de Estabelecimento - com exigências	07	-	06	-

Registros de Produtos				
	2006	2007 Programando	2007 realizado	%
Registro de Produto – Novo	45		29	
Registro de Produto – Cancelado	-		73	
Registro de Produto – Renovado	-		03	
Cadastro de Produto – Estrangeiro	-		26	
Registro de Produto – com exigências	29		97	
Registro de Vinhos e Derivados	-		-	
OBS.				

Fiscalização de Estabelecimentos e Produtos

A fiscalização dos estabelecimentos é uma etapa importantíssima para a avaliação do seguimento produtivo. Durante esta etapa é avaliado o processo de produção da bebida, efetuada coleta de amostra para fins de análise fiscal (físico-química e/ou microbiológica), cujo objetivo é monitorar a qualidade do produto.

A fiscalização em estabelecimentos importadores de bebidas não tem sido realizada, pois as inconformidades encontradas nas bebidas analisadas (vinhos) têm sido justificadas com a apresentação, por parte das empresas estrangeiras credenciadas, de documento oficial de que o produto é típico de origem e que é usado para consumo humano no país produtor. Acrescenta-se que as coletas de controle das bebidas importadas sob normativa do Decreto nº 2.314/1997 são realizadas conforme a IN nº 44/2006. Com relação à importação de vinhos e derivados da uva e do vinho, todos os produtos importados (de todos os lotes/safras) são coletados para fins de análise de controle.

Quanto às empresas exportadoras de bebidas, na maioria dos casos elas são também produtoras, portanto a fiscalização se dá rotineiramente, na ocasião da solicitação de coleta de amostra de controle.

No quadro abaixo está discriminado o número de estabelecimentos produtores de bebidas e vinagres registrados neste SIPAG/DT-AM comparado ao número de estabelecimento fiscalizado no ano.

Entende-se que todos os estabelecimentos produtores deveriam ser fiscalizados ao menos uma vez por ano, entretanto, somente após o último concurso é que o quadro do SIPAG/DT-AM foi acrescido de mais Fiscais.

Estabelecimentos Registrados x Fiscalizados		
	2006	2007
Estabelecimentos produtores registrados	105	91
Estabelecimentos fiscalizados	86	34

No quadro abaixo estão quantificados os documentos lavrados pela equipe de fiscalização.

Fiscalização de Estabelecimentos Produtores, Importadores e Exportadores				
	2006	2007 programando	2007 realizado	%
Termo de Vistoria	6	05	10	200
Termo de Inspeção	86	63	34	53,97
Intimação	13	12	36	300
Auto de Infração	02	06	08	133,33
Termo de Colheita de Amostra Fiscal	16	-	06	-
Termo de Colheita de Amostra de Controle	58	87	75	86,21
Termo de Apreensão	02	06	02	33,33
Termo de Fechamento de Estabelecimento	01	-	02	-

As ações executadas pela SIPAG/DT-AM obedeceram a critérios pré-definidos, de acordo com a realidade de sua área de atuação, considerando-se os seguintes fatores:

- 1) A quantidade de estabelecimentos registrados no Amazonas;
- 2) Os tipos de produtos manipulados (se alcoólicos ou não alcoólicos);
- 3) O grau de complexidade envolvido na produção dos mesmos;
- 4) A estrutura do estabelecimento (instalações, equipamentos, etc.);
- 5) A disponibilidade de pessoal na Seção;
- 6) A capacidade do Laboratório Oficial de Análises de Bebidas e Vinagres que atende à jurisdição no caso localizado em Belém– PA

Além das inspeções programadas, ressaltamos que, ao longo do ano, existe a demanda de outras atividades externas tais como vistorias em estabelecimentos que solicitam registro, inspeções em estabelecimentos importadores com fins de liberação de produtos importados para o comércio

nacional, inspeções não programadas em indústrias para averiguar cumprimento de intimações, discutir sobre resultados de análises, entre outras, além de grande demanda interna tais como atendimento ao público e análise de processos diversos (registro de produtos e estabelecimentos, solicitações de importação, etc.). Além disso, existe também a demanda pela fiscalização em comércio, na qual é focalizada, principalmente, o comércio de produtos clandestinos ou em desacordo com as normas legais. Foi verificado que não foi possível cumprir algumas metas das atividades programadas para o ano de 2007, a saber: “inspeção em estabelecimentos” e “produtos coletados para análise”. Ambas foram influenciadas pela baixa disponibilidade de pessoal ao longo do ano, uma vez que a Seção contou somente com um Fiscal Federal Agropecuário e da dificuldade encontrada na logística do envio das amostras para o laboratório localizado em Belém – PA, uma vez que no Amazonas não existe laboratório credenciado junto ao MAPA.

Os resultados do desempenho da atividade de fiscalização durante o ano de 2007 estão apresentados na tabela a seguir:

Desempenho das Atividades Relacionadas aos Produtos			
Produto amostrado	Unid.	2006	2007
Alcoólico	un	423	349
Não alcoólico	un	25	13
Volume de produto amostrado			
		2006	2007
Alcoólico	litros	359,55	296,65
Não alcoólico	litros	20	43,42
Massa de produto amostrado			
		2006	2007
Alcoólico	kg	-	-
Não alcoólico	kg	05	-
Produto apreendido			
		2006	2007
Alcoólico	un	-	01
Não alcoólico	un	07	01
Volume de produto apreendido			
		2006	2007
Alcoólico	litros	-	10,985
Não alcoólico	litros	-	2,86
Massa de produto apreendido			
		2006	2007
Alcoólico	kg	-	-
Não alcoólico	kg	13.930	-
Produto inutilizado			
		2006	2007
Alcoólico	litros	-	-
Não alcoólico	litros	-	02
Produto inutilizado			
		2006	2007
Alcoólico	kg	-	-

Não alcoólico	kg	13.130	3.080
Matéria-prima inutilizada			
		2006	2007
	kg	800	-
	litro	-	-
Rótulo apreendido			
		2006	2007
	un/bobina	-	8.334 un.
Rótulo inutilizado			
		2006	2007
	un/bobina	-	-
OBS.			

Os dados referentes aos resultados analíticos das amostras coletadas para análise fiscal e análise de controle são apresentados no quadro abaixo:

Resultados Analíticos		
Amostras coletadas	2006	2007
Alcoólico	423	362
Não alcoólico	25	19
Produtos em conformidade	2006	2007
Alcoólico	412	343
Não alcoólico	23	05
OBS.		

No quadro a seguir, apresenta-se uma correlação entre o número de estabelecimentos registrados, inspecionados e o número de fiscais disponíveis para esta atividade.

Técnicos disponíveis / Demanda de Inspeção-Fiscalização		
	2006	2007
Estabelecimentos produtores registrados	105	91
Número de Fiscais	1*	1
Estabelecimento registrado / Técnico	105	91

*FFA atua nos PI's IPVEGETAL e PADCLASSIF.

Seguindo, é apresentado o resultado da atividade de fiscalização do SIPAG/DT-AM.

Processos Administrativos para Apuração de Infração			
	Unid.	2006	2007
Relatório em Primeira Instância	nº	02	01
Relatório em Segunda Instância	nº	-	-
Julgamentos procedentes em 1ª Instância	nº	02	01
Advertência	nº	02	01
Suspensão de estabelecimento	nº	-	-
Cassação de registro de produto	nº	-	-
Multa aplicada	R\$	-	-
Multa arrecadada	R\$	-	-
Processos enviados Cobrança Judicial	nº	-	-
OBS.			

Os dados referentes aos recursos descentralizados para o PI os quais foram utilizados na fiscalização de estabelecimentos, capacitação, reuniões e participação em eventos são apresentados no quadro abaixo.

Recursos Descentralizados x Recursos Liquidados			
	Unid.	Descentralizado	Liquidado
Diárias (3390-14)	R\$	13.156,60	13.156,60
Passagem (3390-33)	R\$	12.694,84	11.359,22
Material de Consumo (3390-30)	R\$	-	-
Serviço de Terceiros Pessoa Física (3390-36)	R\$	-	-
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica (3390-39)	R\$	50.000,00	50.000,00
Material Permanente (4490-52)	R\$	-	-
TOTAL		75.851,44	74.515,82

OBS:

Principais indicadores

PI IPVEGETAL			
Produção	Capacidade anual de Fiscalização de Estabelecimentos	IFE=	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de estabelecimentos fiscalizados}}{\text{programado no ano}}$
Eficácia	Estabelecimentos Fiscalizados	IEF=	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de estabelecimentos fiscalizados}}{\text{n}^\circ \text{ de estabelecimentos registrados}}$
Eficiência	Produtividade do serviço na Fiscalização	IPF=	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de estabelecimentos fiscalizados}}{\text{n}^\circ \text{ total de fiscais envolvidos}}$
Eficácia	Conformidade de Produtos	ICP=	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de amostras produtos em conformidade}}{\text{n}^\circ \text{ total de análises realizadas}}$
Eficiência	Concessão de Registro de Estabelecimentos	ICRE=	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de registro de estabelecimentos concedidos}}{\text{n}^\circ \text{ total de registros solicitados}}$
Eficácia	Concessão de Registro de Produto	ICRP=	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de registro de produtos concedidos}}{\text{n}^\circ \text{ total de registros solicitados}}$
Eficácia	Autuação de Estabelecimento Fiscalizado	IAE=	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de autos de infração}}{\text{n}^\circ \text{ total de estabelecimentos fiscalizados}}$
Eficiência	Custo da Fiscalização	ICF=	$\frac{\text{Recurso financeiro despendido}}{\text{n}^\circ \text{ de estabelecimentos fiscalizados}}$

OBS:

Os resultados obtidos para o PI IPVEGETAL são acompanhados e monitorados pelos indicadores de desempenho.

Balanco de Indicadores do PI IPVEGETAL

Indicadores de Desempenho		
Produção	Capacidade anual de Fiscalização de Estabelecimentos	IFE = 53,97%
Eficácia	Estabelecimentos Fiscalizados	IEF = 37%
Eficiência	Produtividade do Serviço na Fiscalização	IPF = 34%
Eficácia	Conformidade de Produtos	ICP = 95%
Eficiência	Concessão de Registro de Estabelecimentos	ICRE = 76%
Eficácia	Concessão de Registro de Produto	ICRP = 93,5%
Eficácia	Autuação de Estabelecimento Fiscalizado	IAE = 23,5%
Eficiência	Custo da Fiscalização	ICF = R\$ 132,70

1.3. Ação 4746 PADCLASSIF Padronização e Classificação de Produtos Vegetais

1.3.1.Dados Gerais

Tabela 3 – Dados gerais da ação

Tipo	Ação finalística
Finalidade	Aferir a identidade e a qualidade dos produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico classificados com base nos padrões oficiais estabelecidos por este MAPA, junto aos processadores, embaladores, distribuidores e comerciantes; Realizar a supervisão técnica das condições físicas e operacionais dos envolvidos no processo de classificação, e a qualidade dos serviços prestados por classificadores e pelas entidades credenciadas.
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de produtos vegetais; elaboração de regulamento técnico para validação de padrões; classificação dos produtos para certificação de identidade e qualidade antes de serem colocados à disposição dos consumidores; e fiscalização da identidade e da qualidade nas fases de preparação, embalagem e comercialização.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA/DIPOV/CGQV
Unidades executoras	SIPAG/DT-AM
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral da Qualidade Vegetal
Coordenador nacional da ação	Fernando Guido Penariol
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Ana Fabiola da Silva Coelho

1.3.2. Resultados da Ação

A Inspeção de Produtos de Origem Vegetal tem por finalidade assegurar a identidade, a qualidade, a conformidade, a idoneidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos de origem vegetal, seus subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico, por meio das ações de inspeção, fiscalização e classificação de produtos, sistemas, ou cadeia produtiva. A atividade está amparada em ampla base legal onde destacam-se:

- **LEI Nº 8.171/1991**, que dispõe sobre a Política Agrícola.
- **DECRETO Nº 5.741/2006**, que regulamenta artigos da Lei nº

8.171/1991, organizando o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

- **LEI Nº 9.712/1998**, que altera a Lei 8.171/1991, estabelecendo os objetivos da Defesa Agropecuária.
- **LEI Nº 9.972/2000**, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.
- **DECRETO 6.268/2007**, que regulamenta a Lei 9.972/2000.

A execução das atividades da fiscalização da classificação dos produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico se realizam sob os princípios que regem a administração pública: legalidade, finalidade, impessoalidade, moralidade, probidade, publicidade e eficiência.

O controle e a aferição da qualidade dos produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico iniciou-se em 2006, pois há tempos não eram realizados no estado do Amazonas, com exceção da classificação de produtos importados, especificamente, trigo em grãos.

Dessa forma, com a ausência da ação fiscal, irregularidades eram praticadas pelos processadores, empacotadores, distribuidores e comerciantes desses produtos, culminando com uma ação da Justiça Federal denominada **OPERAÇÃO SAÚVA**, na qual empresários foram presos e estão sendo processados por fraude nas licitações governamentais para fornecimento de alimentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

O ano de 2007 foi considerado um ano diagnóstico da atividade no estado do Amazonas, uma vez que foram realizadas operações, inclusive no interior do Estado, onde procurou-se conhecer o universo de empacotadores, marcas comerciais, distribuidores e comerciantes envolvidos no processo de classificação vegetal, estejam eles no estado do Amazonas ou em outras unidades da federação.

As ações fiscais ocorreram junto às pessoas físicas ou jurídicas processadoras, beneficiadoras, industrializadoras, embaladoras, distribuidoras e comerciantes de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico,

notadamente aqueles que compõem a cesta básica, bem como junto às empresas credenciadas para executar serviços de classificação vegetal, segundo o que dispõe a legislação pertinente, ou seja, Lei nº 9.972/2000, Decreto nº 3.664/2000 e o novo Decreto nº 6.268/2007, bem como os demais atos normativos complementares.

A principal ação fiscal foi denominada **OPERAÇÃO ANA GUERREIRA**, realizada no município de Manaus, que contou com a participação de FFA's e Classificadores dos estados do Mato Grosso do Sul, Goiás e da Coordenação Geral da Qualidade Vegetal, em Brasília.

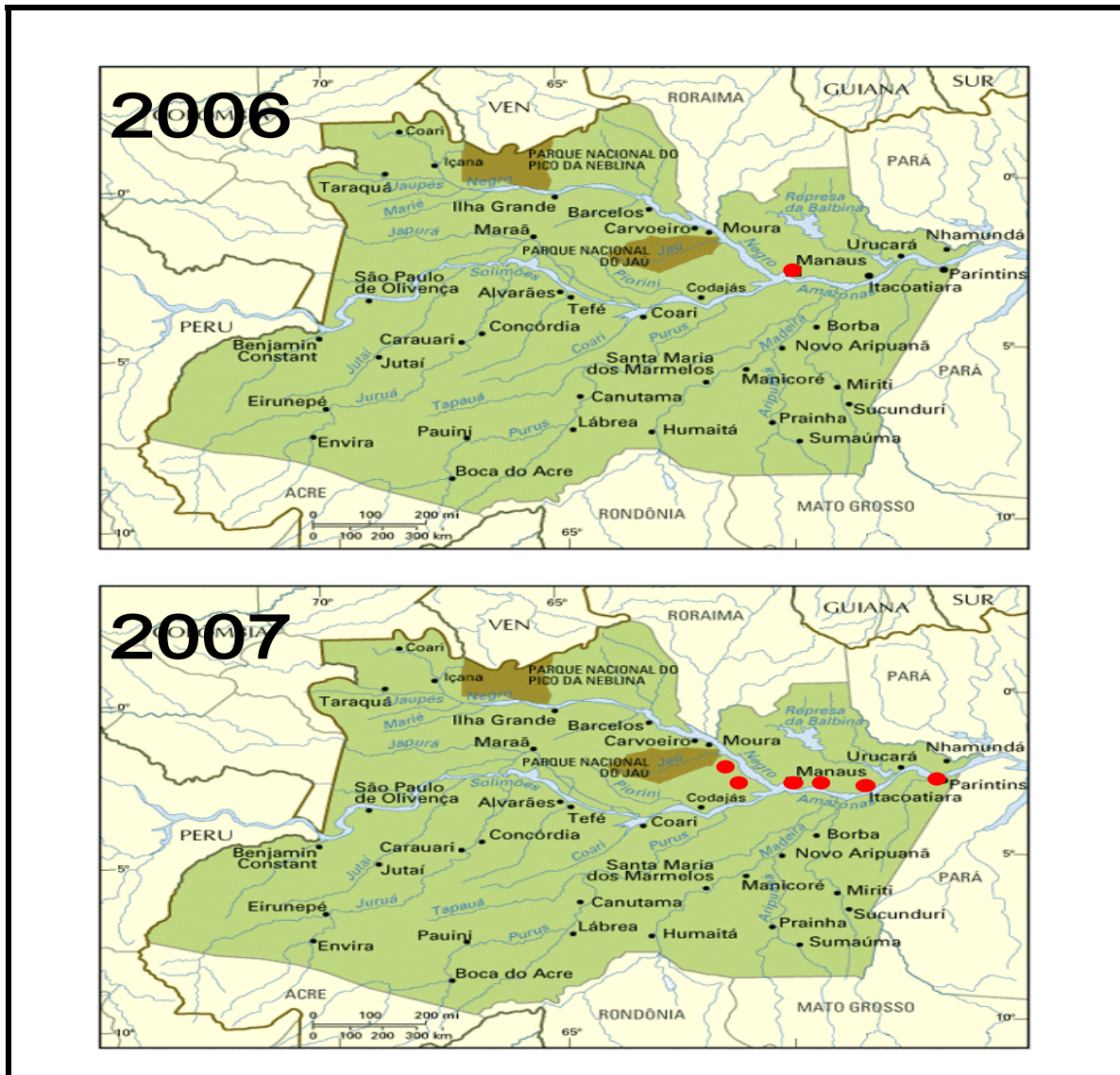
O relatório da operação supracitada (anexo I) mostra que a classificação vegetal no Amazonas deu sua segunda arrancada, com quantitativos fiscalizados significativos, principalmente num Estado que estava sem ação fiscal durante muito tempo. Diante desse quadro, foram realizadas duas reuniões com empresas empacotadoras e distribuidoras de produtos vegetais com padrões oficiais de classificação, com a finalidade de orientação sobre a base legal que disciplina a comercialização desses produtos.

As fiscalizações desenvolvidas no interior do estado abrangeram os municípios de Iranduba, Manacapuru, Itacoatiara, Rio Preto da Eva e Parintins, que juntos totalizam uma população de 324.354 residentes (IBGE, Contagem da População 2007), representando 10,24% da população do Estado.

Outra ação fiscal realizada no Estado foi na Grande Manaus, cujo objetivo foi o de aferir a qualidade de todas as marcas comerciais de farinha de trigo, farinha de mandioca e óleo de soja ofertados aos consumidores.

Nos mapas destacados a seguir pode-se visualizar a abrangência das ações realizadas nos anos de 2006 e 2007. Observa-se que houve uma evolução significativa, entretanto ainda incipiente, principalmente devido ao Amazonas ser um Estado de tamanho continental e contar com um efetivo reduzido de Fiscais com atividades nesta área, além de não existirem unidades técnicas regionais de agricultura, pecuária e abastecimento-UTRAS, na SFA/AM, que poderiam dar suporte nas operações.

Ações realizadas no estado do Amazonas nos anos de 2006 e 2007.



Os quadros apresentados a seguir mostram os resultados das ações fiscais desenvolvidas no ano de 2007. A diferença entre os quantitativos fiscalizados deve-se ao foco da fiscalização. Em 2006, por determinação judicial, a fiscalização contemplou exclusivamente empacotadoras locais e instituições governamentais, e, em 2007, o foco foi o comércio varejista, por ser atendido por fornecedores de todo o país.

Fiscalização da Qualidade Vegetal			
	Unid.	2006	2007
Quantitativo fiscalizado	t	829,86	126,04
Arroz	t	268,28	45,10
Feijão	t	164,62	23,20
Farinha de mandioca	t	200,18	13,30
Farinha de trigo	t	0,14	1,24
Óleo de soja*	litros	54,02	35.300
Canjica de milho	t	128,10	1,80
Milho de pipoca	t	-	1,40
Milho	t	1,72	4,00
Produto amiláceo derivado da mandioca	t	12,80	0,70

*considerando 1 litro de óleo de soja = 1kg

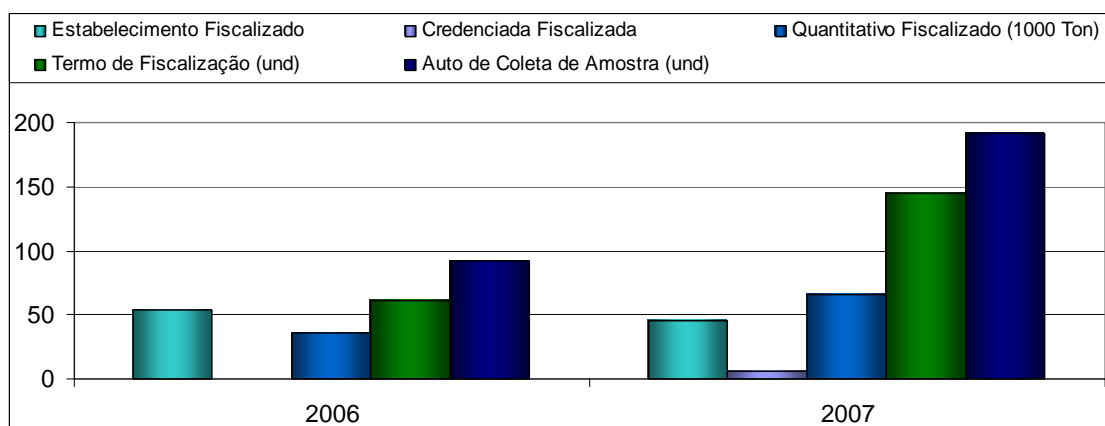
O quadro a seguir demonstra o índice de conformidade dos produtos amostrados, com o aumento significativo de amostras coletadas e a melhoria da conformidade desses produtos.

Resultados da Classificação Fiscal					
Produto	Ano	Número de amostras	Número de amostras no padrão	Número de amostras fora do padrão	Índice de Conformidade de Produtos (ICP)
Arroz	2006	24	12	12	50,0 %
	2007	53	31	22	58,5 %
Feijão	2006	33	08	25	24,2 %
	2007	38	15	23	39,5 %
Farinha de mandioca	2006	25	04	21	16,0 %
	2007	21	05	16	23,8 %
Farinha de trigo	2006	01	01	-	100 %
	2007	10	10	-	100 %
Óleo de soja	2006	02	02	-	100,0 %
	2007	16	10	06	62,5 %
P.A.D.R. Mandioca	2006	03	-	03	0,0 %
	2007	-	-	-	-
Canjica de milho	2006	03	-	03	0,0 %
	2007	-	-	-	-
Milho	2006	01	-	01	0,0 %
	2007	-	-	-	-

No quadro abaixo encontram-se os dados relativos à quantidade de estabelecimentos e entidades credenciadas fiscalizadas e o produto dessas fiscalizações.

Fiscalização da Classificação Vegetal

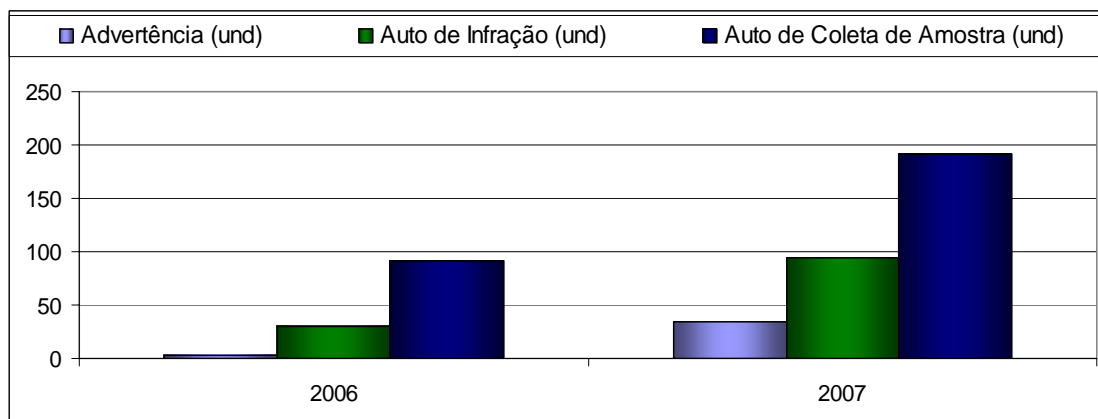
	Unid.	2006	Programado 2007	Realizado 2007	% Realizado / Programado
Estabelecimentos fiscalizados	un	47	60	45	75,0
Estabelecimentos inspecionados	un	-	-	01	-
Credenciada fiscalizada	un	-	05	06	120,0
Auto de Coleta de Amostra	nº de documentos	92	154	192	124,7
Intimação	nº de documentos	13	-	95	-
Auto de Infração	nº de documentos	30	-	94	-
Termo de Suspensão da Comercialização	nº de documentos	52	-	26	-
Quantidade de produtos com a comercialização suspensa	t	3.193,01	-	30,6	-
Fiscalização quantitativa	nº	-	-	-	-
Perícias realizadas	nº	02	-	15	-
% de amostras coletadas / analisadas	%	100	100	100	100

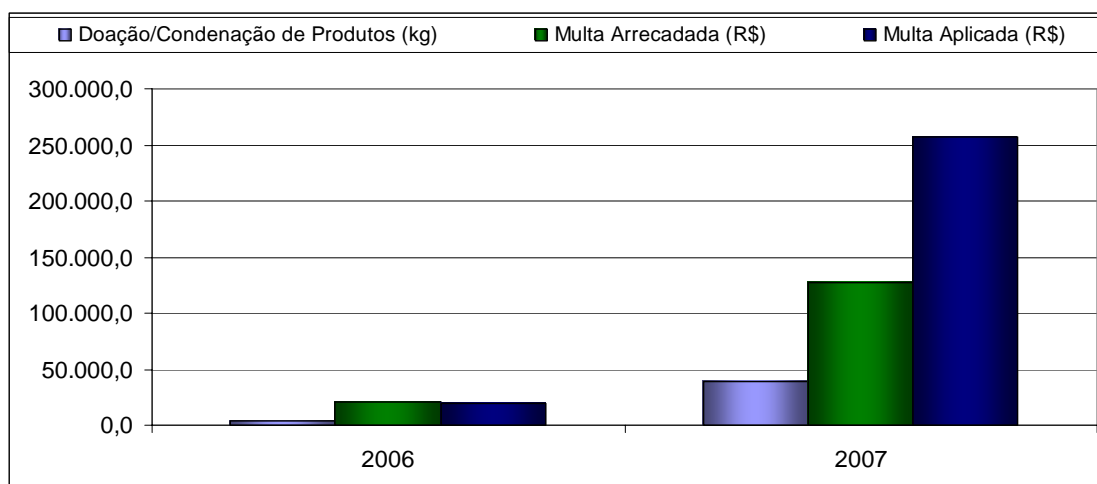


No quadro a seguir é apresentado o resultado da atividade de fiscalização, onde se comprova que a ação fiscal realizada teve o conseqüente processo administrativo relatado e julgado, bem como o lançamento do julgamento

do Sistema SICAR.

Processos Administrativos para Apuração de Infração			
	Unid.	2006	2007
Relatório em Primeira Instância	nº	04	87
Relatório em Segunda Instância	nº	-	01
Julgamentos procedentes em 1ª Instância	nº	04	86
Advertência	nº	01	35
Termo de Execução de Julgamento	nº	03	32
Liberação de produto	t	82,52	52,9
Condenação de produto	t	30	20,1
Destinação de produto e de matéria-prima	T	-	18,6
Interdição do estabelecimento	nº	-	-
Cassação ou Cancelamento do Credenciamento	nº	-	-
Multa aplicada	R\$	29.119,05	256.733,38
Multa arrecadada	R\$	20.383,34	126.792,77
Multa em cobrança Judicial	R\$	-	25.175,94
Processos enviados Cobrança Judicial	nº	-	05





Os processos administrativos cujas multas não foram pagas dentro do prazo legal foram encaminhados à Procuradoria da Fazenda Nacional para inscrição do débito na Dívida Ativa da União, por meio de cobrança judicial. Observa-se, também, que apenas um processo teve apresentação de recurso para Instância Superior, que ainda será julgado na Coordenação Geral da Qualidade Vegetal – CGQV/DIPOV/SDA.

A classificação de produtos vegetais importados é realizada rotineiramente sendo as amostras coletadas por este SIPAG/DT-AM. Entretanto, a partir de outubro de 2007, a coleta das amostras passou a ser realizada pelo VIGIAGRO.

O quadro abaixo apresenta os resultados das ações de classificação de produtos vegetais importados.

Classificação de Produtos Vegetais Importados			
	Unid.	2006	2007
Produto classificado	nº	02	05
Quantidade fiscalizada	T	35.557,29	65.298,99
Certificado emitido	nº de certificados	10	57
Taxa arrecadada	R\$	24.015,34	47.315,63

Os produtos vegetais importados durante o ano de 2007 foram: trigo em grãos, farinha de trigo, alho, uva e cebola. Os quadros a seguir especificam as quantidades fiscalizadas por produto e a quantidade de certificados de classificação emitidos para produtos importados.

Classificação de Produtos Vegetais Importados

Produto	Quantidade Fiscalizada (t)	
	2006	2007
Trigo em grãos	35.532,49	62.071,23
Farinha de trigo	-	2.926,85
Alho	24,80	239,51
Uva	-	35,40
Cebola	-	26,00
TOTAL	35.557,29	65.298,99

OBS.

Emissão de Certificados para Produto Vegetal Importado

Produto	Número de Certificados	
	2006	2007
Trigo em grãos	09	16
Farinha de trigo	-	24
Alho	01	12
Uva	-	02
Cebola	-	03
TOTAL	10	57

OBS.

A seguir, são apresentados os dados referentes aos recursos descentralizados para o PI PADCLASSIF, que foram utilizados na fiscalização de estabelecimentos, capacitação de fiscais e agentes, participação em eventos e reuniões, aquisição de veículos, máquinas e equipamentos e reforma das instalações físicas.

Recursos Descentralizados x Recursos Liquidados			
	Unid.	Descentralizado	Liquidado
Diárias (3390-14)	R\$	11.914,03	11.914,03
Passagem (3390-33)	R\$	17.200,00	17.200,00
Material de Consumo (3390-30)	R\$	2.000,00	2.000,00
Serviço de Terceiros Pessoa Física (3390-36)	R\$	67.295,00	66.294,77
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica (3390-39)	R\$	2.200,00	2.200,00
Material Permanente (4490-52)	R\$	141.690,79	141.690,79
TOTAL		242.299,82	241.299,59
OBS.:			

Com a publicação da Contagem Populacional 2007, pelo IBGE, e comparando os seus resultados com a mesma pesquisa realizada em 1996, observa-se que a população do Estado do Amazonas cresceu 32,7% no período, sendo uma das maiores taxas de crescimento populacional do país. Com 1.577.820,2 km² de área, e uma distância superior a 2.000 km de leste à oeste, somado ao aumento das relações comerciais com a Venezuela, Peru e Colômbia, países que fazem fronteira com o Estado, faz-se necessário o aumento do efetivo de recursos humanos diretamente envolvidos com a Qualidade Vegetal, notadamente, fiscais federais agropecuários e agentes de atividade em agropecuária.

Principais indicadores

PI PADCLASSIF			
Eficiência	Índice de Fiscalização da Conformidade de Produtos	IFC=	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de amostras coletadas de prod. nacionais}}{\text{N}^\circ \text{ de estabelecimentos fiscalizados}}$
Eficiência	Custo da Fiscalização	ICF=	$\frac{\text{Recurso financeiro despendido}}{\text{N}^\circ \text{ de estabelecimentos fiscalizados}}$
Eficiência	Produtividade do Serviço na Fiscalização	ICOF=	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de estabelecimentos fiscalizados}}{\text{N}^\circ \text{ total de técnicos envolvidos}}$
Eficácia	Indicador de Conformidade de Produtos	ICP=	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de amostras produtos em conformidade}}{\text{N}^\circ \text{ total de análises realizadas}}$
Produção	Estabelecimentos Fiscalizados	IFE=	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de estabelecimentos fiscalizados}}{\text{Ano}}$
Produção	Indicador de Amostras Coletadas	IAC=	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de amostras coletadas}}{\text{Ano}}$

Balanco de indicadores do PI PADCLASSIF

Indicadores de Desempenho		
Eficiência	Índice de Fiscalização da Conformidade de Produtos	IFC = 3,00
Eficiência	Custo da Fiscalização	ICF = R\$112,74
Eficiência	Produtividade do Serviço na Fiscalização	ICOF = 52,0
Eficácia	Indicador de Conformidade de Produtos	ICP = 62,5%
Produção	Estabelecimentos Fiscalizados	IFE = 52,0
Produção	Indicador de Amostras Coletadas	IAC = 192

4.2.1.1. Ações Relacionadas à Área Animal do SIPAG/DT-AM

4.2.1.2.1 Ação 025.01 – Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal - INSPANIMAL2

4.2.1.2.1.1 Dados Gerais

Tabela 4 – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	As atividades desenvolvidas nesta ação visam assegurar a correta produção de produtos e subprodutos de origem animal sob o ponto de vista higiênico-sanitário da matéria-prima, processos, ambiente, equipamentos e pessoal, sob competência deste SIPAG.
Descrição	Visitas periódicas a estabelecimentos registrados e relacionados; inspeção <i>in loco</i> sobre matéria-prima, processos, instalações, equipamentos e produtos, sob o ponto de vista higiênico-sanitário; aprovação prévia ou definitiva de projetos, memoriais descritivos, processos e rotulagens; outros pertinentes
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA/DIPOA/CGI
Unidades executoras	SIPAG/DT-AM
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Inspeção – CGI
Coordenador nacional da ação	Marcus Ribeiro de Freitas
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Ana Fabíola da Silva Coelho

4.3.1.3.1 Ação 025.03 - Fiscalização Contra a Fraude e a Clandestinidade de Produtos de Origem Agropecuária - FISC-FRAUDE

4.3.1.3.1.1 - Dados Gerais

Tabela 5 – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	As atividades desenvolvidas nesta ação visam assegurar a comercialização de produtos de origem animal corretamente inspecionados e registrados, sob competência deste SIPAG
Descrição	Atendimento a denúncias e reclamações; demandas do Ministério Público; colheita esporádica de amostras para análise fiscal; procedimentos de reinspeção industrial e de comércio.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA/DIPOA/CGI
Unidades executoras	SIPAG/DT-AM
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Inspeção - CGI
Coordenador nacional da ação	Marcus Ribeiro de Freitas

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Ana Fabíola da Silva Coelho
---	-----------------------------

4.4.1.3.1 Ação 025.07 – Controle da Qualidade na Garantia de Conformidade, Segurança e Inocuidade dos Produtos de Origem Animal - CONTROPOA

4.4.1.3.1.1 Dados Gerais

Tabela 6 – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	As atividades desenvolvidas nesta ação visam assegurar a qualidade e segurança dos alimentos de origem animal, sob competência deste SIPAG
Descrição	Colheita periódica de produtos de origem animal nas dependências industriais e excepcionalmente no varejo para análise de conformidades através de análise fiscal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA/DIPOA/CGPE
Unidades executoras	SIPAG/DT-AM
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Programas Especiais - CGPE
Coordenador nacional da ação	Ari Crespim dos Anjos
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Ana Fabíola da Silva Coelho

4.4.1.3.1.2 Resultados

Durante o primeiro semestre do ano de 2007, o setor animal do SIPAG/DT/SFA-AM contava com dois Fiscais Federais Agropecuários, sendo que um aguardava sua transferência em função do concurso de remoção. A partir da convocação de mais três Fiscais aprovados em concurso, em junho, algumas ações previstas foram desencadeadas; entretanto, os recém-ingressos necessitaram participar de cursos de qualificação em suas áreas de atuação, de curta duração, e representar o setor em reuniões externas à sede. Em função do exposto, muitas das metas não foram atendidas ao longo do ano. Com a chegada dos novos fiscais a amplitude dos serviços prestados tende a aumentar, o que

facilitará o cumprimento de metas em 2008. É importante ressaltar, todavia, que o quantitativo de fiscais e agentes de inspeção ainda não é suficiente para a realização de todas as atividades pertinentes ao setor, sendo necessário o aumento deste número, bem como a composição de quadro administrativo, que hoje conta apenas com uma estagiária e uma conveniada.

As verbas descentralizadas foram utilizadas não só nas ações de inspeção próprias do Programa, mas, também, em 13 (treze) participações em eventos e cursos de curta duração promovidos pelo MAPA ou de temas de relevância para o desenvolvimento dos serviços. Para tanto, recursos dos PI LABANIMAL E PCEBOVDIPOA, ainda que não previstos inicialmente, foram descentralizados e utilizados, conforme tabela abaixo.

Gastos com Diárias e Passagens, nos PI INSPANIMAL2, CONTROPOA e FISCFRAUDE		
	Diárias (R\$)	Passagens (R\$)
Participações em Eventos/Cursos/Qualificações	10.992,96	15.200,24
Atividades de Inspeção/Fiscalização	8.374,09	6.584,62

Recursos Descentralizados x Recursos Liquidados			
	Unid.	Descentralizados	Liquidados
CONTROPOA			
Diárias (3390-14)	R\$	1.458,16	1.271,16
Passagem (3390-33)	R\$	2.718,22	2.718,22
FISCFRAUDE			
Diárias (3390-14)	R\$	5.361,85	5.073,60
Passagem (3390-33)	R\$	7.018,00	5.649,54

INSPANIMAL			
Diárias (3390-14)	R\$	6.683,00	6.666,63
Passagem (3390-33)	R\$	5.664,00	5.664,00
Material de Consumo (3390-30)		350,00	350,00
LABANIMAL			
Diárias (3390-14)	R\$	959,03	910,27
Passagem (3390-33)	R\$	4.102,27	2.163,28
PCEBOVDIPOA			
Diárias (3390-14)	R\$	3.450,00	3.380,02
Passagem (3390-33)	R\$	7.700,00	7.429,48
TOTAL		45.464,53	41.276,20

O resíduo da verba foi de R\$ 4.188,33, correspondendo a um percentual de aproveitamento de 90,79% do total descentralizado. É importante ressaltar que, em 2007, a verba destinada ao setor veio em PI distintos e que, para o ano de 2008 virá através de um único Plano de Investimento, o INSPANIMAL3. Isto facilitará sobremaneira o planejamento e a prestação de contas, uma vez que as ações de inspeção, de repressão à clandestinidade e à fraude e de controle de qualidade se transpassam durante a execução das atividades, podendo ser, por vezes, simultâneas.

No período, o setor animal não recebeu investimentos em equipamentos, sendo necessária a aquisição de diversos itens para o ano de 2008, no sentido de otimizar seu funcionamento.

Como resultados positivos, o aumento e o entrosamento da equipe de fiscais resultou em maior dinamismo nas ações de inspeção higiênico-sanitária e industrial, repressão à clandestinidade e tramitações de registros, a partir do último quadrimestre de 2007. Também os procedimentos internos de atendimento direto e telefônico aos usuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA para orientações, tiveram aumento na resposta às demandas (total de 1.704 em 2007).

Com a intensificação das ações, três estabelecimentos com SIF sofreram interdição, em função de precárias condições de higiene ambiental. Uma das empresas procedeu com as correções em 48 horas, retornando às atividades. Duas permanecem interditadas por não cumprimento de exigências. Três empresas sem registro foram autuadas e duas multadas, em ação conjunta com a Polícia Federal do Estado do Amazonas e a Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Município de Manaus - CVISA, pelo uso ilegal do carimbo SIF na rotulagem e por uso de número falso de registro.

Meta: Instalação de Inspeção Federal

Tabela 7 – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Instalação de Inspeção Federal – exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
07	Consolidada	01	consolidada

Apesar de ter sido atribuído valor numérico a esta meta, ela é atendida por demanda, cujo número é variado e imprevisível. No ano de 2007 foi registrada junto ao Serviço um Entrepósito de Leite e Derivados, com instalação de uma IF no local.

Meta: Relacionamento de Casa Atacadista

Tabela 8 – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Relacionamento de Casa Atacadista – exercício 2007.

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Indeterminada	consolidada	00	Não utilizada

Esta meta é atendida sob demanda, não tendo sido apresentada nenhuma em 2007.

Meta: Supervisões Industriais

Tabela 9 – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Supervisões Industriais – exercício 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
40	consolidada	28	consolidada

Esta meta é prevista segundo número mínimo pré-fixado de visitas aos estabelecimentos industriais sob registro SIF. Das 15 empresas registradas foram visitadas 12, algumas mais de uma vez, segundo priorização por necessidade de acompanhamento.

Meta: Auditoria de APPCC

Tabela 10 – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Auditoria de APPCC – exercício 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
02	consolidada	00	Não utilizada

Esta meta não foi cumprida em função do reduzido número de fiscais no início do ano e do acúmulo de atividades a cumprir no último quadrimestre, considerando que os novos fiscais necessitaram de capacitações e cursos.

Meta: Vistoria de Terreno

Tabela 11 – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Vistoria de Terrenos – exercício 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
indeterminada	consolidada	01	consolidada

Esta meta é atendida sob demanda, tendo sido apresentada apenas uma em 2007, para uma empresa com pleito de registro para Entrepasto de Leite e Derivados.

Meta: Análise de Rotulagens

Tabela 12 – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Análise de Rotulagens – exercício 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
indeterminada	Não aplicável	23	Não aplicável

Esta meta é atendida sob demanda, de acordo com o número de registros de rotulagens, produtos e processos ou suas alterações. É uma atividade interna que consome muitos dias de serviço dos fiscais, uma vez que devem ser consultadas variadas fontes de leis, instruções, normas e resoluções, tanto do MAPA como da ANVISA e do INMETRO. Os produtos e processos devem ser analisados sob o ponto de vista do atendimento aos requisitos definidos por meio dos regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade, quando existentes, mais o cumprimento das normas referentes às exigências sobre rotulagens. Este trabalho também despense tempo em atendimentos para orientação aos responsáveis técnicos (RT) de cada empresa pleiteante, para correção dos erros apresentados.

Meta: Inspeção de Casa Atacadista

Tabela 13 – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Inspeção de Casa Atacadista – exercício 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
40	consolidada	01	consolidada

Apesar da previsão de uma inspeção anual para cada casa atacadista relacionada no serviço, não foi possível o cumprimento da meta devido às razões expostas anteriormente e à necessidade de priorização de ações, sendo valorizadas as inspeções industriais, em detrimento daquelas.

Meta: Colheitas para Análise Fiscal

Tabela 14 – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Colheitas para Análise Fiscal – exercício 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Carne e Derivados – 06	consolidada	00	Não utilizada
Leite e Derivados -08		00	
Pescado e Derivados – 24		00	
Mel e Derivados - 04		00	
Água de Abastecimento – 42		00	

Esta meta é prevista com base no número de produtos registrados junto ao serviço, e distribui-se por tipo. Não houve colheita de amostras para análise fiscal de rotina, devido tanto ao reduzido número de fiscais – no primeiro semestre - como à necessidade de atendimento a demandas específicas geradas pelo DIPOA (fraudes e resíduos, descritas mais adiante) – no segundo semestre.

Meta: Colheita para Análise do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC

Tabela 15 – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Colheita para Análise do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC – exercício 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Não prevista	Não prevista	02	consolidada

Atendida por demanda do nível central (DIPOA), inicialmente não prevista no Plano Operativo, realizada em duas amostras do pescado de captura, com fins de monitoramento de níveis de mercúrio. As amostras resultaram com índices acima do permitido, sendo, em função disto, programadas várias ações junto às indústrias de pescado, pescadores e órgãos governamentais para 2008. Planejamos intensificar o monitoramento, com utilização de instrumental de geo-referenciamento e conscientização dos envolvidos na cadeia produtiva, para determinação das espécies que representam maior risco, uma vez que este mercúrio é natural em alguns rios da Região Amazônica.

Meta: Ações de Repressão à Fraude e Clandestinidade

Tabela 16 – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Ações de Repressão à Fraude e Clandestinidade – exercício 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Não prevista	Não prevista	04	consolidada

Esta meta, apesar de não prevista inicialmente, é parte das atividades inerentes à ação “Fiscalização Contra a Fraude e a Clandestinidade de Produtos de Origem Agropecuária”. Foram realizadas quatro ações, sendo duas em empresas de medicamentos que falsificavam produtos à base de mel e derivados, uma junto a uma empresa clandestina de pescado e outra de colheita

de leite UHT no mercado varejista. As três primeiras ações foram levadas a cabo em conjunto com a Polícia Federal no Estado do Amazonas.

Meta: Colheita de Amostras para Repressão à Fraude e à Clandestinidade

Tabela 17 – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Colheita de Amostras para Repressão à Fraude e à Clandestinidade – exercício 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Não prevista	Não prevista	87	consolidada

Esta meta, apesar de não prevista inicialmente, é parte das atividades inerentes à ação “*Fiscalização Contra a Fraude e a Clandestinidade de Produtos de Origem Agropecuária*”. Foram realizadas 87 colheitas de amostras fiscais em triplicata, de unidades de litros de leite UHT, em apoio às atividades de investigação de fraude no leite UHT desencadeadas pelo DIPOA em todo Brasil.

Meta : Relatoria de Processos

Tabela 18 – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Relatoria de Processos – exercício 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Não prevista	Não aplicável	06	Não aplicável

A relatoria de processos é procedimento comum como desdobramento das atividades fiscais; entretanto, não foi definida como meta. Os seis processos relatados resultaram de Autos de Infração e desencadearam em

recolhimento de multas no valor de R\$ 15.518,82. Outros quatro processos foram instruídos no período e encontram-se em andamento.

Meta: Emissão de Pareceres Técnicos

Tabela 19 – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Emissão de Pareceres Técnicos – exercício 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Não prevista	Não aplicável	06	Não aplicável

A Emissão de Pareceres Técnicos é meta de demanda comum no serviço, porém não foi contemplada no Plano Operativo anterior. Não demanda gasto financeiro, mas, tempo dos fiscais. Para exarar um parecer é necessário a busca de informações técnicas, normativas e legais para informar o demandante com segurança.

Meta: Participação em Eventos/Cursos

Tabela 20 – Demonstrativo Físico e Financeiro para a meta de Participação em Eventos/Cursos – exercício 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Não prevista	Não prevista	13	R\$ 26.193,20

Meta não prevista, a participação em eventos, cursos e capacitações é fundamental para a qualificação do corpo de fiscais, para sua

permanente atualização e representação do MAPA em eventos externos onde sua presença seja solicitada.

Tabela 21 – Metas e resultados do Programa, no exercício 2007

Metas Físicas 2007				
Metas	Unid.	Previstas	Realizadas	% de cumprimento
Instalação de Inspeção Federal	IF	07	01	14,3
Relacionamento de casa atacadista	Relacionamento	Indeterminado	-	-
Supervisões industriais	Supervisão	40	28	70,0
Auditoria de APPCC	Auditoria	02	-	-
Vistoria de terreno	Vistoria	Indeterminado	01	-
Análises de rotulagens	Rótulo	Indeterminado	-	-
Inspeção Casa Atacadista	Inspeção	40	01	2,5
Colheita de Amostra para Análise				
Carne e derivados	Amostra	06	-	-
Leite e derivados	Amostra	08	-	-
Pescado e derivados	Amostra	24	-	-
Mel e derivados	Amostra	04	-	-
Água de abastecimento	Amostra	42	-	-
Pescado e derivados (PNCR)	Amostra	Não prevista	02	-
Ações de Repressão à Fraude e Clandestinidade	Ação	Não prevista	03	-
Colheita de Amostra para Repressão à Fraude e à Clandestinidade	Ação	Não prevista	87	-

Relatoria de Processos Administrativos para apuração de Infração	Unidade	Não prevista	06	-
Parecer Técnico	Unidade	Não prevista	06	-
Participação em eventos/curso	Participação	Não prevista	13	-

1.4.2. Desempenho operacional

A tabela abaixo demonstra a evolução da produção de produtos e subprodutos de origem animal nos estabelecimentos sob Inspeção Federal no Amazonas.

Produção pelas empresas com SIF no Amazonas				
	Unid.	2005	2006	2007
Pescado	kg	9.916.807	13.249.094	14.319.216
Laticínios	kg	3.166.710	4.391.625	4.528.129
Mel e derivados	kg	1.481	47.749	60.109
	litros	707	1.262	2.862
Carne				
Comestível	kg	12.327.444	18.079.475	21.667.972
Não Comestível	kg	2.774.044	3.303.782	3.594.493

Pelos dados apresentados, pode-se verificar uma tendência de crescimento em todas as cadeias produtivas.

Os percentuais de aumento de produção encontram-se na tabela abaixo e demonstram um nítido incremento, podendo ainda ser superado ano a

ano com a intensificação das inspeções, que propiciam melhoras nos processos industriais e menores perdas de matéria-prima e produtos.

Percentual de Aumento de Produção pela Empresas com SIF no Amazonas			
	Unid.	2005/2006	2006/2007
Pescado	kg	33,60 %	8,07 %
Laticínios	kg	38,68 %	3,11 %
Mel e derivados	kg	3.224,32 %	25,89 %
	litros	178,50 %	126,78 %
Carne			
Comestível	kg	46,67 %	19,85 %
Não Comestível	kg	19,10 %	8,90%

Os indicadores de desempenho de eficácia do FISCFRAUDE referente à quantidade de amostras não conformes no total de analisadas ainda não pôde ser construído, devido ao resultado das mesmas não estar finalizado. O indicador de produção foi de 87, segundo o cálculo:

$$\frac{\text{N}^{\circ}\text{de amostras coletadas}}{\text{ano}} = 87$$

O indicador do CONTROPOA que demonstra a sua eficácia ainda deverá ser analisado ao longo de 2008, pois a intensificação das ações de inspeção terá seus resultados positivos no próximo ano. Neste momento, apenas 2 das 15 empresas com SIF no Amazonas dispõem de BPF escrito e apresentado ao serviço.

$$\frac{\text{N}^{\circ}\text{.de estab. com mais de 50\% de BPF descrito}}{\text{N}^{\circ}\text{.total de estabelecimentos avaliados}} \times 100 = \frac{2 \times 100}{15} = 13,33$$

$$\frac{\text{N}^{\circ}\text{.total de estabelecimentos avaliados}}{15}$$

Quanto ao INSPANIMAL2, forma inspecionados 12 dos 15 estabelecimentos, com o indicador de produção a seguir:

$$\frac{\text{N}^{\circ}\text{ estabelec. Supervisionados}}{\text{ano}} = 12$$

ano

ANEXO I

RELATÓRIO sobre OPERAÇÃO “ANA GUERREIRA”

1. INTRODUÇÃO

Foi diagnosticada pela Coordenação Geral da Qualidade Vegetal, a necessidade de encaminhar uma equipe de Fiscais Federais Agropecuárias até o Estado do AMAZONAS, objetivando:

- a) resolver pendências referentes a renovação de credenciamento da SUREG-CONAB-AM e SECRETARIA DE PRODUÇÃO do GOVERNO DO ESTADO/AM, bem com das ENTIDADES SUPERVISORAS que atuam no Porto de Itacoatiara.
- b) orientar a colega fiscal federal agropecuário, Ana Fabiola Coelho, lotada no SIPAG-SFA/AM, quanto aos procedimentos a serem adotados para FISCALIZAÇÃO “*in loco*” nas instalações físicas (POSTO DE SERVIÇO) da ENTIDADE CREDENCIADA ALFAMA.
- c) realizar a aferição de qualidade dos produtos vegetais destinados diretamente à alimentação humana.

No período de 03/06 a 15/06/07, uma EQUIPE de Fiscais, servidores e de Classificadores, das SFA's do AM, GO e MS, coordenada pela CVIN-CGQV-DIPOV-SDA/MAPA, realizou uma Operação Fiscal durante duas semanas, denominada OPERAÇÃO ANA GUERREIRA.

Participaram os Fiscais Federais Agropecuários Paulo César, Maria Conceição, ambos representando a Coordenação Geral, bem como o Classificador Lucena e Fiscal Fugita (SFA/MS) e os classificadores Meire,

Joviamar e Donisete (SFA/GO), que se juntaram aos colegas da SFA/AM, Fiscais Ana Fabiola, Lilian e Alexandre e Técnico de Inspeção de Produtos Agropecuários Iza e Agente de Atividades Agropecuárias Carlos. No apoio administrativo participaram o motorista Reinaldo e as estagiárias Marisa, Jackeline, Grazielle e Themis.

2. REUNIÃO DA EQUIPE

A EQUIPE, sob coordenação do Fiscal Paulo César, foi recebida pela Alta Direção da SFA/AM, estando presentes o Superintendente da SFA/AM, Fiscal Federal Agropecuário Raphael Massaud Conde; o Chefe da Divisão Técnica da SFA/AM, Fiscal Federal Agropecuário Daniel Gustavo Brás Rocha, que deram as boas vindas, agradeceram a ajuda da CGQV/DIPOV e manifestaram total apoio da SFA/AM à essa Operação Fiscal.

Em seguida foi realizada uma reunião entre os integrantes da OPERAÇÃO ANA GUERREIRA, para PADRONIZAR os procedimentos de fiscalização e preenchimento dos formulários, e para estabelecer divisão de responsabilidades, compondo duas equipes.

Foram definidos como FOCO da fiscalização em Manaus/AM os seguintes produtos:

ARROZ BENEFICIADO POLIDO, ARROZ BENEFICIADO PARBOILIZADO, ARROZ BENEFICIADO PARBOILIZADO INTEGRAL, ARROZ BENEFICIADO INTEGRAL; FEIJÃO ANÃO E FEIJÃO DE CORDA; MILHO; CANJICA DE MILHO; AMENDOIM DESCASCADO; ÓLEO DE SOJA REFINADO, ÓLEO DE MILHO, ÓLEO DE ALGODÃO, ÓLEO DE CANOLA, ÓLEO DE GIRASSOL; FARINHA DE MANDIOCA; FARINHA DE TRIGO; SOJA DESTINADA DIRETAMENTE A ALIMENTAÇÃO HUMANA; e PRODUTOS AMILÁCEOS DERIVADOS DA MANDIOCA (Polvilho e sagú)

3. AÇÃO NOS SUPERMERCADOS e DISTRIBUIDORES

Nos supermercados foram adotadas duas técnicas de fiscalização:

a) Inspeção visual dos produtos, observando o cumprimento às normas de rotulagem no que diz respeito a indicação das especificações da classificação vegetal e indicação do número do lote.

b) Se durante a inspeção visual, os classificadores detectavam indícios de irregularidade quanto a classificação vegetal, amostras eram colhidas para aferição de qualidade através da classificação fiscal.

c) Quando era diagnosticado pelo Fiscal, um descumprimento às normas de rotulagem, a embalagem era recolhida para posterior ação fiscal, lavrando-se o documento fiscal na sede da SFA/AM.

Os resultados desse trabalho encontram-se anexo a este relatório.

Os supermercados e embaladores foram INTIMADOS a, doravante, comercializarem produtos vegetais padronizados, listados acima, mediante nota fiscal com a citação do número do lote e do certificado de classificação. Junto com a INTIMAÇÃO foi encaminhado um documento intitulado “INSTRUÇÕES IMPORTANTES” (anexo), elaborado durante a realização da OPERAÇÃO.

Em se tratando de embaladores sediados em outras Unidades da Federação, cópia dos resultados da classificação fiscal foram encaminhadas para conhecimento das SFA's correspondentes.

4. AÇÃO NA ENTIDADE CREDENCIADA ALFAMA

No dia 13/06/07, os Fiscais Paulo César, Conceição, Ana Fabiola e Fugita realizaram a fiscalização “in loco” no Posto de Serviço da ENTIDADE CREDENCIADA ALFAMA em Manaus/AM, onde nesta oportunidade, a colega Ana Fabiola foi treinada, lavrando o Termo de Fiscalização correspondente.

No dia 14/06/07, o classificador e o responsável técnico dessa Entidade Credenciada compareceram no Posto de Classificação Fiscal da SFA/AM, para serem tecnicamente avaliados pelo Classificador Fiscal Donisete, que submeteu os dois profissionais a trabalhos de classificação de arroz e feijão.

5. PALESTRA DE ORIENTAÇÃO

No dia 11/06/2007, a EQUIPE TUIUIÚ apresentou uma palestra, no auditório da SFA/AM, das 09:00 às 12:30, orientando supermercadistas, atacadistas, varejistas, embaladores, e demais empresários, e técnicos da CONAB-SUREG-AM, UNIVERSIDADES, SEPROR, Superintendente Federal de Agricultura, Chefe da DT-SFA/AM, Chefe do SIPAG-SFA/AM e demais servidores da SFA/AM, sobre o que é padronização e classificação vegetal e suas vantagens; sobre fiscalização; sobre credenciamento; sobre rotulagem e sobre as demais exigências legais. A segunda parte da apresentação foi uma palestra de sensibilização e de motivação, mostrando quais as vantagens de se cumprir as exigências legais.

6. ACOMPANHAMENTO PELA COORDENAÇÃO GERAL

O Fiscal Federal Agropecuário PAULO CESAR, acompanhou “*in loco*”, supervisionou e participou de toda a Operação Fiscal.

7. DIVULGAÇÃO NA TV

A Assessora de Comunicação Social ANA, da SFA/AM, propiciou ampla cobertura da imprensa escrita e emissoras de TV, filiadas a Rede Globo, SBT e Cultura.

Reportagens em anexo.

8. CONTINUIDADE DAS AÇÕES

Objetivando facilitar a continuidade dos trabalhos pelos colegas do SIPAG-SFA/AM, foram adotados os seguintes procedimentos:

8.1) No computador do SIPAG-SFA/AM, foram organizados os arquivos eletrônicos contendo várias sub-pastas, cada qual contendo modelos de Formulários , como AUTO DE COLETA DE AMOSTRA, TERMO DE FISCALIZAÇÃO, AUTOS DE INFRAÇÃO, INTIMAÇÃO, TERMO DE SUSPENSÃO DA COMERCIALIZAÇÃO, TERMO ADITIVO, LAUDO DE CLASSIFICAÇÃO FISCAL; LAUDO DE CLASSIFICAÇÃO PERICIAL, ATAS DE PERÍCIA, RELATÓRIOS DE PROCESSOS, dentre outros. Todos os documentos lavrados durante a Operação ANA GUERREIRA foram salvos nessas sub-pastas.

8.2) Para os casos em que através da classificação fiscal foram constatadas DISPARIDADES, e cujos resultados sejam posteriormente corroborados pela Perícia, ou caso os embaladores não requeiram perícia, já foram deixadas orientações sobre os procedimentos que deverão ser adotados.

8.3)O SIPAG-SFA/MS está encaminhando quatro cópias completas de processos de fiscalização (modelos da SFA/MS), via SEDEX para a SFA/AM, para que os colegas do SIPAG-SFA/AM saibam a ordem correta de montagem dos processos e conheçam o rito processual.

8.4) A colega Ana Fabiola frequentou o curso de classificação vegetal e o treinamento de fiscalização promovido pela CGQV em 2006, mas o Fiscal Alexandre tomou posse durante a OPERAÇÃO ANA GUERREIRA, e precisará ser habilitado como classificador e participar de um treinamento em fiscalização.

8.5) Todos os documentos fiscais emitidos durante a Operação ANA GUERREIRA foram arquivados em Pastas Suspensas organizadas de forma a facilitar a elaboração dos relatórios mensais da CGQV, bem como organizados em prateleiras aqueles documentos que aguardam cumprimento do prazo de pedido de perícia.

8.6) Oito processos administrativos de fiscalização da classificação vegetal, remanescentes da Operação SAÚVA, realizada em 2006 pela Polícia Federal, foram analisados. Dezesesseis processos administrativos de fiscalização da classificação vegetal iniciados em janeiro de 2007 foram analisados.

8.7) Recomenda-se a DIPOV-SDA/MAPA que apóie a colega Ana Fabiola na aquisição, ainda neste exercício de 2007, dos equipamentos e materiais que faltam para finalizar a montagem do Posto de Classificação Fiscal no SIPAG-SFA/AM.

8.8) Recomenda-se ao Superintendente Federal de Agricultura/AM e ao Chefe da Divisão Técnica da SFA/AM, que viabilizem politicamente, junto a outros órgãos públicos, que coloquem à disposição da SFA/AM, mediante convênio ou Termo de Cooperação Técnica, TRÊS técnicos agrícolas para trabalharem como classificadores no Posto de Classificação Fiscal do SIPAG-SFA/AM. Tais classificadores, após lotados no SIPAG-SFA/AM, serão habilitados como classificadores, num curso oficial a ser promovido pela CGQV-DIPOV-SDA/MAPA. Sugerimos estudar também, a alternativa de se contratar três classificadores terceirizados, mediante processo licitatório.

O fato é que, sem esses CLASSIFICADORES para APOIO OPERACIONAL aos Fiscais, o Posto de Classificação Fiscal do SIPAG-SFA/AM ficará inoperante, por isso, o assunto deve ser tratado como PRIORIDADE pela ALTA DIREÇÃO da SFA/AM.

8.9) Por fim, recomenda-se ao Superintendente Federal de Agricultura/AM e ao Chefe da Divisão Técnica da SFA/AM, que implantem na SFA/AM, o MANUAL DE PROCEDIMENTO PADRÃO DO PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO, adotado pela DIPOV-SDA/MAPA.

CONCLUSÃO

A ALTA DIREÇÃO e demais servidores técnicos e administrativos, e estagiárias, da SFA/AM, não mediram esforços para apoiar a Operação ANA GUERREIRA, e os integrantes da EQUIPE tiveram ótimas condições de trabalho.

Além dos RESULTADOS apresentados nos documentos em Anexo, verificamos que a OPERAÇÃO ANA GUERREIRA gerou FELICIDADES E MOTIVAÇÃO em todos os envolvidos e pessoas abrangidas por essa ação.

Todos os integrantes da EQUIPE sentiram-se HONRADOS ao serem convocados pela CVIN-CGQV, estimulando-os ao crescimento profissional contínuo, para continuarem sendo merecedores dessa confiança depositada pela Coordenação Geral.

A Fiscal Ana Fabiola sentiu-se amparada e prestigiada pela CGQV, enxergando novos caminhos, novas alternativas, e traçando novas metas e objetivos em sua vida profissional.

Essa Operação Fiscal conseguiu provar e deixar como EXEMPLO, que basta ter uma ATITUDE POSITIVA, ser OTIMISTA, ser CRIATIVO, FOCAR a cabeça no que é POSSÍVEL FAZER, e não ficar buscando justificativas para explicar “porque não fiz”, e trabalhar seguindo a música do “Rio Negro e Solimões:”

***“A VIDA É DURA SÓ PARA QUEM É MOLE;
MAS QUEM TEM CORAGEM E FÉ;
NÃO SE ENCOLHE;
ACREDITAR E NUNCA DESISTIR.
SOLTE A VOZ E CANTE FORTE PARA TODO MUNDO TE OUVIR”***

Fazendo jus ao nome da Operação ANA GUERREIRA, a SOMA de ESFORÇOS entre DIPOV, CGQV, CVIN, SFA's de AM, GO e MS, mostrou pelos excelentes resultados alcançados, que nós, servidores UNIDOS, somos GUERREIROS, vencendo as dificuldades e obstáculos que apareciam, e ignorando o cansaço físico, trabalhando das 8 hs da manhã às 20 hs, e inclusive no feriado do dia 07/06/07.

AGRADECIMENTOS A ANGELA PIMENTA PERES, FERNANDO GUIDO PENARIOL, e a toda EQUIPE TÉCNICA E ADMINISTRATIVA da DIPOV e suas coordenações, e ao SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA/AM, ao CHEFE da DT-SFA/AM, e a TODOS os SERVIDORES, FUNCIONÁRIOS TERCEIRIZADOS e ESTAGIÁRIAS da SFA/AM, que acreditaram nessa OPERAÇÃO FISCAL e deram TOTAL APOIO AOS INTEGRANTES DA EQUIPE, ABAIXO RELACIONADOS:

PARTICIPANTES DA OPERAÇÃO ANA GUERREIRA

1. CLASSIFICADORES:

- MEIRE APARECIDA DAMASCENO- SFA/GO;
- JOSÉ DONISETE FERREIRA- SFA/GO;
- JOVIAMAR ALVES MATIAS - SFA/GO;
- JOSÉ APARECIDO DE LUCENA -SFA/MS.

2. AGENTE DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

- CARLOS ALBERTO DE SOUZA FERREIRA - SIPAG-SFA/AM

3-AGENTE DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

- IZA PORTO DE OLIVEIRA -SIPAG-SFA/AM

4-ESTAGIÁRIAS do SIPAG-SFA/AM

- JACKELINE;
- THEMIS;
- MARISA;
- GRAZIELE.

5-MOTORISTA OFICIAL

- REINALDO SILVA DE MELO

6. FISCAIS FEDERAIS AGROPECUÁRIOS

- ANA FABIOLA COELHO - SIPAG-SFA/AM
- LILIAN SANTOS FERNANDES LIMA - SIPAG-SFA/AM
- ALEXANDRE DE CASTRO SILVA - SIPAG-SFA/AM
- PAULO CESAR DUARTE DA SILVA-CVIN-CGQV-DIPOV-SDA-MAPA;
- MARIA CONCEIÇÃO MARANHÃO DE SÁ -CGQV-DIPOV-SDA-MAPA;
- YOSHIO FUGITA -SFA/MS

RELATÓRIO OPERAÇÃO ANA GUERREIRA

DOCUMENTO	QUANTIDADE	OBS.
TERMO DE FISCALIZAÇÃO	65	
TERMO DE FISCALIZAÇÃO PARA ENTIDADE CREDENCIADA	05	*3 deste foram emitidos para empresas que atestam soja para exportação
AUTO DE COLETA DE AMOSTRA	37	
QUANTIDADE TOTAL DE PRODUTOS AMOSTRADOS	46.313kg	
- Quantidade amostrada ARROZ POLIDO	27.784kg	
- Quantidade amostrada ARROZ PARBOILIZADO	200kg	
- Quantidade amostrada FEIJÃO ANÃO	18.129kg	
- Quantidade amostrada FEIJÃO DE CORDA	200kg	
TERMO DE SUSPENSÃO DA COMERCIALIZAÇÃO	18	
QUANTIDADE TOTAL DE PRODUTO COM SUSPENSÃO DA COMERCIALIZAÇÃO	20.546kg	
QUANTIDADE DE PRODUTO QUE PERMANECE SUSPENSA	7.743kg	
- ARROZ POLIDO	6.836kg	
- ARROZ PARBOILIZADO	-	
- FEIJÃO ANÃO	767kg	
- FEIJÃO DE CORDA	140kg	
TERMOS DE LIBERAÇÃO DO PRODUTO E DA RESPONSABILIDADE DO DEPOSITÁRIO	14	
LAUDOS DE CLASSIFICAÇÃO FISCAL	37	
AMOSTRAS COM DISPARIDADE	04	
INTIMAÇÕES LAVRADAS	67	
Quantidade total de Intimações exigindo que seja citado o nº do Certificado de Classificação e o nº do lote no documento fiscal que acompanha o produto	45	
COMERCIANTES	14	
EMBALADOR	31	
Intimação para corrigir embalagem	08	
Intimação para Entidade Credenciada	08	
Intimação Genérica	06	

ANEXO II

REPORTAGENS

Ana Fabiola Coelho

De: "INTERCOM" <intercom-mapa@agricultura.gov.br>
Para: <agricultura@noticias.agricultura.gov.br>
Enviada em: terça-feira, 5 de junho de 2007 18:40
Assunto: [Agricultura] Jornal Entre Nós virtual - 15ª edição



Destaque



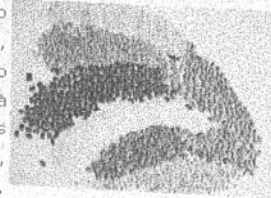
Limpe sua consciência. Recicle! Foi com esse slogan que a Superintendência Federal de Agricultura de Sergipe (SFA/SE) lançou, em maio, o projeto de Coleta Seletiva Solidária. A idéia é separar papéis, latas, garrafas e plásticos, destiná-los para reciclagem e proteger o meio ambiente. Para o armazenamento, foram personalizadas caixas de papelão com plicotes de jornais antigos e colocadas em todas as salas. Os materiais coletados são recolhidos, pelo menos, duas vezes por semana por uma cooperativa parceira do projeto. [Leia mais...](#)

Conheça Mais

Uma comissão envolvendo nove ministérios aprovou, em junho de 2006, a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicas. Fato esse que impulsionou o trabalho do MAPA, que tem atuado no sentido de desenvolver a cadeia produtiva dessas plantas. Entre as iniciativas já adotadas está a criação da subcomissão de plantas medicinais na Câmara Técnica de Agricultura Orgânica e a publicação do manual de Boas Práticas de Cultivo, que vai subsidiar a edição da Instrução Normativa das Plantas Medicinais. [Leia mais...](#)

Eventos

A Superintendência Federal de Agricultura do Amazonas (SFA/AM) realizará, no dia 11 de junho, às 9h, uma palestra sobre as Vantagens da Classificação Vegetal. O objetivo é tratar de temas referentes à padronização, classificação e fiscalização de produtos vegetais. O evento é destinado a cooperativas,



6/6/2007

agroindústrias, fornecedores de produtos vegetais, embaladores, prestadoras de serviços de classificação vegetal, supermercadistas e engenheiros agrônomos. **Leia mais...**

Dia-a-Dia

O MAPA tem, desde 2001, a Comissão Setorial de Ética Pública. A idéia é conscientizar os funcionários sobre o que seja um modelo de conduta ética de excelência. O objetivo é promover maior transparência das ações desempenhadas pelo Ministério em prol dos cidadãos. Para tanto, são divulgadas informações que guem o público interno para a prática dos princípios éticos. **Leia mais...**

Este jornal é produzido pela Equipe de Comunicação Interna do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Para sugestões, críticas ou observações entre em contato conosco via e-mail: intercom-map@agricultura.gov.br.

Agricultura mailing list
 Agricultura@noticias.agricultura.gov.br
<http://masrv42.agricultura.gov.br/mailman/listinfo/agricultura>

compartecimento do beneficiário no site www.amazonia.gov.br, às sextas, de 13h às 15h.

Dezembro

NOVEMBRO/2007
 DEZEMBRO/2007

na não contempla as declarações de 2007.

A crítica 06/06/07

CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS

Técnicos do Mapa fazem blitz em Manaus

Fiscalização quer evitar que consumidores sejam enganados quanto à qualidade dos produtos vegetais.

ANÁLIA BARBOSA
 DA EQUIPE DE A CRÍTICA

Técnicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (Mapa) de Brasília, Mato Grosso do Sul e Goiás estão em Manaus para participar da Operação "Ana Guerreira", que tem o objetivo de detectar as principais irregularidades na classificação de produtos vegetais. A

ação, que foi iniciada na segunda-feira, será realizada até o dia 15 de junho e vai percorrer os principais supermercados e casas atacadistas da cidade.

No primeiro dia de operação, os fiscais federais recolheram nos supermercados DB e Carrefour amostras de 10 marcas de arroz e seis marcas de feijão. Os primeiros resultados das análises devem sair hoje.

As amostras coletadas são levadas para o laboratório de análises físicas instalado na Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas. "Verificamos se a qualidade dos produtos é a mesma descrita nas embalagens. Arroz e feijão possuem cinco tipos de qualidade. Se o produto não se enquadra em nenhuma delas está abaixo do padrão", explica o fiscal federal do Mato

Grosso do Sul, Yoshio Fugita.

Se for detectada alguma irregularidade, os estabelecimentos ficam proibidos de comercializar a marca e devem aguardar a troca do produto ou ressarcimento por parte dos fabricantes.

A operação é coordenada pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal da Coordenação Geral de Qualidade Vegetal do Ministério da

BUSCA RÁPIDA

*** Varredura em vários Estados**

Esta é a 5ª operação coordenada pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal do Ministério da Agricultura, que já passou pela Paraíba, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Alagoas. A atividade serve também para uniformizar procedimentos e técnicas nas unidades do Ministério nos Estados.

Agricultura e conta ao todo com dez fiscais, sendo que quatro deles compõem o quadro do Amazonas. "A fiscalização quanto à classificação de produtos vegetais e bebidas tem sido prioridade do departamento. Queremos que a população possa consumir produtos de qualidade e mostrar aos embaladores locais e de outros Estados que existe fiscalização para identificar fraudes na qualidade dos produtos", afirma o coordenador da operação, Paulo César Duarte da Silva.

Com a operação, o Mapa em Manaus ganha o laboratório de análises físicas de grãos para continuar as fiscalizações.

CALENDÁRIO 2006

Abono do PIS pode ser sacado até o fim do mês

Dinheiro que não for sacado pelo trabalhador volta para os cofres do FAT

Os trabalhadores têm até o dia 29 deste mês para receber o abono salarial ou os rendimentos do PIS, referente ao ano de

Federal, em maio, em torno de um milhão de trabalhadores ainda não haviam recebido esse benefício. Se não ocorrer a reti-

ro ao Trabalhador (FAT); já os rendimentos não sacados voltam para a conta do PIS do trabalhador, somando-se ao saldo



nos R\$ 3.055 bi e R\$ 546.035 milhões de rendimentos.

O abono salarial é no valor de um salário mínimo (R\$ 380). Para ter direito ao abono é necessário estar cadastrado no PIS-Pasep há pelo menos cinco anos; ter recebido uma média de até dois salários mínimos mensais em 2005; ter trabalhado pelo menos 30 dias com carteira assinada em 2005 e ter os dados informados corretamente pelo empregador na Relação Anual de Salário de 2005.

de trabalhador. Tem direito aos rendimentos aqueles que trabalharam com carteira assinada antes de 4 de outubro de 1998; possuem saldo na sua conta PIS-Pasep, ou seja, não tenham retirado o saldo do PIS por motivo de aposentadoria ou outro motivo permitido por lei. Para receber o dinheiro o trabalhador deverá procurar qualquer agência da Caixa com um documento de identificação e o número do PIS. Se possuir o Cartão do Cidadão, com senha cadastrada, pode se dirigir a qualquer agência



FISCALIZAÇÃO

Mapa 'condena' 6 toneladas de arroz e feijão

Fiscais detectaram insetos no feijão da Só Grãos, vendido no Makro e irregularidade no arroz da mesma marca, no Carrefour

ENOCK NASCIMENTO
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

Em três dias de ações da Operação "Ana Guerreira", os fiscais do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (Mapa) já determinaram a suspensão da venda de um total de 6,3 toneladas de alimentos. Foi interrompida ontem a comercialização de 1.330 quilogramas de arroz oferecidos no Carrefour da Ponta Negra, Zona Oeste, por problemas de classificação e cinco toneladas de feijão que estavam nas prateleiras do supermercado da rede atacadista Makro, no Japiim, Zona Sul, por apresentarem a presen-

ça de insetos vivos (gorgulho).

De quatro amostras recolhidas no Makro - três de feijão e uma de arroz -, os técnicos encontraram insetos vivos em duas marcas de feijão. Além do supermercado, também receberam intimação pela ocorrência as empacotadoras Só Grãos, do Amazonas, e Cesta Básica Mais Sabor, da Bahia. No caso do Carrefour, a suspensão da venda veio em resultado da análise laboratorial de uma amostra de arroz da Só Grãos que na embalagem afirmava ser do tipo 1, mas que se trataria do tipo 2.

Além de ficarem proibidos de comercializar a marca com alguma irregularidade detecta-



Os fiscais do Mapa darão continuidade à ação de fiscalização até o dia 15

BUSCA RÁPIDA



Guerreira amazonense

A denominação "Ana Guerreira" é uma homenagem à chefe do Serviço de Inspeção de Produtos Aprovecháveis do Amazonas, Ana Fabioli da Silva Coelho. Ontem, ela comemorava também a chegada de mais 29 fiscais para o Amazonas que havia perdido nove técnicos. Agora o efetivo no Estado é de 44 fiscais.

da, os estabelecimentos ficam como fiel depositários dos produtos embargados (que têm a embalagem inutilizada pelos fiscais) e devem providenciar a troca ou aguardar o ressarcimento por parte dos empacotadores. No caso da intimação do Makro, também está determinada a responsabilidade pelo tratamento (expurgo dos insetos).

A Operação "Ana Guerreira" tem o objetivo de verificar irregularidades na classificação e aferir a qualidade de produtos vegetais como o arroz e o feijão comercializados em Manaus. A fiscalização, que começou na segunda-feira e prossegue até o dia 15 de junho, recebeu o reforço de técnicos de Brasília, Mato Grosso do Sul e Goiás. Os fiscais estão realizando blitzes nos principais supermercados da cidade, nos quais recolhem amostras para análise laboratorial para verificar, por exemplo, se a qualidade dos produtos é a mesma descrita nas embalagens.



sobe e desce >>>



Renato Gaúcho
TRENINADOR DO FLUMINENSE
>> Time comandado por ele venceu, pela primeira vez na história, a Copa do Brasil.



Ana Fabioli da Silva Coelho
SERVIDORA DO MIN. DA AGRIC. NO AM
>> Inspirou operação "Ana Guerreira", que suspendeu venda de 6,3 toneladas de alimentos.



Antonio Palocci
DEPUTADO FEDERAL (PT-SP)
>> Condenado em 1ª instância à perda de função pública por improbidade administrativa.



Dunga
TÉCNICO DA SELEÇÃO BRASILEIRA
>> Equipe de atacantes escalada por ele para a Copa América recebeu uma série de críticas.

FISCALIZAÇÃO PÁGINAS A 14 E A 15

Consumidor tem um dia de vitórias

*LEI DA FILA

Procon autua dois bancos flagrados descumprindo a lei que determina tempo máximo de atendimento.

*SUPERMERCADOS

Ministério da Agricultura suspende venda de 6,3 toneladas de alimentos (arroz e feijão) com irregularidades.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA IAM

INSTRUÇÕES IMPORTANTES

Para você entender melhor as **OBRIGAÇÕES LEGAIS** da **FISCALIZAÇÃO FEDERAL** da **QUALIDADE VEGETAL**, apresentamos as explicações em forma de perguntas e respostas:

1) A CLASSIFICAÇÃO VEGETAL É OBRIGATÓRIA ?

Resposta: SIM. A LEI FEDERAL nº. 9972, de 25 de maio de 2000, determina em seu artigo 1º que:

"Art. 1º Em todo o território nacional, a classificação é obrigatória para os produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico:

I - quando destinados diretamente à alimentação humana;

II - nas operações de compra e venda do Poder Público; e

III - nos portos, aeroportos e postos de fronteiras, quando da importação."

2) E COMO SE COMPROVA A REALIZAÇÃO DESSA CLASSIFICAÇÃO VEGETAL ?

RESPOSTA: Através da apresentação de um documento chamado **CERTIFICADO DE CLASSIFICAÇÃO**, quando exigido pelo interessado ou pela fiscalização federal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

3) O QUE É UM CERTIFICADO DE CLASSIFICAÇÃO ?

Resposta: O Certificado de Classificação é o documento hábil, emitido por uma ENTIDADE devidamente CREDENCIADA pelo MAPA, para comprovar a realização da classificação obrigatória, devendo corresponder a um determinado LOTE de produto do qual se originou a amostra.

4) NAS NOTAS FISCAIS DO EMBALADOR AO SUPERMERCADO, ou de forma ampla, do FORNECEDOR do PRODUTO ao ATACADISTA ou VAREJISTA, PRECISA CONSTAR O NÚMERO DO CERTIFICADO DE CLASSIFICAÇÃO ?

Resposta: SIM. O número do CERTIFICADO DE CLASSIFICAÇÃO E O NÚMERO DO LOTE, de cada produto vegetal padronizado, discriminado na nota fiscal, deve ser citado na nota fiscal correspondente.

Exemplo:

"C.C. nº UF 0001 A 00001 emitido em __/__/__, referente ao LOTE :".

Para se entender as LETRAS e NÚMEROS que compõem um CERTIFICADO DE CLASSIFICAÇÃO:

1. Os formulários do Certificado de Classificação terão numeração seqüencial alfanumérica, por credenciada, diferenciada por produto ou grupo de produtos.

2. A numeração alfanumérica será realizada da seguinte forma: (UF0001A00001), na qual:

a) UF0001 corresponde ao número de registro, no Cadastro Geral de Classificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - CGC/MAPA, da credenciada, iniciada pela sigla da Unidade da Federação;

b) "A" corresponde à série, seguindo de "A" até "Z";

c) 00001 corresponde à numeração seqüencial crescente do documento, limitada a 5 (cinco) dígitos por série.

5) NO ESTADO DO AMAZONAS, QUAIS OS PRODUTOS QUE SÃO OBJETO DA FISCALIZAÇÃO ?

Resposta:

- ARROZ BENEFICIADO POLIDO, ARROZ BENEFICIADO PARBOILIZADO, ARROZ BENEFICIADO PARBOILIZADO INTEGRAL, ARROZ BENEFICIADO INTEGRAL;**
- FEIJÃO ANÃO E FEIJÃO DE CORDA;**
- MILHO e CANJICA DE MILHO;**
- AMENDOIM DESCASCADO;**
- ÓLEO DE SOJA REFINADO, ÓLEO DE MILHO, ÓLEO DE ALGODÃO, ÓLEO DE CANOLA, ÓLEO DE GIRASSOL;**
- FARINHA DE MANDIOCA;**
- FARINHA DE TRIGO;**
- SOJA DESTINADA DIRETAMENTE A ALIMENTAÇÃO HUMANA; e -PRODUTOS AMILÁCEOS DERIVADOS DA MANDIOCA (Polvilho e sagu ou tapioca)**

NECESSITANDO DE ORIENTAÇÕES, PROCURAR A:
Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas -
SFA/AM, Atividade de Fiscalização da Classificação
Vegetal, na Rua Maceió n° 460 Adrianópolis -
Manaus/AM - CEP 69057-010 - Tel./Fax (92) 3234-7067

REPORTAGENS SOBRE FISCALIZAÇÃO NO INTERIOR DO ESTADO

Quinta-feira • 27/09/2007

Em Tempo Parintins

CIDADE • 13

FISCALIZAÇÃO DO MINISTÉRIO

Produtos impróprios para o consumo

Empacotadoras serão autuadas por prestarem informações contrárias à qualidade do produto

Josene Araújo
Especial Em Tempo

O parintense pode estar comendo produtos de origem vegetal (arroz, feijão e farinha de mandioca) impróprios para o consumo humano. O alerta vem do Ministério da Agricultura que está em Parintins há quatro dias fiscalizando armazéns e supermercados, além de distribuidoras de bebidas.

O arroz e o feijão são os que apresentam mais problemas, afirma a engenheira agrônoma Ana Fabíola Coelho, fiscal federal agropecuária do Ministério da Agricultura.

Na fiscalização realizada não foram poucos os casos de produtos de qualidade inferior, cujos rótulos indicavam o contrário.

"Encontramos o arroz da marca Norte, que diz que é longo fino, tipo 1e tem uma grande quantidade de grãos amarelados. Isso não é tipo 1, ele está declarando uma informação que não é verdadeira e colocando em risco a saúde da população", esclarece. Durante a fiscalização foram encontradas também embalagens de arroz do tipo AP abaixo do permitido com ovos de insetos. "Esse tipo está desclassificado não só pela qualidade dele, mas pelo risco que oferece com os insetos vivos e os ovos", destaca.

Outra observação feita é de que alguns supermercados



Fiscais retiraram produtos para análise

e armazéns estão vendendo produtos sem classificação. "O comerciante não pode embalar seus produtos, a não ser que ele mande classificar e exponha a classificação. A legislação não permite. A lei diz que todo produto destinado a consumo humano tem que ser classificado para informar ao consumidor o que ele está comprando",

destaca.

A classificação vegetal – análise que determina o tipo de produto conforme a qualidade e estabelece a diferenciação do preço, foi instituída pela Lei Federal nº 9.972, de 2000, e é obrigatória para todos os produtos vegetais destinados diretamente à alimentação humana.

Empacotadoras serão autuadas

A fiscalização do Ministério da Agricultura recolheu amostras de todos os armazéns e supermercados visitados, que serão levadas para análise. A coordenadora da operação Ana Fabíola informou que as empacotadoras sofrerão penalidade por prestarem declaração errada ao consumidor. Uma das empresas será a Gold Distribuidora de Alimentos e outras empacotadoras de Santarém.

"Essa classificação é como se fosse um exame de sangue que tem todos os dados, grãos picados, quebrados, amarelados, tudo isso vem nesse laudo de classificação, que declara a qualidade do produto", enfatiza.

Outra observação dos fiscais é de que as empacotadoras não estão colocando o lote do produto. "É necessário ter o lote porque se houver problemas é mais fácil de rastrear" garante. Por considerar uma situação difícil, Fabíola convocou os fiscais da Vigilância Sanitária. "Eles pre-



Ana Fabíola diz que empacotadoras serão responsabilizadas

cisam tomar providências porque encontramos produtos vendidos, mal acondicionados, desorganizados", declara.

Todos os produtos com defeito foram recolhidos e suspensos de comercialização para serem levados ao laboratório que irá emitir um laudo de classificação que deve ficar pronto até a sexta-feira da semana que vem.

"A partir desse resultado começam os trâmites normais, o empacotador tem direito à pericia se for solicitada. Se for constatada a irregularidade ocorre um processo administrativo que será apurado e julgado", ressaltou.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

PARINTINS

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Parintins, através de seu Pregador João Neto Silva de Souza, torna pública a realização de Licitação Pública na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 212/07** do tipo **menor preço por item**, nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto Municipal nº 012/07 e sua Lei nº 8.996/93 e suas alterações.

OBJETO: Aquisição do medicamento **cefalexina 500 MG comprimido**, destinado à manutenção das Unidades Básicas de Saúde.

DATAHORÁRIO: Dia 01 de outubro de 2007 às 15:00h na Rua Herberth de Azevedo nº 1486 Centro-Administrativo.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados, no endereço supra citado em meio magnético, de segunda a sexta-feira, no horário de 09:00min às 12:00min, até 03 (três) dias antes do certame. Valor do Edital R\$ 200,00 (duzentos reais). Outras informações via e-mail coml@casapari.com.br ou pelo tel. (92) 3533-2233.

Parintins, AM, 29 de setembro de 2007.

João Neto Silva de Souza
Pregador

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

PARINTINS

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Parintins, através de seu Pregador João Neto Silva de Souza, torna pública a realização de Licitação Pública na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 212/07** do tipo **menor preço por item**, nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto Municipal nº 012/07 e sua Lei nº 8.996/93 e suas alterações.

OBJETO: Aquisição de material de permanente eletrodoméstico, eletroeletrônico e escritório destinado à manutenção das Unidades de Saúde, Programa Saúde da Família, Hospital Regional João Cohen, Centro de Especialidade Odontológica CEO, Centro de Atendimento Psico-social - CAPS Média Complexidade, Vigilância em Saúde, Vigilância Sanitária.

DATAHORÁRIO: Dia 03 de outubro de 2007 às 10:00h na Rua Herberth de Azevedo nº 1486 Centro Administrativo.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados, no endereço supra citado em meio magnético, de segunda a sexta-feira, no horário de 09:00min às 12:00min, até 03 (três) dias antes do certame. Valor do Edital R\$ 200,00 (duzentos reais). Outras informações via e-mail coml@casapari.com.br ou pelo tel. (92) 3533-2233.

Gabinete do Prefeito em Parintins, 25 de setembro de 2007.

Frank Luiz da Cunha Garcia
Prefeito Municipal de Parintins

O perigo nos alimentos

Os meios de comunicação da Ilha nos chamam a atenção para os riscos de contaminação que nos ameaçam, consumindo os alimentos que adquirimos, ríga-se de passagem, com o suor dos nossos rostos, sem qualquer respeito aos nossos direitos de consumidores e, principalmente, à saúde pública. Carne clandestina, com abate em ambientes "ignorados", embutidos e enlatados com datas de validade vencidas, ovos de insetos misturados aos grãos, adulteração na classificação de grãos e outras barbaridades, cometidas ao amparo do Código de Defesa do Consumidor. Esta é a realidade mostrada pela fiscalização do Ministério da Agricultura que visitou supermercados e armazéns para comprovar que alguns comerciantes estão nos vendendo produtos sem classificação, enquanto a lei diz que todo produto destinado ao consumo humano tem que ser classificado para nos informar o que estamos comprando.

O questionamento que se faz é se estamos tão distante da qualidade dos alimentos a que temos direito. A princípio,

espera-se que as responsabilidades sejam apuradas e os atentados à saúde pública levem seus autores às barras da justiça, pois assim vislumbra-se o mínimo de segurança, ao buscarmos no comércio o alimento que precisamos. Além disso, nos é dado o direito de exigir das autoridades competentes, e aí entram os órgãos de vigilância sanitária, sejam federal, estadual ou municipal, mais energia na fiscalização ao comércio, haja vista as constantes blitz realizadas e contínuas apreensões de produtos, mas que, mesmo assim, as infrações continuam, as ameaças à saúde pública estão postas nas prateleiras, nas esquinas nos passeios das ruas e avenidas. O abuso foi comprovado. A fiscalização Federal o revela e grita por providências, mas que o consumidor também tenha visão para exercer o seu direito e exija qualidade, higiene, embalagens que relemem a verdade sobre seus conteúdos, sob pena de continuarmos reféns da especulação comercial que não mede consequências na busca do lucro fácil.



O recado das crianças da Escola Beatriz Maranhão

Em Tempo Parintins

Núcleo Editora Ltda (Fundada em 06/09/87)
 • CNPJ: 14.228.589/0001-94
 Rua Brasil, 315 - São Jorge - CEP: 69.033-070
 - Manaus/AM

PAR: (067) 3625-4141
Fax Redação: (067) 3625-2021
Comercial em Manaus: (067) 3625-1007
Comercial em Parintins: (067) 3553-4112 e (067) 3553-4119
Fax Comercial: (067) 3621-3344
Valor Classificados: (067) 3625-7000
Anúncios em Manaus: (067) 3625-4141
Anúncios em Parintins: (067) 3553-7000
e-mail: jornal@amazonasemtempo.com.br
parintins@tempo.com.br - emtempo@tempo.com.br
Home Page: www.emtempo.com.br

Presidente: Ovídio Raman Neves
Diretor Executivo: Gutemberg Alecar
Diretor de Redação: Marcos Santos (RG. 23 DRT-AM)
Editor de Interiores: Augusto Baranga (RG. 189 DRT-AM)
Editora de Execução: Mônica Santana 17.1983759/SP
Parintins: Coordenador Geral: Tadeu de Souza
Endereço: Rua Caramuru, 112
 Conj. Macurany - Centro - Cep. 69.150.000
Fones: Wanderley Souza
Diagramação: Kaca da Matta

Os artigos assinados não expressam necessariamente o espírito do jornal mas tão somente a dos seus autores.

BOM DIA

PARINTINS

Pintando o Sete

O projeto "Pintando o Sete" elaborado pela direção da Associação dos Artistas Plásticos de Parintins - AAPP que foi encaminhado ao Ministério da Cultura para seleção, deve ser analisado em dezembro. O Ministério da Cultura vai selecionar 18 projetos de entidades que tenham melhores iniciativas nos campos cultural, social e econômico.

Pintando o Sete II

O presidente da AAPP, Rob Barbosa, adiantou que o projeto da entidade é voltado para despertar na criança e no jovem o interesse pela arte e pela cultura de uma forma geral. Cada projeto aprovado pelo Ministério receberá R\$ 30 mil que devem ser aplicados em um programa voltado à capacitação e desenvolvimento na área em que foi inscrito.

Toadas

Terminou ontem, às 18h, o prazo dado pela Coordenadoria de Turismo para os compositores inscreverem seus trabalhos para o I Festival de Toadas de Parintins, agendado para os dias 13, 14 e 15 de outubro, como parte das comemorações do aniversário de Parintins. A prorrogação até ontem permitiu inscrições de compositores que ainda estavam gravando as suas toadas.

Ubirajara

O tabelião Ubirajara Gonçalves Leite fará parte dos homenageados com o título de Cidadão Parintinense. O projeto de Lei nº 11/2007, de autoria do vereador Iranildo Azedo, foi aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária do dia 21 de agosto deste ano. O vereador justificou seu pedido, mostrando a contribuição do tabelião que é natural da Paraiba.

CAPS

Pacientes assistidos pelo Centro de atenção Psicossocial "Adolfo Laurido" estão com seus trabalhos de arte em exposição na agência do Banco do Brasil. A exposição revela muitos talentos e o Secretário de Saúde Francisco Tussolini já acena com a possibilidade de im-

pressão de um livro de poesias escritas pelos pacientes.

CAPS I

Para realizar os trabalhos com os pacientes do CAPS, os técnicos da SEM-SA estão inovando no material utilizado. Uma campanha de coleta de discos de vinil está em pleno andamento. Os discos são transformados em telas pelos pacientes que recebem aulas de artes plásticas.

Eleição

O atual presidente da Cooperativa Mista dos Jucicultores de Parintins, Paulo Roberto Xavier, adiantou que vai concorrer à reeleição da entidade no dia 29 de outubro. Segundo ele, o edital de convocação para o pleito será lançado na praça no dia 12.

Fórum da Terra

Uma equipe do ITEAM esteve ontem em Barreirinha, discutindo com a população a regularização fundiária e a implantação do Fórum da Terra. No dia 23 de outubro a mesma equipe do órgão vai estar reunida com movimentos sociais de Parintins para criar o Comitê do Fórum da Terra no município.

Associativismo

O chefe do escritório do IBAMA, José Ramos, estará dia 3, em Barcelos, a serviço do órgão, realizando um treinamento sobre associativismo. De acordo com Ramos é interesse do IBAMA estender a prática do associativismo a outros municípios.

Beach Soccer

O presidente do bairro Itaúna II, Valdo Pontes, confirmou para o dia 14 de outubro o início da II Edição do Campeonato Beach Soccer com a presença de 14 equipes. Cada equipe será composta por seis atletas. Uma das equipes será formada por policiais civis e militares para dar mais integração na comunidade. Valdo anunciou também que a premiação será de R\$ 1.500,00, sendo R\$ 600,00 para o 1º Lugar, R\$ 400,00 para o 2º, R\$ 300,00 para o 3º e R\$ 200,00 para o 4º lugar.

Em Tempo Parintins

Parintins-AM, quinta-feira, 27 de setembro de 2007 - Nº 332

Preço R\$ 0,50

Presidente: Otávio Raman Neves

Embalagens para enganar

Foto: Marlene Souza



O parintinense pode estar comendo arroz, feijão e farinha impróprios para o consumo humano. O alerta vem do Ministério da Agricultura que está em Parintins há quatro dias, fiscalizando armazéns e supermercados, além de distribuidoras de bebidas. O arroz e o feijão são os que apresentam mais problemas. Durante a fiscalização foram encontradas embalagens de arroz do tipo AP, abaixo do padrão, com ovos de insetos. (Pág. 3)

Leilão vermelho dia 2

O leilão dos bens do boi Garantido, que inclui os galpões, o curral da Cidade Garantido e o armazém da antiga Cibrazem, continua agendado para o dia 2 de outubro. Funcionários do setor administrativo e membros da diretoria, ligados ao presidente Vicente Matos, garantem que o boi recorre da ação. (Pág. 8)

Código de Postura será alterado
PÁG. 3

Lançado o Festival de Toadas
PÁG. 6

Caprichoso homologa novos sócios
PÁG. 9

Técnico convoca seleção
PÁG. 15

Cursos da UEA reconhecidos

O vice-reitor da Universidade do Estado do Amazonas, Carlos Eduardo Gonçalves, chegou ontem a Parintins, trazendo a informação de que os 31 cursos da instituição já estão reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação. O processo de credenciamento aconteceu na sessão de terça-feira (25), quando membros



VIGILÂNCIA AGROPECUARIA INTERNACIONAL
VIGIAGRO/DT/AM

4.Gestão de programas e ações.

4.1.1 Segurança Fitozoosanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários.

4.1.1.1. Dados gerais

Tabela 1 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Programa Finalístico
Objetivo geral	Prevenir o ingresso, a disseminação e o estabelecimento de pragas e enfermidades, assegurando a saúde dos animais, a sanidade dos vegetais e a inocuidade dos alimentos, além de evitar danos ao meio ambiente, certificando a qualidade dos produtos e insumos importados e exportados e evitando prejuízos à economia brasileira e à saúde pública por meio da fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais, produtos, subprodutos, derivados, insumos agropecuários e materiais para pesquisa científica.
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Oscar Rosa de Aguiar Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Partida inspecionada
Público-alvo (beneficiários)	Produtores e comerciantes de produtos agropecuários

4.1.1.2. Principais Ações do Programa

De acordo com a Portaria 300 de 16 de junho de 2005 é de competência do VIGIAGRO as seguintes atividades:

- fiscalizar o cumprimento das exigências estabelecidas para o trânsito internacional, realizando exames de animais vivos, a inspeção de produtos e derivados de origem animal e vegetais e partes de vegetais, bem como de forragens, boxes e materiais de acondicionamento, agrotóxicos, seus componentes e afins, visando o desembaraço aduaneiro na importação ou na exportação;
- examinar em articulação com as autoridades aduaneiras, a bagagem de passageiros, acompanhada ou não, com vistas a detectar produtos e derivados de origem animal ou vegetal, que possam veicular agentes etiológicos de pragas;
- aplicar medidas de desinfecção e desinfestação, a animais, vegetais, partes de vegetais, de seus produtos e derivados, além de materiais de acondicionamento e veículos, quando se fizer necessário;
- aplicar medidas de apreensão, interdição ou destruição a animais, vegetais, partes, de seus produtos e derivados, quando passíveis de pragas que constituam ameaça à agropecuária nacional;
- expedir certificados sanitários para trânsito interestadual ou internacional de animais, vegetais ou partes de vegetais, produtos ou derivados de origem animal ou vegetal, materiais biológicos ou materiais de multiplicação animal ou vegetal, com base nos certificados sanitários de origem.

Todas estas ações têm por base as legislações estabelecidas pelos Departamentos Técnicos do Órgão Central, as quais podemos citar:

- Regulamento de Defesa Vegetal (Decreto 24.114 de 12 de abril de 1934) e legislação complementar;
- Regulamentação de Defesa Animal (Decreto 24.548 de 03 de julho de 1934) e legislação complementar;
- Regulamento de Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal (Decreto 1.255 de 25 de junho de 1962) e legislação complementar;
- Portaria Ministerial 297 de 22 de junho de 1998, que cria o Programa VIGIAGRO;
- Portaria Ministerial 300 de 16 de junho de 2005;
- Instrução Normativa 04 de 06 de janeiro de 2004;
- Instrução Normativa 36 de 10 de novembro de 2006 (Manual de Procedimentos Operacionais do VIGIAGRO)

Cabe ao VIGIAGRO/DT/SFA/AM realizar as ações de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de vegetais e seus produtos e Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de animais e seus produtos, buscando salvaguardar a saúde animal, a sanidade vegetal, a saúde pública e o desenvolvimento sócio-econômico brasileiro. Estas ações são executadas exclusivamente por Fiscais Federais Agropecuários, lotados nas unidades de Vigilância Agropecuária do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, do Porto do Superterminais, Porto do Chibatão, Porto de Manaus, Estação Aduaneira de Interior, Porto de Itacoatiara e em breve Tabatinga, na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru.

4.1.1.3. Gestão das ações

4.1.1.3.1. Ação 2180.0001-AM – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Produtos de Origem Vegetal

4.1.3.1.1. Dados gerais

Tabela.2 – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Impedir a entrada no país, de pragas de vegetais oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população.
Descrição	Vigilância e fiscalização em portos, aeroportos, postos de fronteiras e estações aduaneiras de produtos de origem vegetal e seus subprodutos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Sanidade Vegetal
Unidades executoras	Serviço de Gestão do VIGIAGRO e as Unidades de Vigilância Agropecuária nos portos, aeroportos e EADI
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral do VIGIAGRO
Coordenador nacional da ação	Oscar Rosa de Aguiar Filho
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Adail Santiago Bandeira

4.1.1.3.1.2. Resultados

O grande número de partidas inspecionadas pelo VIGIAGRO/DT/SFA/AM está relacionado às fiscalizações de embalagens de madeira dos produtos que abastecem as indústrias do Polo Industrial de Manaus, (na sua maioria oriundas da Ásia), para evitar a introdução de pragas, principalmente, o “Besouro Asiático” *Anoplophora glabripennis*, responsável por grandes prejuízos à economia dos países onde está introduzido.

Foram fiscalizados no terminal da Moageira Trigolar em Manaus **49.996,23 toneladas** de trigo com casca oriundos da Argentina, cujo valor foi de **US\$ 10.815.364,45**; 59 navios no terminal da Hermosa em Itacoatiara que

exportaram milho, soja, farelo de soja, etc., gerando para o agronegócio brasileiro divisas de **US\$ 864.954.039,80**. Também foram liberados processos de importação de cloreto de potássio, superfosfato simples e triplo num valor de **US\$ 15.054.150,00**.

Pela UVAGRO Superterminais no ano de 2007 o valor das exportações incluindo madeira e castanha do Brasil somou um montante de **US\$10.596,282.81**.

Na tabela abaixo apresentamos os dados e informações resumidas relativos à atividade de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Produtos de Origem Vegetal no ano de 2007 nas unidades de vigilância agropecuária. Houve um decréscimo no número de partidas inspecionadas na importação em virtude de novos procedimentos na UVAGRO Aeroporto de Manaus, ou seja, a fiscalização está direcionada a cargas que contenham madeira, o que não ocorria outrora. Ressaltamos ainda que as cargas destinadas a UVAGRO EADI saem do aeroporto fiscalizadas, não mais necessitando a fiscalização naquele recinto, fato que ocasionou a diminuição de partidas na EADI e possibilitou a transferência de um fiscal para outra unidade.

Além da ação propriamente dita estivemos envolvidos nas reuniões do Programa de Harmonização das Atividades dos Agentes de Autoridades dos Portos (PROHAGE) com a Receita Federal do Brasil, ANVISA, Polícia Federal, IBAMA, CIEAM, representantes dos recintos alfandegados, representantes das empresas despachantes, entre outros. Buscamos nestes encontros discutir procedimentos, dirimir dúvidas, e buscar soluções para problemas relacionados às atividades dos envolvidos.

Tabela 3. Resultados da ação

PRODUTO FISCALIZADO	QUANTIDADE	VALOR US\$
Trigo com casca	49.996,23 t	10.815.364,45
Fertilizantes	65.000,00 toneladas métricas	15.054.150,00
Embalagens de madeira	81793 processos	Não se aplica
Soja em grãos		751.127.382,67
Milho		9.282.980,02
Farelo de soja (hipro)		49.613.653,70
Óleo de soja		23.594.435,56
Farelo de soja (pellets)		34.335.587,88
Total		864.954.039,80

Tabela 4 . Documentos emitidos/despachados

Documento	Quantidade
Requerimento de embalagem de madeira	81793
Certificado fitossanitário	602
Termo de fiscalização	602
Termo de Vistoria de ambiente	59
CTPI	07
Termo de ocorrência	4481

Recursos Humanos

O VIGIAGRO no Amazonas conta atualmente com 15 fiscais federais agropecuários, a maioria nomeada no último concurso público; este número duplicou, vindo solucionar em parte, a carência de fiscais no Amazonas. São eles os responsáveis em executar a referida ação nos portos, aeroportos, estação aduaneira de interior (EADI) e posto de fronteira.

Apesar de ainda não estarmos instalados em Tabatinga, já temos pessoal nomeado para aquela unidade.

Ressaltamos aqui a contribuição de nossos servidores administrativos da Superintendência, os servidores da CONAB e as estagiárias cedidas pelo Centro das Indústrias do Amazonas, que contribuem sobremaneira para o bom desempenho de nossas ações.

Tabela 05. Fiscais federais agropecuário responsáveis pela ação

NOME	LOTAÇÃO	SIAPE
Adail Santiago Bandeira	Chefe do Vigiagro	1437310
Adauto Moisés Cardoso Carneiro	Agrônomo Uvagro Chibatão	1347990
Tiago Alves Fernandes	Agrônomo Uvagro Aeroporto	1573899
Anderson Resende Almeida	Chefe da Uvagro Aeroporto	1573908
Sebastião de Melo Lisboa	Chefe da Uvagro EADI	7196
Allan Karl Zubiate Augustin	Agrônomo Uvagro Chibatão	1573531
Hilder Carlos Norões Rolim	Agrônomo Uvagro Chibatão	1551941
Rubens Siqueira Lima	Agrônomo Uvagro Superterminais	1465498
Olavo Pimentel	Chefe Uvagro Superterminais	1556599
Mark Elber Sales Dantas	Agrônomo Uvagro Superterminais	1573488
Antônio Carlos Pias de Castro	Agrônomo Uvagro Superterminais	1577084
Carlos Eduardo Marchi	Chefe da Uvagro Chibatão	1574053
Mirne Passos Santana	Agrônoma Uvagro Chibatão	1573909
Esequiel Araújo da Silva	Agrônomo Uvagro Aeroporto	1324361
Mirian de Freitas Borges	Agrônoma Superterminais	1348454
Ivana Marjorie	Administrativo Uvagro Porto	
Lucio Lima de Matos Filho	Administrativo Uvagro Chibatão	2966
Claudio Ferreira Mota	Administrativo Uvagro Superterminais	14520990
Maria das Mercês Ramalho	Administrativo Uvagro EADI	
Aluisio Azevedo	Administrativo Uvagro Superterminais	
Helen Cristina Maia	Estagiária da Sede	
Andrezza Carvalho	Estagiária Superterminais	
Daysiane Rodrigues	Estagiária Chibatão	

Suellen Almeida	Estagiária Chibatão	
-----------------	---------------------	--

Recursos Materiais

Todas as unidades dispõem de computadores, impressoras, fax, máquinas fotográficas, rádios-transmissores, 01 projetor para atender todo o VIGIAGRO, 02 microscópios e 02 “notebook’s” e 05 veículos em boas condições.

Alguns destes equipamentos fornecidos pela administração dos recintos, em cumprimento ao Decreto 5741 de 30 de março de 2006 e Instrução Normativa 04 de 29 de maio de 2005.

Recursos Financeiros

Todos os recursos necessários ao desenvolvimento de nossas ações são oriundos do PI Fisclanta, descentralizados pela Coordenação do VIGIAGRO em Brasília. Salientamos aqui todo empenho de nossa coordenação na liberação de recursos.

Foram utilizados para custear passagens e diárias de fiscais federais nas fiscalizações de navios graneleiros em Itacoatiara, levantamentos e protocolização de documentos em Tabatinga, intercâmbio nas unidades do VIGIAGRO de Belém, Fortaleza, participação em eventos nacionais, como Frutal, curso de formação dos novos fiscais, auditorias, gestão, e nas reuniões de subcomitês. Além de compra de materiais de consumo e permanente.

Tabela 06 – Demonstrativo Físico e Financeiro da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Produtos de Origem Vegetal

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
147082*	R\$ 68.650,58	82.314	R\$ 63.856,55

- dados inseridos pela coordenação nacional no SIPLAN

Tabela 07 - Principais despesas.

Elemento de despesa	Previsto	Realizado
Diárias (3390-14)	R\$ 29.100,00	R\$ 24.890,97
Passagens (3390-33)	R\$ 34.350,58	R\$ 34.350,58
Material de consumo (3390-30)	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
Material permanente (4490-52)	R\$ 4.000,00	R\$ 3.415,00
Total	R\$ 68650,58	R\$ 63.856,55

4.1.1.3.2. Ação 2181.001-AM – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Produtos de Origem Animal

4.1.1.3.2.1. Dados gerais

Tabela 8 – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Finalística
Finalidade	Impedir a entrada no país, de pragas de animais oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população.
Descrição	Vigilância e fiscalização em portos, aeroportos, postos de fronteiras e estações aduaneiras de produtos de origem animal e seus subprodutos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Sanidade Animal
Unidades executoras	Serviço de Gestão do VIGIAGRO e as Unidades de Vigilância Agropecuária nos portos, aeroportos e EADI
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral do VIGIAGRO
Coordenador nacional da ação	Oscar Rosa de Aguiar Filho
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Adail Santiago Bandeira

4.1.1.3.2.2 . Resultados

Nesta ação garantimos a qualidade das partidas exportadas de peixes ornamentais que saem pela UVAGRO Aeroporto de Manaus.

Durante o ano de 2007 foram liberados 1518 processos de exportação.

Com a liberação das instalações do Terminal de Passageiros do Aeroporto Eduardo Gomes e o aumento de nosso efetivo retomaremos a fiscalização dos vôos internacionais.

4.1.1.3.2. Ação 2181.001-AM – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Produtos de Origem Animal

4.1.1.3.2.1. Dados gerais

Tabela 8 – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Finalística
Finalidade	Impedir a entrada no país, de pragas de animais oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população.
Descrição	Vigilância e fiscalização em portos, aeroportos, postos de fronteiras e estações aduaneiras de produtos de origem animal e seus subprodutos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Sanidade Animal
Unidades executoras	Serviço de Gestão do VIGIAGRO e as Unidades de Vigilância Agropecuária nos portos, aeroportos e EADI
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral do VIGIAGRO
Coordenador nacional da ação	Oscar Rosa de Aguiar Filho
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Adail Santiago Bandeira

4.1.1.3.2.2 . Resultados

Nesta ação garantimos a qualidade das partidas exportadas de peixes ornamentais que saem pela UVAGRO Aeroporto de Manaus.

Durante o ano de 2007 foram liberados 1518 processos de exportação.

Com a liberação das instalações do Terminal de Passageiros do Aeroporto Eduardo Gomes e o aumento de nosso efetivo retomaremos a fiscalização dos vôos internacionais.

Tabela 09 – resultado da ação

PRODUTO FISCALIZADO	QUANTIDADE	VALOR US\$
Peixe ornamental	1518 processos	3.965.067,19

4.1.1.3.2.3. Recursos Humanos

O VIGIAGRO no Amazonas conta atualmente com 06 fiscais federais agropecuários, na formação de medicina veterinária, para executar a referida ação nos portos, aeroportos, estação aduaneira de interior (EADI) e posto de fronteira. Aqui também houve uma melhora muito significativa, pois antes só contávamos com 01 médica veterinária responsável pela fiscalização de peixes ornamentais, elaboração de documentos e relatórios.

Tabela 10 – Fiscais federais responsáveis pela ação.

NOME	LOTAÇÃO	SIAPE
Kátia Martins Baptistella	Veterinária Uvagro Aeroporto	1348183
Cleverson Freitas	Veterinário Uvagro Aeroporto	1573541
Luciana de Azevedo Chaves	Veterinária Uvagro Aeroporto	1573482
Marise Mineko Haga	Veterinária Vigiagro Sede	1573563
Luanda Bispo Santos do Nascto. Maués	Veterinária Vigiagro Sede	1574099
Paula de Matos Garcia	Veterinária Vigiagro Sede	1574281

Recursos Materiais

Todas as unidades dispõem de computadores, impressoras, fax, máquinas fotográficas, rádios-transmissores, 01 projetor para atender todo o VIGIAGRO, 02 microscópios e 02 “notebook’s” e 05 veículos em boas condições.

Alguns destes equipamentos fornecidos pela administração dos recintos, em cumprimento ao Decreto 5741 de 30 de março de 2006 e Instrução Normativa 04 de 29 de maio de 2005.

Todas as unidades dispõem de computadores, impressoras, fax, máquinas fotográficas, rádios-transmissores, 01 projetor para atender todo o VIGIAGRO, 02 microscópios e 02 “notebook’s” e 05 veículos em boas condições.

Alguns destes equipamentos fornecidos pela administração dos recintos, em cumprimento ao Decreto 5741 de 30 de março de 2006 e Instrução Normativa 04 de 29 de maio de 2005.

Recursos Financeiros

Todos os recursos necessários ao desenvolvimento da referida ação são oriundos do PI Fiscanimal, descentralizados pela Coordenação do VIGIAGRO em Brasília. Salientamos aqui todo empenho de nossa coordenação na liberação de recursos.

Foram utilizados para custear passagens e diárias de fiscais federais em levantamentos e protocolização de documentos em Tabatinga, intercâmbio nas unidades do VIGIAGRO de Belém, Recife e Fortaleza, participação em eventos nacionais, como o Congresso Nacional de Saúde Veterinária em Fortaleza, curso de formação dos novos fiscais. Além de compra de materiais de consumo e permanente.

Tabela 11 – Demonstrativo Físico e Financeiro da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Produtos de Origem animal

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
1423*	R\$ 20.600,00	1.518	R\$ 19.115,33

*dados inseridos pela coordenação Nacional no SIPLAN

Tabela 12 - Principais despesas.

Elemento de despesa	Previsto	Realizado
Diárias (3390-14)	R\$ 6.400,00	R\$ 4.931,33
Passagens (3390-33)	R\$ 10.200,00	R\$ 10.200,00
Material permanente (4490-52)	R\$ 4.000,00	R\$ 3.984,00
Total	R\$ 20.600,00	R\$ 19.115,33

2. Desempenho operacional

2.1 Indicadores de desempenho operacional

2.1.1 Eficácia.

Considerando que foi programado no SIPLAN pela coordenação nacional a fiscalização de 147.082 e que foram realizadas 82195 fiscalizações podemos calcular:

$$Ef = 82195 : 147082 \times 100 = 55,6\%$$

Na área animal podemos calcular da seguinte forma:

$$Ef = 1518 : 1423 \times 100 = 106\%$$

Há que se considerar que este índice na área vegetal sofreu influência da mudança de procedimentos na UVAGRO Aeroporto e a delegação das atribuições

dos Fiscais Federais Agropecuários aos técnicos do Governo do Amazonas, uma vez que eles foram os responsáveis pelas fiscalizações das partidas inspecionadas durante o período de paralisação da categoria de fiscais do MAPA.

Houve um aumento do indicador na área animal em virtude do aumento do número de fiscais.

2.1.2. Eficiência.

Este índice mostra a produtividade por fiscal nos pontos de ingresso e egresso.

Então temos:

$Efc = 82195 : 15 = 5479$ partidas/ano/ffa na área vegetal

$Efc = 1518 : 06 = 253$ partidas/ano/fiscal na área animal

2.1.3 Custo das fiscalizações de navios graneleiros em Itacoatiara.

$Cfita = \text{diárias} : \text{número de navios fiscalizados} = 5094,68 : 59 = 86,35$

ÁREA ADMINISTRATIVA

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amazonas, não possui em seu organograma a Seção de Administração, ficando, no entanto, responsável pela área de administração o Assistente Técnico que foi indicado através de Portaria.

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amazonas pertence a classe “C” e tem as atribuições regimentais administrativas descritas a seguir:

SAG – SEÇÃO DE ATIVIDADES GERAIS – compete orientar e controlar a execução das atividades relativas à administração de comunicações administrativas, logística, transporte, material e patrimônio, reprografia, zeladoria, manutenção predial de edifícios, almoxarifado, limpeza, conservação, vigilância, bem como às demais atividades auxiliares; instruir processos administrativos de acordo com a legislação pertinente; coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações administrativas específicas; prestar apoio às atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual da Superintendência.

SMP - SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO – responsável pelas atividades de processamento de pedidos de compras de material e contratação de serviços, elaborar e divulgar editais de licitações, controlar entregas de materiais e execução de serviços, organizar e atualizar documentação de bens móveis e imóveis, registros de fornecedores no sistema SICAF, gerenciar contratos, elaborar relatórios anuais, calcular multas a fornecedores conforme a legislação, bem como instruir processos administrativos de acordo com a legislação pertinentes.

STR – SETOR DE TRANSPORTES – executa as atividades relativas à gerencia e orientação de controle e fiscalização de utilização dos veículos, bem como levante e analisa os custos da manutenção e consumo de combustíveis dos referidos veículos, além de acompanhar a execução de contratos pertinentes a este setor e elabora relatório anual de atividades e de plano anual de aquisição de veículos e propostas de alienação dos veículos inservíveis ou anti-econômicos.

SPR – SETOR DE PROTOCOLO – compete orientar, manter controle e executar o sistema de protocolo, atuar documentos e constituir processos administrativos, coletar, processar e manter dados dos sistemas de informações²⁰⁹

administrativas, prestar apoio às atividades desta superintendência e elaborar relatório anual das atividades exercidas.

SEOF – SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - compete realizar o processamento da execução orçamentária e financeira, assim como efetuar pagamento diversos e controlar a respectiva prestação de conta, além de manter documentos financeiros para fins de auditoria; executa atividades relativas às inclusões, alterações e exclusões de informações no sistema SIAFI; analisa e emite parecer de execução financeira e contábil e orienta o processo de prestação de contas relacionado a contratos e convênios.

SRH – SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS – responsável pela aplicação da legislação de pessoal no que tange a direitos e deveres; preparo de pagamento de pessoal; orienta e controla a execução de registros funcionais, concessão de benefícios sociais e assistências; férias e aposentadorias, concessão de licenças, controle de férias e freqüências de serviços; organiza e mantém o cadastro de servidores através do registro de diversas ocorrências funcionais.

SAP - SETOR DE ADMINISTRAÇÃO PESSOAL – organiza e mantém o cadastro funcional dos servidores públicos; controla férias e freqüências dos servidores; controla as licenças médicas, submetidas ou não, à Junta Médica; instrui processos relativos à concessão de direitos e vantagens do servidor; expede declarações e certidões, com base nos registros cadastrais do servidor.

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amazonas – SFA/AM, efetuou no ano de 2007, despesas na Gestão Tesouro R\$ 2.033.007,37 tendo recebido uma provisão de R\$ 2.110.619,41.

Foram homologadas no exercício de 2007, um total de 191 Portarias com finalidades diversas.

É importante que se destaque a necessidade de colocar em exercício, nesta Superintendência, um Assistente Jurídico, ou assemelhado, para dinamizar as análises de processos licitatórios e demais peças jurídicas interna como as referentes a autos de infração, sindicância, multa dentre outras.

4.1 Seção de Protocolo

Processos autuados nos exercícios de 2005, 2006 e 2007

	Total em 2005	Total em 2006	Total em 2007
Diversos Setores	439	614	737

Consumo de Combustível

Ano	Gasolina	Diesel	Total
2005	6.300	22.100	28.400
2006	8.661	18.432	27.093
2007	9.919	8.030	17.949

A frota da SFA/AM é composta de 23 (vinte e três) veículos.

Licitações

	2006	2007
Dispensa	46	48
Pregão	12	10
Convite	01	01
Tomada de Preço	01	01
Inexigibilidade	06	02

Lotação de servidores na área Administrativa

Serviço/Seção	Atual	Ideal
SAG	01	02
SAG/TRANSPORTE	04	08
SAG/PROTOCOLO	02	04
SAG/PAT. ALMOXARIFADO	02	04
SAG/ REPROGRAFIA	01	02
SEOF	04	04

SRH	06	10
Total	20	34

RECURSOS HUMANOS

Quadro Total de Servidores por Situação Funcional em Cargo/Emprego

CARGO	EMPREGO	SITUAÇÃO FUNCIONAL	NÚMERO DE SERVIDORES
409001	Fiscal Federal Agropecuário	RJU/AT.PER	48
008001	Agente Administrativo	RJU/AT. PER	10
008001	Agente Administrativo	RJU/AT. PER. CEDIDO	01
010007	Agente de Atividades Agropecuárias	RJU/AT. PER	05
010047	Ag. de Insp. Sanit. e Ind. de Prod. de Origem Animal	RJU/AT. PER	04
012002	Agente de Portaria	RJU/AT. PER	04
010013	Agente de Serviço de Engenharia	RJU/AT. PER	03
010045	Agente de Vigilância	RJU/AT. PER	09
010057	Auxiliar Operacional em Agropecuária	RJU/AT. PER	03
008002	Datilógrafo	RJU/AT. PER	05
012001	Motorista Oficial	RJU/AT. PER	01
009031	Técnico em Comunicação	RJU/AT. PER	01
010042	Técnico em Contabilidade	RJU/AT. PER	02
009004	Enfermeiro	RJU/AT. PER	01
010001	Auxiliar de Enfermagem	RJU/AT. PER	01
*	Assistente Administrativo	CLT/CEDIDO	01
*	Aux. de Recursos Humanos	CLT/CEDIDO	01
*	Aux. de Recursos de Materiais	CLT/CEDIDO	01
*	Aux. de Recursos Financeiros	CLT/CEDIDO	01
*	Auxiliar de Operações	CLT/CEDIDO	01
007006	Artífice de artes gráficas	RJU/AT.PER	01
*	Assistente de operações	CLT/CEDIDO	01
Total de Servidores			102

Cadastro de Servidores Ocupantes de Função

Função	Matrícula SIAPE	Nome do Titular	Data da Nomeação	Atividade	Situação Funcional
DAS-101.3	1583513	Edivar dos Santos Almeida	29/10/2007	Superintendente	Cargo Comiss.
DAS -101.2	002981	Antonio Gil Gato Bentes	08/11/2005	Assistente	At. Perm
DAS -101.1	1433710	Adail Santiago Bandeira	12/04/2007	Chefe de Serviço	At. Perm.
DAS -101.1	1348094	Ana Fabíola da Silva coelho	07/11/2006	Chefe de Serviço	At. Perm.
DAS -101.1	1348166	Consuelo de Maria D'avila Lopes	03/10/2007	Chefe de Serviço	At. Perm.
DAS - 101.1	1348008	Maria Aldenir Mota Brito	18/04/2005	Chefe de Serviço	At. Perm.
DAS - 101.1	37740	Neuza Terezinha Tolfo Oliveira	18/04/2005	Chefe de Serviço	At. Perm.
FG - 1	1112756	Maria do Céu Souza de Melo	11/04/2005	Chefe de Seção	At. Perm
FG - 1	0002818	Elaide Soares da Silva	11/04/2005	Chefe de Seção	At. Perm
FG - 1	1111979	Jacira Sueide Correa paixão	02/10/2006	Chefe de Seção	At. Perm
FG - 1	002962	Aluizio José Martins do Nascimento	14/03/2006	Chefe de Seção	At. Perm
FG - 2	666267	Paulo Oscar Serrão Ferreira	17/08/2007	Chefe de Setor	At. Perm
FG - 2	002974	Luciana Maria Arguelles Leão	02/04/2007	Chefe de Setor	At. Perm
FG - 2	1112389	Pedro Paulo Veiga	11/04/2005	Chefe de Setor	At. Perm
FG - 1	007196	Sebastião de Melo Lisboa	20/04/2007	Chefe de Seção	At. Perm
FG - 1	1574053	Carlos Eduardo Marchi	19/07/2007	Chefe de Seção	At. Perm
FG - 1	1573908	Anderson Rezende Almeida	16/04/2007	Chefe de Seção	At. Perm
FG - 1	1556599	Olavo Pimentel	28/01/2008	Chefe de Seção	At. Perm

Anexo F - Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício 2007.

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	28	-
Desligamento	-	-
Aposentadoria	-	-
Pensão	05	05

Os cadastros de Admissão estão sendo lançados no SISAC.

ANEXOS

ANEXO A – Demonstrativo de tomadas de contas especiais.

NÃO SE APLICA

**ANEXO B – Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades.
NÃO SE APLICA.**

ANEXO C - Despesas com cartão de crédito corporativo.

Tabela x – Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura

2005	2006	2007
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Tabela x – Cartão de crédito corporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	0,00
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	0,00
Totais			0,00

Tabela x – Cartão de crédito corporativo: série histórica dos saques efetuados

2005	2006	2007
R\$ 34.727,00	R\$ 34.600,00	R\$ 34.016,00

Tabela x – Cartão de crédito cooperativo: detalhamento dos saques efetuados em 2007

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Saque efetuado por meio de cartão de crédito para fins de realização de despesas imediatas.	a) Despesas com aquisição de combustível, para embarcações – deslocamento no município de Tabatinga, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença e Benjamim Constant.	Rodrigo Serpa Vieira Leite	3.600,00
Saque efetuado por meio de cartão de crédito para fins de realização de despesas imediatas.	a) Referente a serviços para condução de voadeira, do convênio de Defesa Animal para os municípios de Nhamundá e Barreirinha. b) Aquisição de combustível para deslocamento de fiscais, nos municípios de Barreirinha e Nhamundá. c) Aquisição para compra de passagens fluviais, deslocamento Manaus-Codajás para divulgação do 7º Seminário do Açaí.	Guilherme de Melo Pessoa	3.650,00
Saque efetuado por meio de cartão de crédito para fins de realização de despesas imediatas.	a) Referente à compra de material de consumo, a ser usado no combate da mosca da carambola, nos municípios de Manacapuru, Itacoatiara, Rio Preto da Eva e Iranduba. b) Atender pagamento no levantamento da Mosca da carambola, nos municípios de Presidente Figueiredo, Parintins, Itacoatiara, Manacapuru, Iranduba e Rio Preto da Eva.	Consuelo de Maria D'Ávila Lopes	1.370,00

Saque efetuado por meio de cartão de crédito para fins de realização de despesas imediatas.	a) Atender despesas com combustível, entre “MAPA e SESCOOP/Am”, nos municípios de Eirunepé e Envira. b) Aquisição de combustível, para fiscalização em estabelecimento de fertilizantes, nos municípios de Parintins, Nhamundá. c) Aquisição de combustível, para apurar denúncia no município de Nova Olinda do Norte.	Marcio Martins Pereira	1.346,00
Saque efetuado por meio de cartão de crédito para fins de realização de despesas imediatas.	a) Atender despesas com aquisição de combustível, no município de Itacoatiara.	Anderson Resende Almeida	200,00
Saque efetuado por meio de cartão de crédito para fins de realização de despesas imediatas.	a) Atender despesas de combustível, na re-inspeção de produtos de origem animal no município de Barreirinha	Hermes Rômulo de Araújo Pessoa	350,00
Saque efetuado por meio de cartão de crédito para fins de realização de despesas imediatas.	a) Referente à compra de material de consumo, para atender “XXXIV EXPOAGRO”, e pagamento de serviços de design, pintura e instalações elétricas, no município de Manaus.	Klerysson da Costa Santana	5.900,00
Saque efetuado por meio de cartão de crédito para fins de realização de despesas imediatas.	a) Atender despesas de pessoa física, no município de Presidente Figueiredo, durante VI Curso Internacional de Agricultura. b) Atender aquisição de combustível, aos agricultores no Projeto de Tambaqui em tanque, no município de Autazes..	Estevam Ferreira da Costa	8.900,00
Saque efetuado por meio de cartão de crédito para fins de realização de despesas imediatas.	a) Despesas a serem realizadas no município de Careiro Castanho e Autazes. b) Aquisição de combustível, para o deslocamento do pessoal técnico para Manacapuru e Caapiranga.	Altemir Pereira Viana	8.700,00
Total			34.016,00

ANEXO D – Recomendações de órgãos de controle.

PLANO DE PROVIDÊNCIAS

Unidade jurisdicionada responsável pela apresentação das contas: SFA/AM.

Relatório nº: 189380.

1. Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.1

1.1 Recomendação:

Não localizamos metas estabelecidas pelo Órgão Central para a Unidade; foi elaborado pela SFA/AM o Plano Operativo para o exercício de 2006, contendo as metas e objetivos a serem alcançados pela Unidade; existe descrição detalhada dos materiais de consumo e permanentes a serem adquiridos durante o exercício por cada seção componente da SFA/AM, bem como também existe estimativa de recursos a serem gastos com passagens, diárias e serviços de terceiros.

Não foi possível comparar as atividades desempenhadas pelos diversos setores da SFA/AM com as atividades planejadas, devido à ausência de relatórios gerenciais periódicos de desenvolvimento das atividades planejadas.

1.2 Providências adotadas

- Orientamos todos os Setores a efetuarem os relatórios gerenciais periódicos.

2. Item do Relatório de Auditoria: 1.1.2.1 – subitem 6.2.1.1

2.1 Recomendação:

Os quatro veículos mais antigos do Órgão, podem ser doados, ou leiloados em virtude de sua utilização não ser recomendada por possuírem mais de dez anos de uso.

Atendendo a recomendação da CGU/AM, a UJ realizou a doação dos veículos VW GOL 1.8, ano 1992, FIAT ELBA WEKEND, ano 1995 e PARATI 1.8, ano 1996, de acordo com o processo de doação nº21010.000343/2005-48. Em relação ao veículo GM ÔMEGA, ano 1995, encontra-se em fase final de doação.

2.2 Providências adotadas

- Em função do governo suspender, através do MEMORANDO CIRCULAR Nº 446/2007/SE-MAPA, todas as doações de bens móveis, inclusive as que estavam sendo formalizadas não foi possível doar o veículo OMEGA.

3. Item do Relatório de Auditoria: 1.1.2.1 – subitem 7.5.1.2

3.1 Recomendação:

Apuração parcial de comissão de sindicância.

Através do Ofício GAB/SFA/AM/Nº 0188/2007, de 12 de fevereiro de 2007, o Superintendente solicitou do Secretário Executivo do MAPA, para que seja nomeada a Comissão que realizará o PAD nesta SFA/AM e seja disponibilizado recursos para o custeio da despesa dos servidores-diárias-durante a duração do Processo.

3.2 Providências adotadas

- Atendendo a recomendação do Senhor Corregedor do MAPA, encaminhamos os ofícios aos nossos pares solicitando a liberação de servidores para compor a comissão processante, no entanto, até a presente data não obtivemos êxito. Os Órgãos respondem negativamente a nossa solicitação, estamos dando ciência do fato ao Senhor Corregedor. Diante dos fatos levaremos o problema a CGU-PR, para novos encaminhamentos.

4. Item do Relatório de Auditoria: 1.1.2.1 – subitem 8.1.3.1

4.1 Recomendação:

Fracionamento de despesa.

Deve a SFA/AM adotar medidas gerenciais de planejamento das aquisições, a fim de realizar licitações na modalidade correta para os valores previstos.

4.2 Providências adotadas

- A recomendação está sendo atendida.

5. Item do Relatório de Auditoria: 1.1.2.1 – subitem 8.4.1.1

5.1 Recomendação:

Ausência de cadastramento de convênio no SIASG.

O cadastramento no SIASG do convênio 505367 ainda não foi efetivado, estando a unidade buscando instruções em instâncias superiores, devendo a recomendação ser mantida até o cadastramento ser concluído.

5.2 Providências adotadas

- Recomendação atendida, atualmente todos os convênios estão sendo cadastrados no SIASG.

6. Item do Relatório de Auditoria: 1.1.3.1 – subitem 1

6.1 Recomendação:

Tome providências com vistas a recuperar os galpões de propriedade do órgão, em estado precário de conservação e manutenção, em consonância com as boas práticas de gestão e administração e em respeito às normas legais existentes(Art. 11 da L 9636/98 e Arts. 70 e 79, § 2º do Decreto 9760/46).

Obra em andamento. Serviço contratado através da licitação modalidade Carta Convite nº 01/2006. Constatamos in-loco a execução dos trabalhos da reforma do Galpão da Garagem, correspondendo a um percentual de 10% executado.

6.2 Providências adotadas

- Recomendação atendida parcialmente, obra executada em 2 galpões, falta recuperar um galpão. Acreditamos que durante o exercício 2008 seja disponibilizado recursos para atender totalmente a recomendação.

7. Item do Relatório de Auditoria: 1.1.3.1 – subitem 2

7.1 Recomendação:

Estabeleça indicadores de desempenho com vistas a avaliação da eficiência, eficácia e economicidade da gestão, evidenciando os resultados qualitativos e quantitativos alcançados pela Entidade.

7.2 Providências adotadas

- Alguns departamentos possuem seus próprios indicadores e repassaram aos setores os quais são trabalhados nas SFA's. Os demais setores estão buscando junto aos setores de outras unidades, fórmulas para aplicação dos indicadores.

8. Item do Relatório de Auditoria: 1.1.3.1 – subitem 3

8.1 Recomendação:

Foram efetuados descontos em folha de pagamentos da servidora matrícula 1113896, que totalizaram R\$ 793,50, originário de suprimento de fundos, continua pendente o pagamento referente à atualização monetária deste valor, desde a sua origem.

8.2 Providências adotadas

- A Servidora foi notificada através do MEMO 024/2007, porém até a presente data não houve manifestação de quitação junto ao Setor Financeiro.

9. Item do Relatório de Auditoria: 1.1.4.1 – subitem 1

9.1 Recomendação:

Ressarcimento de valores referentes a multas de trânsito.

A SFA/AM está instaurando uma Tomada de Contas Especial para cobrar valores referentes às multas de trânsito atribuídas a determinados servidores do IDAM. Recomendamos que o gestor instaure a TCE para a cobrança dos valores devidos.

9.2 Providências adotadas

- Após a análise da Jurídica NAJ/AM, o processo retornou e atualmente encontra-se com o gestor para apreciação e encaminhamento.

10. Item do Relatório de Auditoria: 1.1.4.1 – subitem 4

10.1 Recomendação:

Ressarcimento de valores não comprovados do suprimento de fundos n. 05 de 10 de fevereiro de 1998.

Recomendação mantida em virtude da falta de celeridade da Unidade na conclusão do processo 21010.000027/98-85. O Servidor entrou com justificativa, solicitando sua desoneração; o processo foi devolvido à SFA/AM, com recomendação para que fosse constituída comissão para proceder a restauração dos autos do processo nº 21010.000271/98-55, que fora extraviado.

Solicitado através da SA189380/02, manifestação da Unidade sobre o assunto. O Gestor esclareceu conforme a documentação apresentada a equipe de auditoria, sobre a situação desse processo, do qual tecemos alguns comentários:

a) Através do Ofício GAB/SFA/AM/Nº 0376/2007, de 02 de abril de 2007, encaminha cópia do processo nº 21010.000117/2006-48, que trata do processo nº 21010.000271/98-55, para conforme orientação da Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - CONJUR/MAPA, que este Órgão correicional, isto é, CGU/AM, examine as razões de defesa apresentadas pelo Sr. Nilton Ciríaco Pinto Ataíde.

Em resposta ao Ofício GAB/SFA/ nº 247/2006, de 10 de abril de 2006, a CGU/AM, se manifesta através do Ofício nº 18930/CGU/AM/PR, de 18 de junho de 2006, que não compete a mesma por questões normativas, a emissão de parecer a respeito do processo nº 21010.000177/2006-48, razão pela qual devolvemos o processo em questão.

b) Observamos que até o momento não foi notificado oficialmente o servidor responsável pela devolução ao erário público do valor correspondente ao suprimento de fundos nº 5.

c) Em relação ao processo nº 21010.000361/2006-19, criado para proceder a restauração dos autos do Processo extraviado nº 21010.000271/98-55, não conseguiu reunir elementos suficientes para restaurar o devido instrumento legal.

d) Deveria ser solicitado informações ao servidor envolvido para apresentar documentos que comprovasse a prestação de contas do referido suprido.

e) Caberia a comissão de sindicância, diligenciar junto à servidora matrícula SIAPE nº 27871, naquela ocasião, substituta do Titular e do Substituto desta DFA/AM, como Ordenadora de Despesa no período.

10.2 Providências adotadas

- De acordo com a INFORMAÇÃO CGAG/CONJUR/JCS nº 244/2006, foi recomendado ao Superintendente que encaminhe cópia do processo a Controladoria-Geral da União CGU/PR, órgão correccional. Informamos que estamos dando o encaminhamento de acordo com o recomendado pelo Advogado da União.

11. Item do Relatório de Auditoria: 1.1.4.1 – subitem 5.

11.1 Recomendação:

Ajuste no sistema informatizado de material de consumo e andamento do processo de desaparecimento de bens de consumo.

O processo continua em andamento na Polícia Federal. A baixa não foi feita por problemas operacionais do sistema, que não admite baixa parcial. Recomendamos à SFA/AM diligenciar à Polícia Federal a fim de saber acerca do andamento do Inquérito Policial, informando da necessidade de sua conclusão, para que de posse do relatório final, adotar as medidas necessárias para a identificação dos responsáveis, para que seja procedida a baixa dos bens no sistema informatizado de material de consumo.

11.2 Providências adotadas

- Foi realizada a diligência a Polícia Federal, e constatamos que os processos estão em andamento na referida instituição. Os bens continuam ainda no inventário desta SFA/AM, pois falta um documento que nos respalde a baixa dos mesmos.

12. Item do Relatório de Auditoria: 1.1.4.1 – subitem 7.

12.1 Recomendação:

Existências físicas.

A melhora nos procedimentos dos controles administrativos e físicos, bem como a baixa dos itens desaparecidos, ainda não ocorreu, razão pela qual a recomendação está mantida.

A Unidade Gestora designou pela Portaria Nº 005 de 09 de fevereiro de 2007, a Comissão de Levantamento completo de entrada e baixa de material, dos últimos 12 (doze meses).

A Comissão conclui os trabalhos e apresentou o Relatório com as seguintes conclusões:

- O trabalho foi demorado, principalmente devido às divergências e falta de clareza ocorridas entre os materiais relacionados no sistema ASI - Almojarifado e os encontrados no estoque, e ainda entre as Guias de Remessas encontradas no setor e as do referido sistema;

- Os materiais relacionados no Estoque Analítico de Materiais, estão de acordo com os encontrados no estoque, salvo os citados na Relação de Materiais em Desuso;

- O Setor de Almojarifado necessita ter mais de um (01) funcionário lotado com treinamento dos sistemas ASI e SIAFI.

12.2 Providências adotadas

- Estamos com nova equipe trabalhando na organização e melhoria nos procedimentos dos controles administrativos e físicos, bem como a baixa dos itens desaparecidos será providenciada assim que recebermos orientações sobre o desfecho do processo que originou o desaparecimento.

13. Item do Relatório de Auditoria: 1.1.6.1

13.1 Recomendação:

Servidores aposentados investido em outro vínculo.

Servidor com Matrícula SIAPE n.0444594 vínculo nos Órgãos 13000-MAPA/SFA/AM e 30202-FUNAI.

Não foi disponibilizado o processo de aposentadoria do servidor, consultamos o SIAPE e verificamos que o mesmo ingressou no serviço público no Órgão 13090-MAPA na data de 01 de janeiro de 1949 e aposentou-se em 23 de janeiro de 1973 na proporcionalidade de 35/35 e com ingresso no Órgão 30202-FUNAI em 14 de agosto de 1969 com aposentadoria em 29 de abril de 1996.

Beneficiários de pensão com mais de dois benefícios.

Verificamos que três beneficiários de pensão estão recebendo dois benefícios, sendo eles o de Mat. nº 02592762, Mat. nº 00495361 e o de Mat. nº 01049704, todas estão em concordância com o art. 225 da Lei nº 8.112/90. Em resposta a Solicitação de Auditoria nº 184345/02, de 29/08/2006, foi informado pela Chefe da SRH/SFA/AM que não existe processo de pensão do

beneficiário de Mat. SIAPE nº 02592762, constatamos também que o processo não foi registrado no SISAC.

13.2 Providências adotadas

- A situação do processo continua como descrito nas providências, foi o que conseguimos de informação do setor de Recursos Humanos.

14. Item do Relatório de Auditoria: 1.1.6.2

14.1 Recomendação:

O beneficiário de Mat. 02592762, na condição de filho maior inválido, recebe duas pensões, uma de origem materna pago pelo EX-TERRITÓRIO/RR e outra paterna paga pela SFA/AM. Solicitamos da SFA/AM o processo de pensão para análise e verificação, este não foi localizado.

14.2 Providências adotadas

- De acordo com o SRH, não existe um processo. A chefe do SRH fez uma juntada de documentos que foram encontrados no setor.

15. Item do Relatório de Auditoria: 1.1.7.1

15.1 Recomendação:

Os servidores da SFA/AM que se deslocam para outras Unidades da Federação nem sempre apresentam os comprovantes de passagens, que é a única forma de comprovar o período dos deslocamentos, fato este comprovado por ausência de bilhetes para Brasília, Viçosa, Santarém e Porto Velho.

Nos deslocamentos intermunicipais se faz necessário a apresentação de um relatório de viagem por deslocamento, não localizamos esses relatórios na totalidade, demonstrando um descuido quanto ao controle desses deslocamentos.

Quanto ao pagamento de diárias, verificamos que é efetuado de acordo com a normatização que rege a matéria, anterior ao deslocamento e em valores corretos. Observamos que em alguns casos (Tabatinga e São Paulo) o deslocamento não ocorreu no período previsto e não houve a devolução dos recursos das diárias.

15.2 Providências adotadas

- Alertamos os chefes dos setores sobre a obrigatoriedade da apresentação do relatório de viagem e do bilhete de passagem quando do retorno das viagens
- O valor correspondente a diária não utilizada no deslocamento para São Paulo foi devolvida através da GRU 305316304.
- Informamos que por problemas de ordem técnica o deslocamento para Tabatinga foi realizado em outra data.

16. Item do Relatório de Auditoria: 1.1.8.2

16.1 Recomendação:

Fracionamento de Despesa.

Recomendamos a SFA/AM adotar medidas gerenciais de planejamento das aquisições, a fim de realizá-las através de pregões, evitando assim o fracionamento das despesas.

16.2 Providências adotadas

- A recomendação está sendo atendida.

Anexo E - Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

Tipo	Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido/ transferido no exercício	Contra-partida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?)
<u>Convênio</u>	581823-02/06	Extrato de convênio 02/2006 Extrato prorroga de ofício		09/01/2007 31.12.2007	1.323.849,40	1.061.992,00	261.857,40	05.560.185/0001-02	
<u>Convênio</u>	581821-03/06	Extrato de convênio 03/2006 Extrato prorroga de ofício		09/01/2007 13.08.2007	130.000,00	100.000,00	30.000,00	05.560.185/0001-02	

ANEXO F - Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício 2007.

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	28	-
Desligamento	-	-
Aposentadoria	-	-
Pensão	05	05

Os cadastros de Admissão não foram lançados no sistema devido o Núcleo de Recursos Humanos de Brasília, ter devolvido os processos para serem cadastrados por essa Unidade.